

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

DÉBORA GALLAS STEIGLEDER

**O JORNALISMO E A CIDADE EM CONSTRUÇÃO:**

**O discurso ambiental do jornal Zero Hora sobre as obras da Copa do Mundo de  
2014 em Porto Alegre**

Dissertação de Mestrado

Porto Alegre

Março de 2015

DÉBORA GALLAS STEIGLEDER

**O JORNALISMO E A CIDADE EM CONSTRUÇÃO:**

**O discurso ambiental do jornal Zero Hora sobre as obras da Copa do Mundo de 2014  
em Porto Alegre**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Informação.

**Orientadora:** Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

Porto Alegre

Março de 2015

## RESUMO

Este trabalho investiga o discurso jornalístico de Zero Hora sobre as obras viárias realizadas na Cidade de Porto Alegre em virtude da realização da Copa do Mundo de 2014. Diante do impacto social e ambiental dos empreendimentos, objetiva analisar como o jornal aborda os temas ambientais na cobertura sobre as transformações urbanas, considerando o tratamento do evento como um acontecimento jornalístico. A partir de Pêcheux e Fuchs (1993), Courtine (2009) e outros, utiliza a Análise do Discurso de matriz francesa como aporte teórico e metodológico, explorando os conceitos de formação discursiva, interdiscurso e memória discursiva. Aborda o *ethos* jornalístico, código ético e de valores da profissão segundo o qual a atividade jornalística deve estar a serviço do interesse público, conforme Traquina (2004). Explica o acontecimento jornalístico como um fenômeno inscrito em uma ordem discursiva e que define historicamente a sociedade, ancorando-se em Benetti (2010). Trabalha sob a perspectiva do Jornalismo Ambiental de Girardi *et al.* (2012), Bueno (2007) e Bacchetta (2000) a fim de evidenciar a relação entre cidades e meio ambiente. Ressalta que os princípios do Jornalismo Ambiental baseiam-se no pensamento complexo e propõem um discurso composto pela diversidade de pontos de vista. Com base no pensamento complexo de Morin e Kern (1993) e do pensamento sistêmico de Capra (1997), constata que a emergência de um novo paradigma permitirá refletir sobre as mudanças necessárias à civilização humana para garantir condições de vida às futuras gerações. A partir de Harvey (2013), postula que o direito à cidade deve ser inalienável dos cidadãos para que haja plena democracia. Contextualiza a realização da Copa do Mundo no Brasil e os movimentos populares que contestaram violações às comunidades e aos ecossistemas durante os preparativos para o evento. Posiciona as duas perspectivas de sustentabilidade definidas por Caporal e Costabeber (2000) em diferentes formações discursivas: a ecotecnocrática e a ecossocial. Postula que o discurso jornalístico das sequências discursivas de 2013 remete à memória do discurso jornalístico de Zero Hora referente a fevereiro de 1975, em que um estudante subiu em árvore em Porto Alegre para protestar contra sua derubada devido a obras de construção de um viaduto. Conclui que o discurso jornalístico analisado esteve filiado a uma formação discursiva ecotecnocrática, não questionou os modelos de desenvolvimento vigentes e que, portanto, não assumiu o olhar do Jornalismo Ambiental. Também ressalta que o discurso jornalístico de 1975 relacionava-se ao discurso ambientalista, o que permitiu sua filiação à FD ecossocial. Explica que os discursos de Zero Hora em ambas as épocas estavam envolvidos por diferentes condições de produção.

**Palavras-chave:** Meio Ambiente. Jornalismo. Análise do Discurso. Sustentabilidade. Espaço Urbano. Copa do Mundo.

## ABSTRACT

This work investigates the journalistic discourse from *Zero Hora* newspaper about the road works carried out in the town of Porto Alegre under the realization of the 2014 FIFA World Cup. Against the social and environmental impact of development, it aims to analyze how the newspaper addresses the environmental topics on the coverage about urban transformations, considering the handling of the event as a journalistic event. As from Pêcheux and Fuchs (1993), Courtine (2009) and others, it uses the French Discourse Analysis as theoretical and methodological contribution, exploring the concepts of discursive formation, interdiscourse and discursive memory. It approaches the journalistic *ethos*, profession ethic and values code whereby the journalistic activity should be at the service of public interest, according to Traquina (2004). It defines journalistic event as a phenomenon enrolled in a discursive order and which historically defines society, anchoring up on Benetti (2010). It works under Girardi *et al.* (2012), Bueno (2007) and Bacchetta (2000) Environmental Journalism perspective in order to evidence the relation between cities and environment. It highlights that Environmental Journalism principles are based on complex thinking and propose a discourse composed of the diversity of points of view. Based on Morin and Kern (1993) and their complex thinking and the systemic thinking from Capra (1997), it notes that the urgency of a new paradigm will allow the reflection about necessary changes for the human civilization to ensure life conditions for the future generations. Hence Harvey (2013), it postulates that the right to the city should be inalienable from citizens in order to reach full democracy. It contextualizes the realization of the World Cup in Brazil and the popular movements that challenged communities and ecosystems violations during the preparations for the event. It positions both perspectives of sustainability defined by Caporal and Costabeber (2000) in different discursive positions: ecotechnocratic and ecosocial. It postulates that the journalistic discourse from *Zero Hora* published in 2013 is related to a discursive memory of the journalistic discourse from February 1975, which talks about a student who climbed a tree in Porto Alegre to protest against its felling due to the construction of a viaduct. It concludes that the analyzed journalistic discourse has been affiliated to an ecotechnocratic discursive formation, did not question the current development models and that, therefore, did not assume the view from Environmental Journalism. It also highlights that the journalistic discourse from 1975 was related to the environmentalist discourse, which has allowed its affiliation to the ecosocial discursive formation. It explains that *Zero Hora* discourses in both times were wrapped by different production conditions.

**Keywords:** Environment. Journalism. Discourse. Sustainability. Urban Space. World Cup.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Ilza Girardi, pela calorosa acolhida entre seus orientandos, pela confiança em meu trabalho, por guiar meus passos no mundo acadêmico e pelas prontas atenção e paciência a cada dúvida a ser sanada durante o processo de pesquisa. Agradeço, sobretudo, pela amizade, que continuará além dos espaços da UFRGS;

aos e às colegas do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental CNPq/UFRGS. Nossos diálogos e eventos foram oportunidades ímpares para que eu aprimorasse o meu trabalho e refinasse cada vez mais meus objetivos neste curso. Agradeço-os pelo companheirismo e pela parceria em tantas de nossas atividades;

ao Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, por possibilitar a reflexão sobre a importância do Jornalismo Ambiental em nossa sociedade. Alegro-me ter presenciado e até mesmo participado de muitas de suas lutas por um mundo ambientalmente justo;

a Ângela Camana, amiga e colega, com quem caminho desde o início da graduação em Comunicação Social - Jornalismo na UFRGS, pela parceria em tantos trabalhos, aulas e atividades, pelo auxílio em momentos de incertezas e pelo apoio nos instantes decisivos do curso;

a Arsênio José Farranguane e Roberto Villar Belmonte, que também ingressaram conosco no PPGCOM/UFRGS sob orientação da Profa. Ilza. Foi gratificante tê-los ao meu lado para que sempre pudéssemos dividir nossas ideias, reflexões teóricas e práticas, dúvidas e expectativas; agradeço, também, a Sarah Bueno Motter e Eutalita Bezerra, colegas de Mestrado que se juntaram a nós em 2014 e também contribuíram para as discussões do grupo.

a Eliege Fante, pelas contribuições à pesquisa através de seu olhar apurado e disposição para o diálogo e a reflexão.

à Professora Doutora Liége Zamberlan e ao Professor Doutor Reges Toni Schwaab, que participaram da minha Banca de Qualificação e contribuíram decisivamente para o resultado final do trabalho através de seus apontamentos oportunos e sugestões valiosas.

às Professoras Doutoras Cassilda Golin e Jeniffer Alves Cuty, que, juntamente com o Prof. Reges, integraram a Banca de Defesa da Dissertação.

ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS (PPG-COM/UFRGS), que me concedeu a oportunidade de cursar o Mestrado, ao seu corpo docente e às funcionárias e funcionários do Programa;

à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou meus estudos através da concessão da Bolsa Demanda Social;

Agradeço, sobretudo, à minha mãe, Marta Ines Gallas Steigleder, ao meu pai, João Paulo Krebs Steigleder, e à minha irmã, Bibiana Gallas Steigleder, pelo suporte familiar. O grau de dedicação que pude dar a este trabalho jamais seria possível sem o seu apoio, carinho e torcida. Sou igualmente grata aos demais familiares e aos amigos e às amigas que acompanharam esta etapa da minha vida e torceram por meu sucesso.

a Vinícius Noronha, pelo imenso amor e pelo incentivo constante, sentimentos que não conhecem a distância física que ainda nos separa.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fac-símile da página 51 da edição de sete de fevereiro de 2013 de Zero Hora.....	97
Figura 2: Fac-símile da página 37 da edição de quatro de março de 2013 de Zero Hora .....	99
Figura 3: Fac-símile da página 33 da edição de cinco de março de 2013 de Zero Hora.....	101
Figura 4: Fac-símile das páginas 36 e 37 da edição de 26 de abril de 2013 de Zero Hora ....	104
Figura 5: Fac-símile das páginas 28 e 29 da edição de 30 de maio de 2013 de Zero Hora....	107
Figura 6: Fac-símile da página 35 da edição de quatro de julho de 2013 de Zero Hora .....	110
Figura 7: Fac-símile da capa de Zero Hora publicada em 26 de fevereiro de 1975 .....	112
Figura 8: Fac-símile das páginas 20 e 21 da edição de 26 de fevereiro de 1975 do jornal Zero Hora .....	113
Figura 9: Fac-símile da página 18 da edição de 27 de fevereiro de 1975 de Zero Hora. No texto da publicidade institucional de RBS, há um agradecimento aos estudantes que subiram nas árvores da Avenida João Pessoa para impedir sua derrubada .....	120

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2 JORNALISMO E ACONTECIMENTO</b>	<b>16</b>
2.1 JORNALISMO NO SÉCULO XXI: RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO E VALORES DA PROFISSÃO .....	18
2.1.1 <i>Em busca das definições históricas para o jornalismo: panorama das principais teorias e reflexões sobre a empresa jornalística</i> .....	18
2.1.2 <i>O ethos da profissão: o jornalismo e seus compromissos éticos e sociais</i> .....	23
2.2 DEFINIÇÕES DO ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO.....	25
<b>3 O OLHAR DO JORNALISMO AMBIENTAL: BUSCA DA PLURALIDADE E ENVOLVIMENTO NA CAUSA ECOLÓGICA</b>	<b>30</b>
3.1 AS NOVAS PERSPECTIVAS DO CONHECIMENTO E A BUSCA DE RESPOSTAS PARA A CRISE GLOBAL .....	30
3.2 NOVAS DINÂMICAS DO CONHECIMENTO: A ALFABETIZAÇÃO ECOLÓGICA TAMBÉM PERPASSA A COMUNICAÇÃO .....	35
3.3 AS RESPONSABILIDADES DA COBERTURA AMBIENTAL E O DEVER SER DO JORNALISTA AMBIENTAL.....	38
3.3.1 <i>Breve histórico do movimento ambientalista e do Jornalismo Ambiental no Brasil</i> .....	38
3.3.2 <i>A caracterização do Jornalismo Ambiental</i> .....	41
<b>4 AS DINÂMICAS DA CIDADE E SEUS PROBLEMAS SOCIAIS E AMBIENTAIS NA REALIZAÇÃO DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: O CASO DA COPA DO MUNDO FIFA 2014 NO BRASIL E EM PORTO ALEGRE</b>	<b>47</b>
4.1 A LUTA CONTRA A DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NAS CIDADES .....	48
4.1.1 <i>Sociedade e natureza: perspectivas para o futuro</i> .....	49
4.1.2 <i>Combate às desigualdades sociais e ambientais provenientes do desenvolvimento excludente</i> .....	50
4.2 CIDADES BRASILEIRAS E SUSTENTABILIDADE .....	52
4.2.1 <i>Cidade, espaço e tempo: o Brasil e a era capitalista</i> .....	53
4.2.2 <i>As desigualdades e o discurso sobre sustentabilidade e as cidades em período de globalização</i> .....	56
4.3 COPA DO MUNDO, CIDADE E SOCIEDADE: ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO ENVOLTO POR CONFLITOS PERMANENTES .....	62

4.3.1 Brasil, país-sede de um megaevento esportivo.....	62
4.3.2 Obras da Copa do Mundo em Porto Alegre.....	66
4.3.3 O esporte e os megaeventos na era capitalista: reflexão sobre a relação entre o Estado e a iniciativa privada.....	73
4.3.4 A Copa do Mundo de 2014 como acontecimento jornalístico.....	75
<b>5 JORNALISMO E DISCURSO</b>	<b>78</b>
5.1 ANÁLISE DO DISCURSO DE MATRIZ FRANCESA.....	78
5.1.1 Das formações ideológicas às formações discursivas .....	81
5.1.2 Discurso, interdiscurso e memória discursiva .....	85
5.1.3 Derrubada de árvores em Porto Alegre: memórias de uma luta ambientalista e de uma cidade arborizada.....	87
5.1.4 Os sentidos do discurso .....	88
5.2 JORNALISMO COMO DISCURSO .....	90
5.3 A PERSPECTIVA AMBIENTAL NO DISCURSO DE ZERO HORA SOBRE AS OBRAS DA COPA .....	93
5.3.1 Zero Hora: jornalismo e negócio .....	94
5.3.2 Análise do corpus .....	97
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>124</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>128</b>
<b>APÊNDICE A</b>	<b>136</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A cidade não é um ambiente puramente artificial e independente dos ciclos vitais a que os ecossistemas estão submetidos, mas, sim, tem como condição de existência uma natureza que sofreu transformações. Assim, podemos afirmar que as regiões urbanas não estão isoladas dos ecossistemas locais, das características geográficas e de biodiversidade daquele espaço. E, se desejamos buscar soluções para o padrão de vida insustentável consolidado pelas grandes cidades, devemos colocá-las em relação com essa natureza – pois, a partir dela, as cidades aproveitam os bens e a energia que as mantêm. Acreditamos que a comunicação social, por se referir a discursos de outros campos, como o político, o econômico e o científico, pode problematizar essa dicotomia.

Diante do impacto direto que o modo de vida nas regiões urbanas causa ao planeta, o jornalismo, instituição que tradicionalmente representa o interesse público, deve entrar na discussão sobre os sentidos do desenvolvimento. Em uma conjuntura ainda dominante, o conceito é frequentemente relacionado ao crescimento econômico, que, por sua vez, também é pouco questionado, pois é tomado como um caminho obrigatório para quaisquer sociedades contemporâneas para que estejam incluídas na rota do capital global. Por essa ótica, as obras viárias são vistas como parte natural do processo de desenvolvimento da região, pois a ampliação das características urbanas seria a inegável tendência de qualquer cidade do planeta.

Em 2007, o Brasil foi escolhido como país-sede da Copa do Mundo de futebol masculino da FIFA<sup>1</sup> 2014 pela segunda vez na história<sup>2</sup>. Desde então, as doze cidades que receberam os jogos do torneio planejaram uma série de intervenções estruturais a fim de atender à grande quantidade de turistas que aportaria nessas localidades. Em Porto Alegre, a Prefeitura previu, inicialmente, a execução de 12 obras para a Copa do Mundo FIFA 2014<sup>3</sup>. No entanto, ao longo de 2013, casos como desapropriações de imóveis e corte de árvores para alargamento de avenidas provocaram reação popular contrária às ações previstas pelo poder público e o consequente questionamento sobre o modelo de cidade a que o Estado tentava se adequar.

---

<sup>1</sup> *Fédération Internationale de Football Association*, entidade privada que congrega as federações nacionais de futebol masculino e feminino. É sediada em Zurique, na Suíça, e seu atual presidente é o dirigente suíço Joseph Blatter.

<sup>2</sup> A primeira foi em 1950. A seleção brasileira perdeu a final para a equipe uruguaia, mas foi vitoriosa em outras cinco ocasiões – 1958, 1962, 1970, 1994 e 2002 –, que fortaleceram o ideário de “país do futebol” atribuído ao Brasil.

<sup>3</sup> O evento será doravante referenciado apenas como “Copa do Mundo”, sua denominação popularizada.

Parte do debate foi relativa, principalmente, às Avenidas Tronco<sup>4</sup> e João Goulart, Loureiro da Silva e Edvaldo Pereira Paiva<sup>5</sup>, referindo-se à desvalorização social e ambiental do espaço urbano<sup>6</sup> em prol do transporte particular, que beneficia um menor número de habitantes e, ainda, provoca maior emissão de gases causadores do efeito estufa<sup>7</sup>.

Neste sentido, decidimos ampliar nosso espectro de análise para além da Copa do Mundo e buscar a relação dos acontecimentos atuais com movimentos pioneiros de contestação do modelo de desenvolvimento adotado por Porto Alegre nos anos 1970, em plena ditadura militar. Entendemos que o ato de subir em árvores para impedir sua derrubada e a problematização das duplicações de avenidas remetem imediatamente a uma memória<sup>8</sup> sobre a luta ambientalista em Porto Alegre. Abordaremos, mais especificamente, o protesto de três estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Carlos Alberto Dayrell, Marcos Saraçol e Tereza Jardim – que, em 1975, subiram em uma árvore da Avenida João Pessoa para evitar que fosse derrubada durante as obras de construção do viaduto Imperatriz Leopoldina. O ato também recebeu apoio de diversas pessoas que passavam pela região. Os casos de 1975 e 2013 foram documentados pelo jornal Zero Hora. Optamos por estudar as reportagens dessa publicação devido à representatividade do veículo no debate público sobre assuntos de inte-

---

<sup>4</sup> De acordo com dados da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), ao total, 1525 famílias foram atingidas pelas obras de alargamento da Avenida Tronco. À época da Copa do Mundo, a Prefeitura já havia retirado 708 do local – 420 optaram pelo Bônus Moradia, 180, pelo Aluguel Social e 108 receberam indenizações do poder público. Diante da Prefeitura de Porto Alegre, responsável pelas desapropriações, o Comitê Popular da Copa em Porto Alegre defendeu a política “chave por chave”, segundo a qual as famílias somente sairiam de suas casas se fossem realocadas em novas moradias de sua propriedade. Ver mais em: DADOS oficiais anunciados por Gilberto Carvalho mentem sobre remoções no país da Copa. **Comitê Popular da Copa**, 11 de julho de 2014. Disponível em: <<http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/2014/07/dados-oficiais-anunciados-por-gilberto.html>>. Acesso em: 12 set. 2014.

<sup>5</sup> A Prefeitura cortou mais de 80 árvores até maio de 2013 ao longo destas três últimas avenidas a fim de alargá-las. Como as vias ligam a região central de Porto Alegre ao Estádio Beira-Rio, local de realização da Copa do Mundo na cidade, a intenção inicial das obras foi dar mais fluidez ao trânsito de veículos na região. Assim como o caso acima, este será melhor detalhado em capítulo específico deste trabalho.

<sup>6</sup> Quando nos referimos ao espaço urbano, adotamos a perspectiva presente na geografia de Milton Santos relativa a espaço: para o autor, trata-se de “um lugar material de possibilidades dos eventos”. Trata-se tanto da linguagem como do meio que possibilita a vida. O conceito de espaço aparece relacionado com o de tempo e o de mundo (SANTOS, 1994, p.19).

<sup>7</sup> Segundo Borsari e Assunção (2010), cerca de 30% da emissão de gases causadores do efeito estufa no Brasil é provocada pelo setor de transportes, sendo que a frota de veículos leves, em crescimento vertiginoso a partir dos anos 1990, representa a maior parte dessas emissões. Ver mais em: BORSARI, Vanderlei; ASSUNÇÃO, João Vicente de. As emissões de gases de efeito estufa por veículos automotores leves. **InterfaceEHS**, São Paulo, vol. 5, n.2, maio/ago 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/68/94>>. Acesso em: 5 maio 2014.

<sup>8</sup> Segundo Pêcheux (1999), a memória discursiva relaciona-se com os implícitos de um discurso, com aquilo que não é dito, mas permeia o sentido.

resse da população porto-alegrense e gaúcha, já que se constitui, atualmente, como o jornal de maior circulação no Rio Grande do Sul<sup>9</sup>.

É necessário esclarecer o lugar do qual realizaremos a análise aqui proposta. Partimos do olhar do Jornalismo Ambiental, que, pelo viés da racionalidade ambiental, crê no jornalismo como um espaço para expressão da pluralidade de discursos existentes na sociedade e voltado ao compartilhamento de saberes. Neste trabalho, também estudamos os acontecimentos jornalísticos para caracterizar a repercussão sobre o megaevento esportivo e seus preparativos na imprensa local. Acreditamos que os princípios do Jornalismo Ambiental estão relacionados aos princípios éticos do jornalismo em geral, que deve cumprir com a responsabilidade social estabelecida por seu *ethos* – código ético e conjunto de valores. Importante mencionar que consideramos o jornalismo como uma forma de discurso, e entendemos discurso como um processo que vai além da composição de frases e de palavras e da sua enunciação, pois considera os efeitos de sentido que a superfície linguística produz naquela determinada situação, para aquele sujeito vinculado a um domínio de saber específico – ou seja, filiado a uma formação discursiva.

Na análise das sequências discursivas de nosso *corpus*, valemo-nos da Análise do Discurso de matriz francesa para pensar os possíveis sentidos que o discurso jornalístico atribuiu às obras públicas que remoldam o espaço urbano para sediar a Copa do Mundo. A proposta é relacionar o discurso jornalístico de Zero Hora sobre o acontecimento Copa do Mundo a elementos do interdiscurso – ou seja, o todo complexo que circunda as formações discursivas – e compreender os sentidos de sustentabilidade presentes nas reportagens que abordam a questão ambiental diante das condições de produção dadas – o impacto da realização de um megaevento esportivo em Porto Alegre, uma das maiores cidades do Brasil<sup>10</sup>.

Temos, portanto, a pergunta que norteia a realização da pesquisa: como a perspectiva ambiental permeia o discurso jornalístico em reportagens do jornal Zero Hora sobre as obras e transformações urbanas para a Copa do Mundo de 2014 na Cidade de Porto Alegre?

O objetivo geral do trabalho é investigar como o jornal Zero Hora produz sentidos sobre o meio ambiente na cobertura sobre os impactos das transformações urbanas provocadas

---

<sup>9</sup> Em 2012, a tiragem de Zero Hora foi de 184.674 exemplares, a maior entre os veículos do Estado. O jornal também consta entre os dez veículos brasileiros com maior tiragem (ANJ, 2012).

<sup>10</sup> A população estimada do município de Porto Alegre em 2013 foi de 1.467.816 habitantes. Mais em: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades IBGE**: Porto Alegre. 2013. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431490&search=rio-grande-do-sul/porto-alegre>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

por obras para a Copa do Mundo de 2014 em Porto Alegre, considerando o tratamento do evento como um acontecimento jornalístico.

Os objetivos específicos, por sua vez, são os seguintes: a) identificar as formações discursivas referentes ao impacto das obras da Copa do Mundo; b) identificar as perspectivas de sustentabilidade às quais o jornal Zero Hora se filia ao fazer a cobertura sobre as obras da Copa; c) verificar como o jornal problematiza o impacto das obras na vida dos cidadãos.

Veio da graduação a motivação para a realização, no mestrado, de estudos que envolvessem jornalismo e meio ambiente. A redação do Trabalho de Conclusão de Curso da presente autora em Comunicação Social – habilitação Jornalismo, apresentado à Fabico/UFRGS, tratava da cobertura jornalística acerca da votação do Código Florestal brasileiro. Na pós-graduação, optamos por tecer relações possíveis entre o Jornalismo Ambiental e a cobertura sobre mudanças estruturais nas grandes cidades. Filtramos o interesse por ocasião da Copa do Mundo, já que o evento, além de interferir na rotina da população das cidades-sede, impactou o espaço urbano durante seus preparativos, nos anos anteriores.

Decidimos focar o caso porto-alegrense por ordem prática, devido à proximidade geográfica e cultural, e, neste sentido, também por ordem pessoal. Pelo fato de a presente autora ter nascido e ter sempre residido em Porto Alegre, acompanhamos com expectativa as notícias sobre o planejamento urbano, cada vez mais saturado pela especulação imobiliária e pelo crescimento acelerado da frota de veículos automotores. Diante desse cenário, o poder público apresentou a Copa do Mundo como a oportunidade para a obtenção de um legado permanente para a cidade e para a sua população.

Para a realização desta pesquisa, realizamos pesquisa de estado da arte para localizar trabalhos que tecessem as relações propostas entre Jornalismo Ambiental, Análise do Discurso, meio ambiente, cidades e megaeventos<sup>11</sup>. Foram identificados cinco trabalhos que propõem o estudo do Jornalismo Ambiental a partir da Análise do Discurso – quatro produzidos no PPGCOM/UFRGS<sup>12</sup> e um na Universidade Federal de Viçosa<sup>13</sup> –, mas nenhum foca na questão das cidades ou megaeventos. Três outras dissertações, duas produzidas no PP-

---

<sup>11</sup> As pesquisas foram realizadas em bases de dados como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (<http://bdtd.ibict.br>), o Banco de Teses da CAPES (<http://bancodeteses.capes.gov.br>) e no Repositório Digital da UFRGS (<http://www.lume.ufrgs.br>).

<sup>12</sup> São as Dissertações de mestrado de Jaqueline Orgler Sordi -*Os sentidos do verde nas páginas de Zero Hora* (2012) –, de Eloisa Beling Loose - *Jornalista ambiental em revista : das estratégias aos sentidos* (2010) – e de Reges Toni Schwaab - *O discurso jornalístico da sustentabilidade em programas de rádio sobre meio ambiente: análise do quadro Mundo Sustentável e do programa Guaíba Ecologia* (2007)– e a Tese de Doutorado de Reges Toni Schwaab - *Uma ecologia do jornalismo: o valor do verde no saber dizer das revistas da Abril* (2011).

<sup>13</sup> Trata-se da Dissertação de Mestrado *Mídia e questões ambientais: Análise do Discurso ambiental nos jornais mineiros*, de Flávia Pereira Dias Menezes, defendida em 2008.

GOCM/UFRGS<sup>14</sup> e uma no programa de Pós-Graduação da PUCRS<sup>15</sup>, trabalham com a cobertura jornalística sobre os impactos causados pelos megaeventos em grandes cidades brasileiras, mas a questão ambiental aparece timidamente nas análises. Três pesquisas trabalham o impacto social e ambiental da realização de obras em virtude do megaevento em Porto Alegre, mas não foram produzidos em Programas de Pós-Graduação em Comunicação ou Jornalismo<sup>16</sup>.

Um trabalho produzido Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)<sup>17</sup>, através da análise de conteúdo, estuda notícias sobre meio ambiente e mobilidade urbana publicadas em jornais catarinenses – mas não há, porém, um evento motivador desses impactos. Outras duas Dissertações produzidas no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS<sup>18</sup> analisam as transformações sociais e ambientais de Porto Alegre no contexto de realização da Copa do Mundo e comentam notícias e reportagens sobre as obras publicadas em jornais locais - porém, a análise dos produtos jornalísticos não faz parte de seus principais objetivos. Da graduação, um trabalho produzido na Fabico/UFRGS analisa, em aulas de educação ambiental, o uso de recortes de jornais para a reflexão sobre o processo de transformação urbana e os consequentes impactos ambientais na cidade de Porto Alegre<sup>19</sup>. A presente pesquisa, portanto, propõe uma relação ainda não completamente explorada pelos trabalhos acadêmicos anteriores.

Dessa forma, acreditamos que seja necessário haver estudos no momento em que essas transformações ocorrem para que possam embasar futuras avaliações sobre a decisão dos governos vigentes de realizar o megaevento na cidade. Já no que tange à teoria, temos que é ne-

---

<sup>14</sup> São as Dissertações de Mestrado de Josemari Poerschke de Quevedo – *Comunicação e debate público : o caso Pontal do Estaleiro em Porto Alegre* (2009) – e de Andressa dos Santos Pesce – *Rio 2016: Representações da cidade no jornal O Globo* (2012).

<sup>15</sup> Trata-se da pesquisa de Bibiana Cardoso Barros Echeverria – *Processo de agendamento da imprensa: a Copa do Mundo de 2014 para além do esporte* (2010).

<sup>16</sup> São as Dissertações de Mestrado de Felipe Magno, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da UFRGS – *A copa do mundo de futebol em Porto Alegre: a realocação dos moradores afetados pela duplicação da Avenida Tronco* (2014) –, de Gustavo Conde Margarites, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS - *Políticas urbanas em contextos de megaeventos esportivos : a formulação da política habitacional para a duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre* (2014) – e de Tiana Brum de Jesus, defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS – *Um dique no meio do caminho: processos de reassentamento e a intersectorialidade das políticas sociais* (2014).

<sup>17</sup> Pesquisa de Paula Scheidt Manoel - *Cidade, poder e imprensa: Notícias sobre meio ambiente e sobre mobilidade urbana em Florianópolis* (2011).

<sup>18</sup> São as Dissertações de Mestrado de Fernando Weiss Xavier – *O planejamento estratégico da cidade de Porto Alegre na conjuntura prévia à Copa do Mundo de 2014* (2013) – e de Clarice Misoczky de Oliveira - *Empreendedorismo urbano e práticas de planejamento: a Copa do Mundo e os grandes projetos urbanos em Porto Alegre* (2013).

<sup>19</sup> É a pesquisa de Gisele Souza Neuls – *A história da cidade nas páginas dos jornais: um olhar sobre os usos da informação ambiental numa escola de Porto Alegre* -, defendida em 2004.

cessário aplicar as reflexões do Jornalismo Ambiental sobre as notícias e reportagens que a imprensa veicula a respeito das transformações nas paisagens urbanas – a relação entre meio ambiente e cidade ainda é objeto de poucos estudos acadêmicos na área da comunicação social.

Sustentamos, assim, que o campo da comunicação precisa estar permanentemente ligado aos temas de interesse público e que o jornalismo, mais precisamente, precisa ser reconhecido como um campo essencial para a reflexão sobre os acontecimentos verificados na sociedade. Neste caso, observamos as matérias jornalísticas sobre os impactos das obras na qualidade de vida dos cidadãos e a capacidade de legitimação, pelo jornalismo, de determinados posicionamentos sobre o assunto – devido, especialmente, aos ideais de imparcialidade e objetividade historicamente atribuídos à profissão.

Assim, o tema deste trabalho é a perspectiva ambiental que consta no discurso jornalístico sobre as obras da Copa do Mundo de 2014 na Cidade de Porto Alegre. Ao embasamento no Jornalismo Ambiental, relacionamos as discussões a respeito dos sentidos sobre a cidade, pois o ecossistema urbano participa das relações ecológicas. Essa percepção é importante para nosso trabalho, pois a proposta é analisar o discurso jornalístico a respeito do impacto sofrido por essas relações na ocasião de grandes transformações urbanas.

Para isso, apresentaremos uma pesquisa qualitativa através da análise das 36 sequências discursivas (SDs) que compõem nosso *corpus*. O primeiro bloco de SDs foi retirado de 20 reportagens publicadas em Zero Hora durante o ano de 2013. A definição desta data para delimitar a recolha material justifica-se pela proximidade do evento. Em 2013, a realização simultânea de diversas obras originalmente previstas na Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo<sup>20</sup> impactou a mobilidade urbana da Cidade e gerou debate público sobre a contribuição de tais intervenções para o futuro do município. Selecionamos as sequências discursivas presentes neste trabalho a partir de matérias e reportagens de Zero Hora que apresentassem posicionamentos distintos a respeito do assunto retratado – que se propusessem, na medida do possível, a consultar fontes variadas – a fim de analisar como o discurso jornalístico se constitui e se posiciona a partir dos diferentes pontos de vista sobre uma mesma questão. Uma segunda leva de sequências discursivas foi recolhida das edições de fevereiro de 1975 de Zero

---

<sup>20</sup> Documento firmado em 2010 entre as esferas nacional, estadual, distrital e municipal. Além das três obras finalizadas para a Copa do Mundo, a Prefeitura também executava a construção dos corredores de ônibus das Avenidas Bento Gonçalves, João Pessoa, Protásio Alves, Tronco, Voluntários da Pátria e Terceira Perimetral, a construção de viaduto entre a Avenida Bento Gonçalves e a Terceira Perimetral, entre outros empreendimentos.

Hora, período em que o jornal realizou a cobertura do protesto contra a derrubada de árvores na Avenida João Pessoa, em Porto Alegre.

Este trabalho está dividido em outros quatro capítulos. Após esta introdução, definiremos o discurso e o acontecimento jornalísticos para, em seguida, no capítulo 3, detalhar os princípios do Jornalismo Ambiental e as contribuições do pensamento complexo para uma cobertura jornalística qualificada e plural. Na sequência, abordaremos os atuais problemas ambientais e a relação entre natureza e sociedade humana. No capítulo 5, iniciamos o estudo das SDs a partir da Análise do Discurso. Finalmente, sucederemos às considerações finais, com a avaliação sobre as perspectivas e possibilidade abertas por esta pesquisa.

## 2 JORNALISMO E ACONTECIMENTO

É difícil chegar a uma definição de jornalismo, pois se trata de um conceito que envolve, em si, diversos processos<sup>21</sup>. Neste trabalho, buscaremos caracterizar o jornalismo como um discurso, como um conjunto de relatos que dá sentido ao tempo presente. Mas quais são os sentidos que o jornalismo expressa? E por que a prática jornalística tem tanta relevância na sociedade contemporânea? Na tentativa de responder a essas questões, recorreremos, também, ao estudo das definições e características do acontecimento jornalístico.

Segundo Traquina (2005), existe um *ethos* que orienta as práticas e culturas presentes no campo jornalístico<sup>22</sup>. Esse *ethos* relaciona-se à teoria democrática, pois o dever da profissão é um elemento essencial para garantir o exercício efetivo da cidadania. O dever do jornalista é definido pelo código deontológico, um conjunto de normas e regras que prevê conceitos como o universalismo, que submete todos os profissionais àquelas regras, o distanciamento, que impede o jornalista de agir em interesse próprio, além da “equidistância em relação aos interesses dos demais agentes sociais [...] e o ideal de serviço à comunidade” (TRAQUINA, 2005, p.120).

O jornalismo se constitui em um documento público (PARK, 2008b), no qual constam informações essenciais para a vida em sociedade. Assim, o jornalismo contribui para a (in)formação dos cidadãos, fornecendo-lhe os fatos e dados que orientarão a sua ação nessa sociedade. Por sua vez, a existência do jornalismo também é resultado dos processos sociais e históricos vigentes (FRANCISCATO, 2005), já que a estrutura do campo e dos empreendimentos jornalísticos sofrem variações de acordo com os acontecimentos transformadores da ordem tecnológica, cultural, econômica, política, etc.

Pela representatividade, para a vida pública, do conhecimento elementar comunicado pelo jornalismo (PARK, 2008b), atribui-se a ele uma imediata credibilidade, pois a instituição assume a responsabilidade de relatar e veicular os fatos atuais para uma determinada comunidade. Para que possam legitimar essas narrativas da vida social, os jornalistas dominam uma série de valores-notícia, ou “mapas culturais” do mundo social, como a eles se refere o aca-

---

<sup>21</sup> Franciscato (2005) utiliza o conceito “jornalismo” como o conjunto dos fenômenos que envolvem duas esferas: a) a instituição jornalística, relativa à coletividade organizada em torno de uma racionalidade, conferindo unidade a “normas de ações e valores culturais institucionalizados” (*Ibid.*, p.166); e b) a atividade jornalística, que diz respeito mais especificamente às práticas e habilidades executadas pelos jornalistas e aos conhecimentos que orientam as ações desses profissionais. Portanto, quando utilizamos o termo “jornalismo”, estamos cientes dessa totalidade de conceitos e processos que ele traz em si.

<sup>22</sup> Nelson Traquina utiliza o termo “campo jornalístico” baseado no sociólogo francês Pierre Bourdieu, que estabelece a existência de um espaço simbólico, o “campo intelectual”, também partilhado pelo jornalismo e, consequentemente, pelos seus diversos produtos (2005, p.22).

dêmico britânico Stuart Hall (TRAQUINA, 2013, p.83). Os valores-notícia diferem o que é digno de ser noticiado em relação a outras inúmeras ocorrências cotidianas. Eles estão relacionados com “noções consensuais sobre o funcionamento da sociedade” (*Ibid.*, p.84), noções essas que precisam ser dominadas pela comunidade jornalística. Benetti (2010) ressalta que essa lógica pode ser definida como perversa, pois, se os acontecimentos jornalísticos são definidos de acordo com o que se considera consensualmente como um fenômeno variável, o que permanece estável não aparece nos noticiários. Assim, alguns grupos sociais permanecem invisibilizados pelos meios de comunicação.

O jornalismo, ao adotar de forma pragmática a concepção positiva e funcional de uma história compacta, linear e consensual sobre o que seja a norma e o que seja o desvio, utiliza a mesma lógica para supor os interesses de seus públicos e, com base nesses supostos interesses, orientar o próprio olhar sobre o que seja o acontecimento jornalístico. É um movimento circular que começa nos interesses da fala institucionalizada do poder e retorna a esses mesmos interesses, sempre mediado pelos procedimentos técnicos que legitimam a prática discursiva do jornalismo (BENETTI, 2010, p.147).

O jornalismo, portanto, é um campo dotado de valores quanto ao tratamento dos fatos e ao posicionamento do jornalista e de expectativas em relação ao público para quem se comunica. Os jornalistas, então, estão envoltos em condições de produção que lhes dão certas possibilidades de escolha para os discursos que levam ao processo de produção da notícia.

O discurso jornalístico, segundo Charaudeau (2012), é composto por duas instâncias: a de produção e a de recepção. É a relação entre ambas que assegura o sentido do texto. O texto midiático, produto, é transmitido tendo como alvo um destinatário idealizado pelo produtor.<sup>23</sup> No entanto, é consumido pelos receptores reais, com capacidades de percepção e interpretação heterogêneas. Para ser compreendido, portanto, deve ser dotado de inteligibilidade, já que o discurso

[...] resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquela a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) com a maneira pela qual se fala. (CHARAUDEAU, 2012, p.40).

---

<sup>23</sup> Ao longo deste trabalho, não adotamos especificamente a diferenciação entre produção e recepção, nem a utilização desses conceitos de Charaudeau (2012), pois seguimos a Análise do Discurso derivada de Michel Pêcheux, que, entre outros elementos, trabalha com as condições de produção de um discurso e a intersubjetividade. Fazemos, então, algumas observações quanto aos termos utilizados por Charaudeau. O autor não menciona o termo “jornalismo” e seus derivados. Porém, a descrição que faz sobre os conceitos de “notícia” e “informação”, além de sua incorporação na categoria mais abrangente de “mídias” nos permite associá-los, por correspondência, à prática jornalística.

Para Benetti (2010, p.144), “[...] o jornalismo é uma prática discursiva particular, que só se estabelece na relação entre sujeitos aptos a identificar os elementos do contrato de comunicação”. O discurso jornalístico é dotado de marcas que o diferenciam de outros discursos, que limitam os sentidos em deslizamento.

Nossa compreensão sobre o jornalismo como atividade profissional e instituição socialmente reconhecida será importante para que, mais adiante, recorramos com profundidade à Análise do Discurso e compreendamos as regularidades do discurso jornalístico.

## **2.1 Jornalismo no século XXI: responsabilidades da instituição e valores da profissão**

Consideramos que o processo de profissionalização no campo jornalístico ocorreu a partir do processo de mercantilização das notícias, especialmente entre os séculos XIX e XX. Tal movimento passou a estimular os estudos acerca desta nova lógica – pois fomentou não só a formação específica dos profissionais da mídia em universidades e cursos de jornalismo, mas também os trabalhos acadêmicos acerca desta atividade cada vez mais relevante para a opinião pública. Recorremos às noções históricas que abordam as atribuições e as relações do jornalismo com o interesse público porque procuramos compreender a origem dos afazeres que hoje caracterizam o campo.

### *2.1.1 Em busca das definições históricas para o jornalismo: panorama das principais teorias e reflexões sobre a empresa jornalística*

Para um melhor entendimento acerca dos valores e responsabilidades que envolvem a instituição jornalística hoje, abordaremos brevemente algumas das principais teorias do jornalismo evidentes desde o século XX. Partiremos de Traquina (2005; 2013) para refletir sobre a evolução dos entendimentos sobre o fazer jornalístico.

A teoria do espelho – segundo a qual o relato do jornalismo seria totalmente correspondente à realidade –, embora já superada, foi importante para a constituição do *ethos* da profissão no início da era de comercialização do jornalismo, entre o século XIX e o início do século XX, especialmente na Europa e nos Estados Unidos. Através das notícias qualificadas e dos jornalistas especializados, surge um novo jornalismo, que separa fatos e opiniões e busca observar o mundo de forma neutra e equilibrada (TRAQUINA, 2005). O jornalismo também passa a ser visto como uma forma elementar de conhecimento (PARK, 2008b). Em um segundo momento, na década de 1920, o jornalista estadunidense Walter Lippmann defende a

inspiração em mecanismos científicos para que a atividade jornalística possa relatar os fatos a partir de investigações independentes e sempre a serviço do público (BADIA; CLUA, 2008).

Na década de 1950, David Manning White desenvolveu a primeira teoria acadêmica sobre o jornalismo através do conceito de *gatekeeper*<sup>24</sup>, segundo o qual o sujeito jornalista é guardião de “portões” por onde passam as notícias e é responsável individualmente por filtrar aquelas que devem ser publicadas (TRAQUINA, 2005). Segundo Traquina (2005), estudos posteriores relativizaram o peso da subjetividade do jornalista nas decisões sobre o noticiário e passaram a se ater à participação das organizações e forças sociais no trabalho jornalístico. Em 1955, o sociólogo estadunidense Warren Breed publicou o primeiro estudo de uma teoria organizacional, segundo a qual o jornalista é permanentemente constrangido pelas políticas editoriais e hierárquicas da organização em que trabalha (TRAQUINA, 2005). Também são representativos para os resultados do trabalho jornalístico os fatores econômicos, já que o jornalismo se configura como um negócio.

Em 1972, Maxwell McCombs e Donald Shaw desenvolveram o conceito de agendamento<sup>25</sup>. Inicialmente, a teoria previa que os meios de comunicação eram capazes de estabelecer aquilo sobre o que as pessoas deveriam pensar. Vinte anos depois, porém, os autores revisaram tais ideias e afirmaram que o jornalismo também pode estabelecer como se deve pensar sobre os assuntos abordados, considerando que os meios de comunicação têm poder de realizar a seleção dos enquadramentos<sup>26</sup> (TRAQUINA, 2013).

No primeiro volume de Teorias do Jornalismo (2005), Traquina também cita as teorias da ação política, formuladas a partir dos anos 1970, que problematizam os efeitos do poder no trabalho jornalístico, destacando a parcialidade inerente à atividade. Já as teorias construcionistas, derivadas de estudiosos como os alemães Peter Berger e Thomas Luckman<sup>27</sup>, rejeitam a concepção das notícias como espelho da realidade e as caracterizam como uma construção da realidade, desconsiderando a passividade dos jornalistas na observação dos acontecimentos. Ainda nos anos 1970, a intensificação dos estudos em jornalismo alcançou o ambiente de produção noticiosa: as redações jornalísticas. Através de uma abordagem etnometodológica<sup>28</sup>, os pesquisadores observam as rotinas produtivas desses ambientes e descrevem as ações dos

---

<sup>24</sup> Schudson a denomina de “teoria da ação pessoal” (*apud* TRAQUINA, 2005, p.150).

<sup>25</sup> Em inglês, é conhecido como *agenda-setting*.

<sup>26</sup> O conceito de enquadramento foi desenvolvido por Erving Goffman em 1974 e se relaciona à seleção de uma organização para conferir sentido aos acontecimentos da realidade social (TRAQUINA, 2013).

<sup>27</sup> Autores do livro *A construção social da realidade*. Publicado originalmente em 1966, trata-se de uma obra teórica de fundamental contribuição para a sociologia do conhecimento. Este pensamento estuda a sociedade de acordo com suas realidades subjetiva e objetiva. BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de Sociologia do Conhecimento. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

<sup>28</sup> Em inglês, é chamada de *newsmaking*.

membros da comunidade jornalística e os momentos de crise das equipes (TRAQUINA, 2005).

Assim como as teorias construcionistas, a teoria estruturalista foi desenvolvida sob a herança marxista. Um de seus principais expoentes é o pensamento do autor britânico Stuart Hall, destaca Traquina (2005). De acordo com esta perspectiva, que valoriza o papel da cultura, a construção da notícia se daria através do processo de identificação com “mapas culturais” do mundo social (*Ibid.*, p.176) – ou seja, a atividade jornalística precisa organizar os conteúdos de modo que sejam significativos para o público a quem se destina, valendo-se de conhecimentos compartilhados social e culturalmente (TRAQUINA, 2005).

Por fim, Traquina (2005; 2013) define o jornalismo como uma atividade produzida por uma “comunidade interpretativa transnacional” (2013, p.99), que, apesar de espalhada pelo mundo, compartilha sentidos sobre o fazer jornalístico, adotando condutas semelhantes.

Para além do *ethos* profissional, postulei a existência de um conjunto de valores e normas (a objetividade, a independência, o imediatismo) que formam uma ideologia profissional, cimento essencial na definição do ‘ser jornalista’. Mais ainda, existe também toda uma cultura profissional [...]. (*Ibid.*, p.101, grifo do autor).

Por partirmos da Análise do Discurso como aporte teórico, completamos que o discurso jornalístico é permeado por suas condições de produção. Por esta razão, no que diz respeito às teorias do jornalismo, nossa pesquisa identifica-se com as abordagens que preveem a definição da atividade jornalística nas relações que os sujeitos desse campo mantêm com seu entorno – com outros campos e domínios do saber, com os poderes, com o público-alvo, com a sociedade e suas expectativas, etc.

A partir desse olhar, portanto, valorizamos os estudos sobre as rotinas de produção – que investigam a organização da comunidade jornalística e as formas segundo as quais se estrutura para transformar dados em notícias jornalísticas –, sobre os mapas culturais que mobilizam a identificação dos sujeitos com determinados campos do saber e sobre a ética e os valores que caracterizam a cultura profissional dos jornalistas. Simultaneamente, acabamos por desconsiderar estudos e teorias que tendem a retirar a complexidade do campo jornalístico, que o classificam apenas como um fiel retrato da realidade e ignoram a permanente contribuição do aspecto ideológico na produção dos enunciados<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Para a Análise do Discurso, um enunciado não se constitui simplesmente em uma frase ou proposição. Ele está inserido em uma rede de formulações para formar um elemento em uma sequência discursiva. O enunciado, portanto, tem existência material. (COURTINE, 2009). Segundo Foucault (2008), que trata da função enunciativa na obra *Arqueologia do saber*, a uma mesma frase podem ser atribuídos diferentes enunciados.

Após esse levantamento que considera diversos conceitos sobre o fazer jornalístico – capazes de conversar com teorias contemporâneas ou desenvolvidos para desautorizar teorias consideradas ultrapassadas – temos condições de compreender como os estudos acadêmicos pensam a prática, a instituição e o discurso jornalísticos. Sabemos que o advento do mercado de notícias e a profissionalização dos jornalistas, a partir do século XIX (TRAQUINA, 2005), tornaram o jornalismo um negócio. E, através da hierarquização, o jornalista deixou de dar conta de todo o processo de produção (FRANCISCATO, 2005).

Outra transição que caracterizou esse momento da história do jornalismo é relativa à popularização dos noticiários calcados em fatos frente à imprensa de opinião, esta geralmente vinculada a partidos políticos. Assim, ascenderam às práticas jornalísticas valores como a objetividade (TRAQUINA, 2013), que traria caráter impessoal ao texto noticioso e evidenciariam os acontecimentos, abstendo-se de interpretações. Parte-se, então, para uma busca pela verdade, através dos métodos de apuração e verificação das informações, com vistas à obtenção de uma exatidão sobre os acontecimentos.

Lippmann (2008), no entanto, ressalta que jornalismo e verdade não são sinônimos, e que o jornalista segue uma perspectiva da verdade – a sua própria – ao compor seu texto. Na atividade jornalística, é necessário, portanto, definir padrões que distingam um acontecimento representativo em relação às demais ocorrências do cotidiano para que não haja dependência de subjetivismos nas escolhas narrativas dos jornalistas. Aquilo que hoje denominamos critérios de noticiabilidade estava evidente desde o início da era do jornalismo profissionalizado – como atestamos através dos textos de Robert Park publicados nas duas primeiras décadas do século XX<sup>30</sup>:

Numa cidade onde tudo acontece todos os dias, não é possível registrar cada incidente trivial, cada mudança na rotina de vida da cidade. É possível, contudo, selecionar certos incidentes especialmente pitorescos ou românticos e tratá-los simbolicamente, pelo seu interesse humano mais que sua significância individual e pessoal. (PARK, 2008a, p.37).

Park (2008a) destaca o crescimento veloz das cidades como causa do aumento da circulação dos jornais. Entendemos, assim, que a informação passa a ser uma necessidade para entender a organização do sistema urbano, marcado pelo convívio com o diferente e pelo

---

<sup>30</sup> Robert Park (1864-1944) foi um dos autores de grande relevância da chamada Escola de Chicago, centro de estudos sociológicos da Universidade de Chicago que reuniu diversos pesquisadores proeminentes do campo entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Rocha e Eckert (2005) destacam a contribuição dessa escola para o estudo antropológico sobre a desestruturação das cidades causada pela crescente concentração de pessoas nesses ambientes, observação que será pertinente ao longo deste trabalho.

grande número de eventos, em diversas esferas, que se apresentam de forma simultânea para os cidadãos.

A organização do conteúdo jornalístico passa a se dar também por gêneros: na imprensa, o gênero informativo é contemplado através, sobretudo, da produção de notícias, entrevistas, reportagens – mais analíticas – e notas – breves relatos. O gênero opinativo, agora, é setorizado, localizando-se nos artigos de opinião e editoriais – que marcam o posicionamento do jornal a respeito de temas em evidência na sociedade. Franciscato (2005) lembra que a instituição e a atividade jornalísticas são historicamente definidas pela profissionalização e pela definição do objeto notícia, que tem como a atualidade como um de seus principais valores.

Assim, temos claramente a padronização do conteúdo jornalístico e a consequente caracterização do veículo como parte integrante de uma instituição que legitima essas atividades específicas.

A utilização de testemunhas oculares, o desenvolvimento da reportagem, com a utilização da técnica da descrição, foram algumas das inovações do jornalismo no decurso do século XIX. Mas houve também uma mudança importante no formato das notícias durante o século. À medida que as notícias começaram a ser tratadas como um produto, uma forma nascente de ‘empacotamento’ apareceu. As notícias tornaram-se crescentemente estandardizadas ao tomarem a forma a que chamamos hoje ‘pirâmide invertida’, enfatizando o parágrafo de abertura, o *lead*. (TRAQUINA, 2005, p.59).

Traquina (2005) afirma que a convenção sobre a utilização do *lead* auxilia na formação de uma autoridade profissional da classe jornalística. Trata-se, portanto, de uma atividade com legitimidade para relatar os acontecimentos em escala regional, nacional ou global.

Mariani (1996) destaca a contribuição das instituições<sup>31</sup> para a definição das práticas sociais. Embora não seja simples relacionar um grupo social a um pertencimento institucional específico e a seu discurso correspondente – devido à heterogeneidade que o constitui –, essa instituição contará com uma formação discursiva dominante – uma regularidade característica de seu discurso.

A ordem do discurso jornalístico, com seu sistema de exclusões e limites, marcada por um tipo de relação com a verdade e com a informação (ou melhor, com a verdade-da-informação), está relacionada por um lado com a ilusão referencial da linguagem e, por outro, com seu próprio processo histórico de constituição. Isto quer dizer que no discurso jornalístico, como tal, já se tem uma memória da própria instituição

---

<sup>31</sup> Segundo a autora, as instituições são fruto de longos processos históricos, que legitimam práticas, rituais e condutas sociais, tornando esses produtos visíveis e ordenando-os de acordo com determinadas normas ou leis. Assim, ela adota a perspectiva de Foucault sobre a instituição: “trata-se da dimensão de normatização ou disciplinarização constitutiva da ordem de possibilidades de um discurso” (MARIANI, 1996, p.77).

da imprensa agindo na produção das notícias. Memória que atua como um 'filtro' na significação das notícias e, conseqüentemente, no modo como o mundo é significado. (MARIANI, 1996, p.72).<sup>32</sup>

Assim, é recorrente a associação entre determinados discursos e as instituições que com eles se identificam. O discurso jornalístico, segundo Mariani (1996, p.73), é produto “[...] de uma instituição que se representa como portadora da verdade dos fatos”. Para Franciscato (2005), a atividade jornalística está relacionada a uma ideia de verdade do real que pode ser transformada em relato noticioso, devido ao compromisso em fidelizar essa verdade e produzir conteúdos que forneçam modos específicos de vivenciar as situações num tempo presente.

Traquina (2005) descreve o jornalismo como um campo dividido entre dois polos, o econômico (ou comercial) e o ideológico, desde a sua emergência como fonte de informação no final do século XIX. De acordo com o primeiro, as notícias são uma mercadoria, fazem parte de um negócio. O segundo, porém, atesta que elas também são um serviço público, e está alinhado com a teoria democrática, pois as notícias seriam instrumentos para que os cidadãos exercessem seus direitos. Então, Traquina (2005) define o jornalismo na teoria democrática como um “mercado de ideias” (p.128), através do qual as diversas opiniões possam ser ouvidas e debatidas.

Dessa maneira, pensamos: como tornar possível um jornalismo afeito aos princípios da democracia – tais quais a liberdade – em uma era em que o jornalismo é visto como negócio? É o que pretendemos discutir a seguir, abordando a ética e os procedimentos que o caracterizam como uma atividade relacionada diretamente às demandas do interesse público.

### 2.1.2 O *ethos* da profissão: o jornalismo e seus compromissos éticos e sociais

Podemos definir o *ethos* jornalístico como um conjunto de valores e responsabilidades que regulam a atividade jornalística – em uma democracia, como bem lembra Traquina (2005). Conforme vimos anteriormente, esses valores estão historicamente alicerçados em ideais como a objetividade e a liberdade, que ainda norteiam a produção noticiosa devido ao compromisso do jornalista em guardar o cidadão das mazelas do poder (TRAQUINA, 2005).

A liberdade, segundo Traquina (2005), é elemento fundamental na relação entre o jornalismo e a democracia. Lippmann (2008, p.151) ressalta que “a liberdade civil [...] nos garante a opinião pública no mundo moderno. Pois ela sempre supõe que a verdade seja espon-

---

<sup>32</sup> Grafia original mantida.

tânea ou que os meios de assegurar a verdade existem quando não há nenhuma interferência externa”. O autor, no entanto, observa que esse processo é bem mais complicado quando precisamos tornar visível o ambiente invisível e desconhecido. E, em uma democracia, a imprensa deveria ser responsável por facilitar esse contato com o invisível. O leitor acredita que ela possa fornecer um quadro verdadeiro do mundo exterior (LIPPMANN, 2008).

Isso somente é possível por se tratar de uma instituição que, ao longo dos anos, desenvolveu um *modus operandi* socialmente reconhecido, o que lhe conferiu credibilidade e contribuiu para a sua atuação representativa junto à opinião pública. Através da busca da objetividade, que inclui as técnicas de apuração, o desenvolvimento de uma linguagem informativa e um compromisso público com o empoderamento do cidadão, o jornalismo participa dos processos de troca de conhecimentos e de partilha de valores – seja no âmbito de uma comunidade, seja em nível mundial.

Importante ressaltar que, de acordo com Park (2008b), o jornalismo é uma forma de conhecimento que se constitui como a passagem entre as duas formas de conhecimento socialmente recorrentes e por ele classificadas: a familiaridade, ou “*acquaintance with*” (2008b, p.52, grifo do autor) está relacionada com saberes intuitivos e cotidianos; e o conhecimento formal, ou “*knowledge about*” (2008b, p.55, grifo do autor), referente ao conhecimento científico e lógico.

A familiaridade tem o mérito de contribuir para as iniciativas de pesquisa, pois “o conhecimento das coisas não é experiência meramente acumulada, mas o resultado de investigação sistemática da natureza. Está baseado nas respostas às perguntas definitivas que nós abordamos no mundo que nos cerca” (PARK, 2008b, p.57). Lippmann (2008) escreveu, no início do século XX, que o envolvimento do leitor com os jornais está relacionado não somente aos eventos externos à experiência do público: é através do tratamento dos fatos com os quais temos familiaridade que decidimos confiar e acompanhar determinado veículo de imprensa. Franciscato (2005) lembra que o jornalismo está vinculado intimamente ao contexto espaço-temporal em que se encontra, e seu fazer está permeado pelas formas culturais, econômicas, políticas vigentes.

Segundo Park, a notícia é um fenômeno que gera conversação e, portanto, possibilita a socialização. “A notícia não é nem história e nem política, embora esteja intimamente relacionada às duas. Entretanto é a coisa que torna a ação política possível, diferente das outras formas de comportamento coletivo” (PARK, 2008b, p.61). Como ressalta Franciscato (2005), a atividade jornalística é permeada por constantes trocas de expectativas e intenções entre os

interlocutores. A atividade jornalística pode ser caracterizada como algo individual, devido a um possível caráter autoral dos textos, e, ao mesmo tempo, coletivo, por se tratar de uma atividade baseada em valores profissionais e hierarquias no processo de decisão.

“A mitologia jornalística coloca os membros desta comunidade profissional no papel de servidores do público que procuram saber o que aconteceu, no papel de ‘cães de guarda’ que protegem os cidadãos contra os abusos do poder [...]” (TRAQUINA, 2013, p.49). Esse espírito está presente desde a profissionalização da profissão, que, segundo Franciscato (2005), se aplica em três sentidos: a *performance* – como o jornalista dá conta dos instrumentos específicos de sua profissão –, a identidade profissional – o comportamento em ambiente específico de trabalho, a redação jornalística – e o próprio *ethos*, que fortalece a missão social do jornalista, que é representado, então, como um profissional totalmente dedicado à sua atividade e capaz de se sacrificar por ela. Segundo tal mito, a notícia é um valor absoluto, e o jornalista não deveria hesitar em se arriscar para presenciar uma grande “estória” (TRAQUINA, 2013, p.53).

Traquina (2013) destaca que a cultura profissional é um dos valores elementares do jornalismo, pois busca identificação com os mais nobres valores da humanidade, como a liberdade. “A teoria democrática reconhece certamente que os jornalistas têm uma competência específica que é identificada em primeiro lugar com o fornecimento de informação à sociedade, isto é, das notícias” (TRAQUINA, 2013, p.33).

Nesse sentido, é essencial haver um código ético que oriente a prática profissional e reforce o compromisso dos jornalistas com o interesse público, pois “[...] os códigos deontológicos não definem apenas os comportamentos desejáveis para os jornalistas; definem também os deveres dos jornalistas em relação aos outros membros da sociedade” (TRAQUINA, 2005, p.120).

Enfim, formamos um quadro que possibilita compreender as condições de existência do jornalismo neste século. Assim, pretendemos relacionar essa caracterização ao produto em si, ou seja, o discurso jornalístico.

## **2.2 Definições do acontecimento jornalístico**

A fim de compreender a presença constante de assuntos relacionados à realização da Copa do Mundo em Porto Alegre no noticiário local, decidimos estudar o evento e as ocor-

rências relacionadas a ele como componentes de um acontecimento jornalístico<sup>33</sup>. De acordo com Fonseca (2010, p.174), o acontecimento jornalístico é envolto de uma “natureza especial”, distinguindo-se de outras passagens mais recorrentes e previsíveis do cotidiano. Mas como o jornalismo chega até tal classificação sobre os acontecimentos do mundo, considerando-os mais ou menos relevantes para o interesse público?

Para Charaudeau (2012, p.98), o acontecimento é relacionado ao trabalho de ordenamento de sentido pelo sujeito em relação ao mundo fenomenal. Existem na natureza, segundo o autor, os fenômenos que são “autogerados”, que garantem a estabilidade do meio, e os “heterogerados”, que ocorrem acidentalmente, de acordo com o acaso, e que contam com a existência de um elemento externo perturbador ou diferente. Através do ordenamento de sentido, ocorre o reconhecimento dos fenômenos de acordo com sua estrutura lógica e o reconhecimento daqueles que são diferentes dos elementos que compõem um sistema. Dessa forma, o acontecimento estará relacionado ao olhar do sujeito sobre as relações de ordem e desordem do mundo, por meio de suas próprias experiências.

Para que um acontecimento possa ser apreendido, é necessário que se produza uma *modificação* no estado do mundo fenomenal, geradora de um estado de desequilíbrio, que essa modificação seja *percebida* por sujeitos (ou que estes julguem que houve modificação) num efeito de ‘saliência’, e que essa percepção se inscreva numa rede coerente de *significações sociais* por um efeito de ‘pregnância’ (CHARAUDEAU, 2012, p.99-100; grifos do autor).

Nesse sentido, o autor define que há um processo evenemencial quando os efeitos de desequilíbrio configuram uma relação dialética que gera o acontecimento.

O acontecimento, segundo Fonseca (2010), é um conceito que permeia diversas disciplinas e, “para o jornalismo, um campo específico da comunicação midiática, acontecimento é o fato digno de registro na forma de notícia” (*Ibid.*, p.173). A autora (2010) lembra, porém, que os jornalistas não trabalham com critérios decisivos e objetivos para determinarem em meio a um sem número de acontecimentos quais os que devem se tornar notícia – estão permanentemente envolvidos em processos internos e externos que afetam suas escolhas.

---

<sup>33</sup> A AD, pensamento que aqui estudamos, trabalha com o conceito de acontecimento. Porém, refere-se ao acontecimento discursivo, processo distinto do acontecimento jornalístico, ainda que ambos correspondam ao elemento novo incorporado em uma regularidade. Para chegar à noção de acontecimento discursivo, Pêcheux (2008) diferencia os dois âmbitos do discurso: a estrutura refere-se a continuidades e o acontecimento diz respeito a rupturas. Segundo o autor, todo discurso envolve possibilidade de desestruturação-reestruturação, pois “é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” (PÊCHEUX, 2008, p.56). Estão, de certa forma, relacionados às noções de paráfrase e polissemia, pois a atualização é parte constitutiva do acontecimento.

Segundo Charaudeau (2012), a construção do acontecimento midiático é definida por três potenciais. O primeiro, relativo à atualidade, define a distância entre a aparição do acontecimento e o momento de sua informação ao público. A atualidade é definida pela contemporaneidade – ou pela ilusão de contemporaneidade. Ressalta uma tendência de imediatismo e de proximidade espacial, concretizando a conjunção espaço-temporal nos noticiários. O segundo potencial do acontecimento midiático é a socialidade, segundo a qual nada sobre o universo humano é estranho a esses humanos. Responde à condição da pregnância e leva à produção temática nas mídias, tal como as divisões do discurso em rubricas como política, economia e esportes. Já o terceiro potencial, a imprevisibilidade, diz respeito à perturbação da ordem conhecida. Trata-se, portanto, de um acontecimento que interfere na expectativa dos sujeitos. Dessa forma, o propósito, “como componente do contrato de informação midiática” (CHARAUDEAU, 2012, p.103), recorta o mundo e o reconstitui nos noticiários de acordo com esses potenciais, dando ao acontecimento uma grande visibilidade e contribuindo para que espaço público<sup>34</sup> e acontecimento midiático se confundam.

Fonseca (2010, p.180) identifica uma tendência nos grandes jornais brasileiros: “o acontecimento jornalístico, cujo registro se dá na forma de notícia, transcende o relato do factual”. Charaudeau (2012, p.95) destaca que o acontecimento é sempre construído e dependente de um sujeito, pois nunca passa “à instância de recepção em seu estado bruto”. De acordo com o autor (2012, p.96), as coisas do mundo adquirem sentido através do processo de “percepção-captura-sistematização-estruturação” empreendida por um sujeito e tornada inteligível através da linguagem – o que constitui o processo de significação –, que comunica ao outro, compondo, assim, a intersubjetividade, pois o outro reconstruirá o acontecimento de acordo com a sua própria inteligibilidade.

Segundo Charaudeau (2012, p.132), um “acontecimento só se torna notícia quando levado ao conhecimento de alguém”. Benetti (2010) recorre ao conceito de mapas culturais de significados de Stuart Hall *et. al* para ressaltar que há discursos que disseminam uma noção de consenso que não é condizente com a realidade. Para esses discursos, o acontecimento faz sentido quando é construído de acordo com as experiências e identificações partilhadas por um grupo social<sup>35</sup>. Segundo a autora, o jornalismo também é entendido como acontecimento

---

<sup>34</sup> Charaudeau (2012) afirma que, atualmente, o conceito de espaço público está relacionado ao de opinião pública e que, nesse sentido, é entendido como um “espaço de compartilhamento e de discussão da cidadania” (p.115). Trata-se de uma noção surgida na *polis* grega, em que se diferia a coisa pública da coisa privada. Hoje, também está relacionada à existência das línguas e à sua contribuição para as atividades dos grupos sociais.

<sup>35</sup> Stuart Hall afirma que os seres humanos são interpretativos e que, portanto, a ação social é constituída por sistemas de significado que orientam e regulam a conduta humana. “Tomados em seu conjunto, eles constituem

quando é possível perceber conceitos recorrentes em seu discurso e quando se pode considerá-los registro dos valores de uma sociedade em determinada época.

Os acontecimentos jornalísticos ajudam a definir historicamente uma sociedade porque o seu próprio processo de produção está imbuído de valores que circulam nesta mesma sociedade. Nesse caso, o jornalismo pode ser compreendido *como acontecimento*, pois através dele é possível avaliar o sistema de valores *hegemônico* naquela sociedade e naquele momento histórico (BENETTI, 2010, p.160; grifos da autora).

O acontecimento jornalístico é permeado por uma ordem de sentidos exigida para que tenha legitimação. “O fenômeno precisa ser inscrito em um regime discursivo para que passe a ter existência como acontecimento” (BENETTI, 2010, p.148). Segundo Charaudeau (2012), ocorre um processo de recorte e reconstrução do mundo através da linguagem a fim de conceder sentido a ele. “Para que o acontecimento exista é necessário nomeá-lo”, (CHARAUDEAU, 2012, p.131); ou seja, o acontecimento só significa enquanto parte de um discurso. De acordo com Loose (2010, p.25), “no jornalismo, o discurso torna visíveis representações acerca de determinados acontecimentos. Como parte de um campo legitimador, o discurso jornalístico reforça algumas representações e constrói outras, com maior ou menor ênfase”.

A dimensão do acontecimento no discurso, segundo Benetti (2010) pressupõe a existência de um leitor imaginado. De acordo com a autora (*Ibid.*), essa lógica é fundamental para a compreensão sobre o que seja o acontecimento jornalístico. Como ressalta Fonseca (2010), empresas jornalísticas e jornalistas trabalham permanentemente para averiguar o que interessa ao leitor. No momento atual, em que presenciamos o advento das tecnologias digitais, o contato passa a ser ainda mais estrito, pois pressupõe simultaneidade e interação constante entre o sujeito jornalista e o sujeito real, intensificando a troca de expectativas em relação à atividade.

Assim, ao produzir seu dizer, o jornalista estabelece uma série de relações, seja com as fontes, com a sociedade, ou com os membros da comunidade profissional. Para cumprir sua função, ele se faz valer das técnicas, gêneros, formatos e processos de edição, por meio dos quais é possível escolher, excluir ou acentuar determinados aspectos do acontecimento no discurso (SCHWAAB, 2011, p.76).

De acordo com Loose (2010, p.22), “ao relatar os acontecimentos, os jornalistas modificam sua natureza por meio do agir discursivo”. Assim, é inconcebível dizer, hoje, que o jornalismo é um espelho da realidade, uma atividade que apresenta linguagem neutra e fatos in-

---

nossas culturas. Contribuem para assegurar que toda ação social é cultural, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação” (HALL, 1997, p.15). HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, n.2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

contestavelmente verdadeiros. Como uma forma de discurso, o jornalismo se valerá de estratégias discursivas (LOOSE, 2010) para orientar as práticas cotidianas de produção da informação e de tratamento dos acontecimentos.

Para Charaudeau (2012), o processo de hierarquização dos acontecimentos pela mídia se dá através de critérios externos e internos. Os externos dizem respeito à aparição do acontecimento, que podem ser inesperados – como um acidente ou uma catástrofe natural –, programados – como eventos esportivos ou eleições – ou suscitados – como por pressão de poderes institucionais, manipulações, etc. Já os critérios internos relacionam-se com escolhas da instância midiática, segundo Charaudeau (2010). Estes dependem da construção sobre o público realizada pelos meios de comunicação e também dizem respeito ao agendamento, pois, através dessa prática, os meios de comunicação apresentam os acontecimentos que pautam as interações da vida social.

De acordo com Mariani (1996), a prática discursiva jornalística tende a criar a ilusão de relação entre causa e consequência dos acontecimentos. É neste sentido, então, que o jornalismo provê sentido aos fatos ocorridos.

Os jornais lidam com o relato de eventos inesperados, possíveis e/ou previsíveis. Em seu funcionamento, o discurso jornalístico insere o inesperado (aquilo para o quê ainda não há memória) ou possível / previsível (i.e, fatos para os quais se pode dizer algo porque guardam semelhanças com algo ocorrido anteriormente) em uma ordem, ou seja, organizando filiações de sentidos possíveis para o acontecimento não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros. (MARIANI, 1996, p.63).

Neste trabalho, consideramos a Copa do Mundo como um acontecimento jornalístico devido a seu caráter atual, relevante para a época histórica vigente, pela presença massiva na cobertura de imprensa e – apesar de se tratar de um evento agendado para realização em um espaço-tempo bem definidos – pela imprevisibilidade das ocorrências que o antecederam e procederam. Para isso, propomos um entendimento a respeito do evento a fim de que possamos compreender a presença, no noticiário, de informações relacionadas às obras que ocorreram em Porto Alegre para que a Cidade pudesse sediar o evento.

### **3 O OLHAR DO JORNALISMO AMBIENTAL: BUSCA DA PLURALIDADE E ENVOLVIMENTO NA CAUSA ECOLÓGICA**

Como vimos, a atividade jornalística está relacionada a uma ética e a uma linguagem específicas a partir das quais a informação bruta será moldada como notícia. Podemos identificar um padrão que constitui o discurso jornalístico e que atesta sua relevância para a esfera pública: através do peso institucional dos sujeitos jornalistas em pautar as discussões de uma comunidade, eles produzem seus discursos com a ilusão da certeza sobre aquilo que o *outro* – o público – deseja saber ou conhecer. E, assim, o discurso jornalístico produz efeitos de sentido *sobre* o mundo, desenvolvendo relações de causa e consequência entre os eventos do cotidiano. Os enunciados do discurso jornalístico fazem referência a acontecimentos que introduzem algum grau de ruptura e de novidade à dinâmica da sociedade.

Dessa maneira, sabendo que as especificidades do discurso jornalístico estão bem delimitadas por suas condições de produção, em que momento o Jornalismo Ambiental se destaca da prática jornalística tradicional? Ao longo deste capítulo, veremos que o Jornalismo Ambiental assume os preceitos éticos e os valores do jornalismo e que, diferentemente de um jornalismo sobre meio ambiente<sup>36</sup>, baseia-se na recorrência de uma pluralidade de vozes e de fontes e de um olhar sistêmico, capaz de contemplar as relações entre o todo e as partes (GIRARDI et. al., 2012), de forma que a cobertura sobre meio ambiente não esteja isolada em uma editoria e alheia às demais áreas do conhecimento.

Para pensar sobre a importância desse caráter dialógico para a atividade jornalística como um todo e, mais especificamente, para o Jornalismo Ambiental, recorreremos ao pensamento complexo, paradigma emergente que propõe considerar a solidariedade, a interdependência e as contradições como elementos fundamentais das relações naturais e sociais e, assim, nos coloca diante de novos questionamentos sobre os rumos do planeta.

#### **3.1 As novas perspectivas do conhecimento e a busca de respostas para a crise global**

Entendemos que os problemas ambientais globais são relacionados entre si e que nem sempre os produtos jornalísticos são bem-sucedidos em comunicar à sociedade a dimensão que impactos pontuais causados pela atividade humana podem ocasionar aos ecossistemas em totalidade. Neste sentido, recorreremos ao paradigma da complexidade a partir de Edgar Morin

---

<sup>36</sup> De acordo com Girardi et al. (2012), os princípios do Jornalismo Ambiental fazem com que sua prática vá além da mera cobertura fatorial ou programada sobre assuntos relacionados ao meio ambiente, pois o que caracteriza o Jornalismo Ambiental é a profundidade e a qualificação das abordagens.

(1993; 2000; 2003; 2008), pois se trata de um pensamento convergente aos princípios do Jornalismo Ambiental.

Consideramos que um novo paradigma para pensar as relações seres humanos/natureza precisa questionar o saber totalizante, que se expande sobre culturas tradicionais em nome do desenvolvimento. Um novo paradigma também tende a considerar a complexidade em que vida está envolta, retomando a ligação entre os fenômenos e evitando o isolamento dos saberes em campos disciplinares fechados e pouco afeitos ao diálogo com outras formas de conhecimento. Essas assertivas estão relacionadas com características definidoras do paradigma da complexidade.

O pensamento complexo refere-se aos sujeitos simultaneamente como autônomos e dependentes: ao mesmo tempo em que, para ser sujeito, é preciso ter consciência de si e não estar preso ao pleno determinismo, este sujeito está em relação a um meio ambiente objetivo, no qual irá reconhecer-se. Sujeito e objeto são indissociáveis, produzindo-se mutuamente. Somos, simultaneamente, produtos e produtores (MORIN, 2008)<sup>37</sup>. Este é o princípio da auto-eco-organização, que consiste na relação de autonomia e dependência de um sistema em relação ao(s) seu(s) ecossistema(s) (MORIN; KERN, 2003).

Os seres vivos são auto-organizadores que se autoproduzem incessantemente, e através disso despendem energia para salvaguardar a própria autonomia. Como têm necessidade de extrair energia, informação e organização no próprio meio ambiente, a autonomia deles é inseparável dessa dependência, e torna-se imperativo concebê-los como auto-eco-organizadores. O princípio de auto-eco-organização vale evidentemente de maneira específica para os humanos, que desenvolvem a sua autonomia na dependência da cultura, e para as sociedades que dependem do meio geocológico. (MORIN, 2000, p.16-17).

É no meio ambiente que vemos tais relações acontecerem, pois elas são essenciais para todas as formas de vida. Nessa perspectiva, Capra (1997) nos fala sobre a importância da Ecologia Profunda, paradigma holístico emergente que crê na percepção ecológica de todos os fenômenos da natureza. Neste sentido, consideramos o pensamento sistêmico de Capra como capaz de dialogar com a visão complexa do meio ambiente em Morin (2000), que enxerga a

---

<sup>37</sup> Ressaltamos que Morin entende o conceito “sujeito” por um viés diferente (mas não necessariamente excluyente) daquele que utilizamos ao longo deste trabalho, calcado na Análise do Discurso, e que mencionamos no capítulo anterior – segundo o qual o sujeito é o indivíduo interpelado pela ideologia. Para Morin, o sujeito está estruturado, primeiramente, pela “lógica de auto-afirmação do indivíduo vivo” (2005, p.74), por sua existência, situada no centro do mundo”. O sujeito, portanto, ocupa espaço egocêntrico, tem identidade e unicidade, de acordo com o princípio da exclusão – segundo o qual ninguém pode ocupar o mesmo lugar daquele sujeito. Ele se define no contato com o outro. “O sujeito surge para o mundo integrando-se na intersubjetividade, no seu meio de existência, sem o qual perece” (2005, p.78). MORIN, Edgar. **O método 5: a humanidade da humanidade**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

constante interação entre os elementos que constituem vida no planeta. Para complementar as definições sobre a importância das relações para a manutenção da vida no planeta, lembramos que, de acordo com Maturana e Varela (2005, p.52), os seres vivos são definidos pela “organização autopoietica”, que se constitui através das redes contínuas de interação. “A característica mais peculiar de um sistema autopoietico é que ele se levanta por seus próprios cordões, e se constitui como diferente do meio por sua própria dinâmica, de tal maneira que ambas as coisas são inseparáveis” (MATURANA; VARELA, 2005, p.55). Através dessa ótica biológica, portanto, ser vivo e meio também são percebidos como interdependentes.

Diante de uma visão ampla sobre as relações que constituem o mundo, nasce uma percepção que, inclusive, ser convertida em ação política: o conceito de pátria citado por Morin e Kern (2003) visa a retomar os vínculos entre comunidades, enfraquecidos com o advento da “civilização moderna que tende a atomizar os indivíduos” (*Ibid.*, p.72). A era planetária requer a associação dos Estados-Nação entre si a fim de discutir os grandes problemas mundiais.

Encontrar senão o caminho perfeito de desenvolvimento, mas o melhor caminho fundamentado na convergência da diversidade, na fraternidade e no amor entre os homens e com a Terra é a aposta numa realidade invisível, imprevisível e improvável. É uma utopia que vem junto com o novo paradigma da sustentabilidade, a utopia da salvação da Terra. (FERNANDES; SAMPAIO, 2008, p.93).

Na ciência atual, no entanto, ainda há predominância de princípio de disjunção definido por Descartes no século XVII, que separa a ciência – objetiva – e a filosofia – subjetiva (MORIN, 2008).

Domínio e posse, eis a palavra-chave lançada por Descartes, no dealbar da idade científica e técnica, quando a nossa razão ocidental partiu à conquista do universo [...]. Dominar, mas também possuir: a outra relação fundamental que mantemos com as coisas do mundo resume-se ao direito de propriedade. (SERRES, 1990, p.56-57).

Segundo Morin (1993, p.73), neste ponto de desenvolvimento, a humanidade ameaça “desintegrar a eco-organização”.

Assim, a humanidade passou da actividade integrada dos ecossistemas à conquista da biosfera, mas não escapou à biosfera. Agora a sociedade humana encerra nas suas malhas os ecossistemas, mas não escapa aos princípios fundamentais da relação ecológica. O homem alçou-se ao topo da natureza, mas permanece no interior da natu-

reza. Sofre a ecodeterminação que toda a vida sofre, e a dependência ecológica acrescentada é o preço da sua independência acrescentada. (MORIN, 1993, p.73)<sup>38</sup>.

De acordo com Serres (1990), a sociedade humana se encaminha para a crise por subjugar outras partes que compõem o planeta. Segundo o autor, a espécie humana ainda se vê como dominadora e apropria-se do território do planeta ante as demais espécies. É preciso abandonar essa lógica e reconhecer as relações que possibilitam a vida. No mesmo sentido, Capra (1997) defende a transição das hierarquias para as redes de interdependência a fim de preservar a vida.

Portanto, essa percepção pode ajudar a subverter a crise planetária que se intensificou no último século com a exploração de bens naturais em nome de um projeto de humanidade baseado em um desenvolvimento predatório. Fernandes e Sampaio (2008, p.90) identificam a crise na relação entre sociedade e natureza vinculada a uma problemática socioambiental, por sua vez relacionada ao modo de vida “essencialmente voltado para fins econômicos”.

Assim, a questão ecológica deve ser pensada em uma dimensão planetária (MORIN, 1993, p.75), pois os problemas não são somente locais e isolados, uma vez que envolvem a biosfera e a humanidade. O modelo capitalista – consumista e extrativista – é universalizado. Os danos subsequentes, porém, são especialmente observados junto às populações que não estão integradas a essa cultura e que são privadas de sua relação com o meio ambiente a cada novo empreendimento industrial ou imobiliário. Assim, tal modelo civilizatório provoca uma relação desequilibrada entre os seres humanos e a natureza, pois o que se retira dela está além da sua capacidade de absorção e regeneração (FERNANDES; SAMPAIO, 2008).

Os efeitos civilizacionais produzidos pela mercantilização de todas as coisas, justamente anunciada por Marx - depois da água, do mar e do sol, os órgãos do corpo humano, o sangue, o esperma, o óvulo e o tecido fetal tornam-se mercadorias -, são a decadência da doação, do gratuito, do oferecimento, do serviço prestado, o quase desaparecimento do não-monetário, que ocasiona a erosão de qualquer outro valor que não o atrativo do lucro, o interesse financeiro, a sede de riqueza... (MORIN; KERN, 2003, p.67).

Assim, percebemos que as transformações imediatas observadas nos ambientes naturais estão relacionadas às atividades humanas de apropriação e de consequente descarte dos produtos originados dessa colonização.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que a natureza não tem problemas e, se os tem, são inerentes a sua dinâmica e resolvidos por ela. A definição de problemática ambi-

---

<sup>38</sup> Grafia original mantida.

ental, portanto, é uma definição diretamente ligada às atividades sociais que incidem sobre a natureza. (FERNANDES; SAMPAIO, 2008, p.92).

Portanto, o crescimento econômico que valoriza bons índices de produção e de consumo e que se apresenta como um caminho natural precisa ser questionado. *“De qualquer modo, o progresso não está assegurado automaticamente por nenhuma lei da história. O devir não é necessariamente desenvolvimento. O futuro chama-se doravante incerteza”* (MORIN; KERN, 2003, p.78, grifo dos autores). Neste sentido, segundo Capra (1997, p.14), ainda vivemos uma crise de percepção que precisa ser superada.

Quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes [...]. Em última análise, esses problemas precisam ser vistos, exatamente, como diferentes facetas de uma única crise, que é, em grande medida, uma crise de percepção. Ela deriva do fato de que a maioria de nós, e em especial nossas grandes instituições sociais, concordam com os conceitos de uma visão de mundo obsoleta, uma percepção da realidade inadequada para lidarmos com nosso mundo superpovoado e globalmente interligado.

A fragmentação do conhecimento científico impede diálogo para pensar o global. Enquanto isso, o ser humano provoca mudanças significativas no planeta. Neste sentido, Serres (1990, p.16) alerta para a possibilidade de impactos micro e macroestruturais. *“Nunca se conheceram, no passado, mesmo longínquo, experiências semelhantes. Por causa das nossas intervenções, o ar modifica a sua composição e, portanto, as suas propriedades físicas. Enquanto sistema poderá ele, por isso, alterar o seu comportamento?”*. Imersos em um período de incertezas, ainda dependemos, porém, desse mesmo sistema para sobrevivermos.

Capra (1997) ressalta que existem soluções para essa crise, mas que todas elas requerem uma mudança radical de paradigma, necessidade que ainda não foi assimilada por líderes políticos, econômicos e intelectuais. O caminho, afirma, está na sustentabilidade. Comunidades sustentáveis são "ambientes sociais e culturais onde podemos satisfazer as nossas necessidades e aspirações sem diminuir as chances das gerações futuras" (CAPRA, 1997, p.15).

O paradigma complexo virá de um conjunto de novas ideias, visões e reflexões reunidas, pois, segundo o autor (MORIN, 2008), a complexidade está intrinsecamente relacionada à solidariedade, já que prevê uma realidade multidimensional e conectada. Para Serres (1990, p.65), é necessária *“a celebração de um contrato natural de simbiose e de reciprocidade”*, ancorada em um conhecimento que não suponha mais a propriedade. Para Morin, *“a sociedade deve regressar à natureza enquanto a natureza deve regressar à sociedade”* (1993, p.75). Fer-

mandes e Sampaio (2008) concordam que esse processo será possibilitado através da emergência de um paradigma comprometido com as questões socioambientais, de forma que a sociedade problematize a dependência que mantém com a ideia de que a manutenção da qualidade de vida humana é possível apenas através do desenvolvimento econômico.

A problemática socioambiental postula uma mudança de paradigma que tem como base de sustentação uma racionalidade alternativa aos grandes conflitos da sociedade moderna. Esses conflitos são traduzidos e resumidos pela difícil relação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. A mudança de paradigma está no fato de inserir a sustentabilidade socioambiental como pré-requisito do desenvolvimento. A problemática socioambiental, por intermédio da visão sistêmica e atuação interdisciplinar, postula também uma mudança moral e ética a partir de uma fundamentação ecológica [...]. (FERNANDES; SAMPAIO, 2008, p.92).

É necessário, portanto, fomentar a reflexão a respeito da duração do modelo de sociedade vigente e os caminhos possíveis para a conservação da harmonia na relação entre seres vivos. O paradigma da complexidade propõe-se a compreender as características dessas relações sem necessariamente dividir seus elementos como objetos de estudo de diferentes disciplinas. O jornalismo, e a comunicação em geral, podem orientar a sociedade para uma percepção sobre seus vínculos com o meio ambiente e sobre a conseqüente necessidade de comprometimento com um modo de vida sustentável.

### **3.2 Novas dinâmicas do conhecimento: a alfabetização ecológica também perpassa a comunicação**

Novas práticas comunicacionais estão atreladas a novas visões sobre o mundo e sobre a vida. Para que o discurso jornalístico seja capaz de abordar os acontecimentos com a responsabilidade e a profundidade devidas, precisa estar permeado pelos paradigmas emergentes, que auxiliarão os sujeitos em sociedade a refletirem sobre as relações percebidas no cotidiano. O conhecimento comunicado através dos veículos midiáticos passa a considerar o conhecimento da comunidade para quem se dirige, em detrimento da tentativa de inculcação dos valores globalizantes.

O saber ambiental é um caminho necessário para que as comunidades alcancem suas potencialidades e reconstruam “estratégias de reapropriação do mundo e da natureza” (LEFF, 2009, p.21). Segundo Leff (2009), trata-se de uma ética que considera os potenciais do planeta junto à criatividade cultural de cada povo. A valorização dessas potencialidades impulsiona o desejo de vida (constituindo-se em uma erotização do saber) e constrói novas realidades – sustentáveis. Segundo o autor, uma vez que o diálogo de saberes origina relações altruístas,

ocorre a emergência de uma sustentabilidade partilhada no encontro de identidades. Há, então, a mobilização dos atores sociais para a construção de estratégias alternativas de reapropriação da natureza, valorizando as culturas e os conhecimentos regionais. Segundo Caporal e Costabeber (2000, p.23), a sustentabilidade “[...] não é algo estático ou fechado em si mesmo, mas faz parte de um processo de busca permanente de estratégias de desenvolvimento que qualifiquem a ação e a interação humana nos ecossistemas”.

O saber ambiental também transcende o conhecimento disciplinar e simplificador. Está inscrito em um “debate permanente”, estimulando a construção de novos sentidos de ser (LEFF, 2009, p.21). Junto a esse processo, segundo o autor, é necessário aliar a lógica da pedagogia ambiental, segundo a qual cada sujeito pode transformar o mundo a partir de ações solidárias e da valorização do potencial da natureza. Essa nova pedagogia leva à apreensão do mundo em um “processo dialógico que transborda toda a racionalidade comunicativa construída sobre a base de um possível consenso de sentidos e verdades” (LEFF, 2009, p.20).

Para Milton Santos (1994), por exemplo, a gestão técnica e racionalizadora prejudica o desenvolvimento da criatividade e da originalidade. É necessário, portanto, adotar uma nova perspectiva, um novo paradigma, capaz de auxiliar os cidadãos no entendimento do mundo. Uma vez que a auto-eco-organização envolve o acaso e a incerteza (MORIN, 2008), os sujeitos passam a ter espaço para agir de forma solidária. Morin (2000) lembra, ainda, que vivemos em uma época na qual os problemas deixam de ser particulares para se tornarem mundiais – a ameaça nuclear, as epidemias, o excesso de emissões de gases causadores da mudança climática, etc. E o conhecimento, portanto, deveria ser livremente compartilhado, pois “só podemos conhecer o todo se conhecermos as partes que o compõem” (MORIN, 2000, p.1).

Da mesma forma, não podemos conhecer o ser humano somente a partir das partes que o constituem, pois a vida emerge do conjunto, das qualidades que essa organização complexa apresenta, como a autorreprodução, o movimento, a comunicação, etc. Nesse sentido, o ser humano deve ser considerado sujeito em relação a algo ou alguém, que se coloca em um lugar no mundo e participa dos processos de autonomia e dependência (MORIN, 2008). “Não há descontinuidade entre o social, o humano e suas raízes biológicas. O fenômeno do conhecer é um todo integrado e está fundamentado da mesma forma em todos os seus âmbitos” (MATURANA; VARELA, 2005, p.33).

Para Leff (2009), a educação não deve incentivar a desesperança e a resignação em relação aos desastres ecológicos. Deve, sim, buscar novas formas de reapropriação do mundo. Deve, ainda, estar voltada para a sustentabilidade e a justiça. É a janela para um futuro em que

os procedimentos serão condizentes com a valorização da complexidade ambiental. Como ressalta Morin (2000, p.2), o sistema educativo deve, ainda, permitir a ligação entre os fenômenos que parecem estar separados uns dos outros, pois “o conhecimento de nós próprios não é possível, se nos isolarmos do meio em que vivemos”.

À medida que as comunicações acontecem em uma rede social, elas acabam produzindo um sistema compartilhado de crenças, explicações e valores – um contexto comum de significados, conhecido como cultura, que é sustentado continuamente por novas comunicações. (CAPRA, 2005, p.23).

Com relação ao desenvolvimento do conhecimento sobre o mundo, Morin (2008) difere a racionalidade da racionalização. Enquanto a primeira está relacionada à criação de estruturas lógicas e ao exercício da razão de fato, a segunda busca prender a realidade em um sistema coerente, o que limita a compreensão sobre o mundo. O autor (*Ibid.*) defende, portanto, que a ciência deve exercitar, permanentemente, a autocrítica da razão a fim de evitar desprezar culturas, crenças e formas de expressão e conhecimento das sociedades primitivas.

Capra (1997) denomina alfabetização ecológica o processo de revitalizar as comunidades através da troca de conhecimento sobre os princípios de organização dos ecossistemas. “Reconectar-se com a teia da vida significa construir, nutrir e educar comunidades sustentáveis, nas quais podemos satisfazer nossas aspirações e nossas necessidades sem diminuir as chances das gerações futuras” (CAPRA, 1997, p.218). Trata-se, portanto do aprendizado que as comunidades humanas podem adquirir em relação com o meio ambiente.

O jornalismo, especificamente, tem papel relevante para a democratização do conhecimento. Como ressalta Sorhuet Gelos (2003), o jornalista ambiental, ao cumprir essa atribuição, não compete com o sistema educacional, mas contribui com ele através das informações novas que traz para o debate entre os cidadãos. Ainda segundo o autor, o jornalismo tem a capacidade de traduzir para o grande público as complexas informações sobre a ciência (SORHUET GELOS, 2003). Essa relação é explícita de acordo com os princípios do Jornalismo Ambiental.

A imprensa cumpre sem problema seu papel de informar, embora costume assustar a população. Mas, diante da crise ecológica, a imprensa também precisa assumir a responsabilidade de educar e transformar. O jornalismo ambiental não pode ser apenas informativo, tem de estar engajado em um modelo de vida sustentável do ponto de vista ecológico e social. (BELMONTE, 2004, p.35).

Creemos que o jornalismo tem papel fundamental na abordagem dos fatos relevantes à sociedade e, portanto, no compartilhamento do conhecimento sobre o mundo. Adiante, defenderemos que o Jornalismo Ambiental, por lidar com temas relevantes para a vida do planeta, se constitui em uma fonte primordial para a conscientização do público, contribuindo para a educação ambiental e cumprindo, assim, uma função didática. Trata-se de um meio eficaz para a mobilização das comunidades na retomada de uma relação mais estreita com a natureza e com as demais formas de vida.

### **3.3 As responsabilidades da cobertura ambiental e o dever ser do jornalista ambiental**

Segundo Capra (2005), a interdependência entre seres vivos e comunidades justifica a integração das disciplinas e conhecimentos sobre a vida. O autor defende que a alfabetização ecológica é o caminho necessário para que os humanos possam apreender a sabedoria da natureza. E aqui, portanto, sustentamos que esse processo não deve ser restrito ao ambiente escolar. O jornalismo, como atividade produtora de conhecimento social, deve contribuir com o entendimento sobre a relação entre os fenômenos através de um adequado tratamento das informações.

#### *3.3.1 Breve histórico do movimento ambientalista e do Jornalismo Ambiental no Brasil*

No Brasil, durante boa parte do século XX, a ecologia se consolidou lentamente como assunto de interesse da esfera pública, muito embora os problemas ambientais do território tenham começado já nos primeiros minutos de sua ocupação pela colonização europeia. “É simbólico: a primeira ação ambiental dos portugueses em Porto Seguro foi derrubar uma árvore para erguer a cruz da primeira missa” (BONES; HASSE, 2007, p.19).

A informação ambiental passou a compor os noticiários a partir da segunda metade do século XX. A ciência passou a reconhecer a contribuição humana, sobretudo a partir da era industrial, para a degradação dos ecossistemas. Serres (1990, p.36) ressalta que, no tempo presente, a atividade humana é decisiva para todo o planeta: “Existem agora lagos de homens, agentes físicos no sistema físico da Terra. O homem é uma reserva, a mais forte e unida da natureza. É um ser-em-toda-parte. E ligado”.

Girardi, Moraes e Loose (2012) recordam que embora houvesse, desde o século XIX, pessoas ou movimentos preservacionistas preocupados com os impactos da atividade humana na natureza, a problemática ambiental, no Brasil, começou a ser abordada em ritmo lento pelos meios de comunicação. Uma mudança de consciência, de acordo com as autoras, está vin-

culada à primeira viagem humana da Lua, que permitiu uma visão diferente, externa, sobre o globo terrestre.

Como lembra Sorhuet Gelos (2003, p.35, tradução nossa), “À medida que os problemas ambientais foram tendo maior incidência sobre a qualidade de vida das pessoas, houve aumento de sua inclusão nos atos comunicacionais”. No Brasil, o meio ambiente entrou em pauta na esfera pública, no final dos anos 1960, através do surgimento dos primeiros movimentos ambientalistas. Nessa década, também ocorreram os primeiros diálogos globais sobre o tema, como a Conferência da Biosfera, realizada em 1968, em Paris (França) (VILLAR, 1997). No ano seguinte, houve a fundação da primeira associação de jornalistas ambientais do mundo, também na França.

No Brasil, o Rio Grande do Sul foi o Estado pioneiro em iniciativas e manifestações que objetivassem a conservação ambiental. Um de seus primeiros ativistas foi Henrique Luís Roessler. Nomeado pelo Ministério da Agricultura como delegado florestal, trabalhava voluntariamente no monitoramento de atividades nocivas ao meio ambiente, sobretudo nos municípios do Vale do Rio dos Sinos, que concentravam diversos curtumes poluidores das águas. Nos anos 1950, Roessler fundou a primeira entidade ambientalista do Rio Grande do Sul, a União Protetora da Natureza, sediada em São Leopoldo, e passou a escrever crônicas semanais no jornal *Correio do Povo* (BONES; HASSE, 2007). Conforme destacam Bones e Hasse (2007), outra importante figura da ecologia no Estado foi Padre Balduino Rambo. O professor e botânico jesuíta publicou em 1942 o livro *Fisionomia do Rio Grande do Sul*, obra pioneira que resultou de um mapeamento biológico e geográfico do território gaúcho.

Através destes dois patronos, “o movimento ambientalista gaúcho foi colocado de pé, formalmente, em 1971, quando um grupo de amantes da natureza fundou a Agapan” (BONES; HASSE, 2007, p.33). A Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) contribuiu decisivamente para pautar os assuntos ambientais às imprensas regional e nacional. Diante da censura que imperava durante a ditadura militar, os ecologistas, tidos como menos subversivos, foram menos perseguidos pelo regime em um primeiro momento (BONES; HASSE, 2007). Assim, fundadores da Agapan como o engenheiro agrônomo José Lutzenberger e o livreiro Augusto Carneiro se mobilizaram para levar ao conhecimento do público assuntos como a importância da preservação de paisagens naturais no ambiente urbano, a polui-

ção causada pela atividade industrial – no que se refere, principalmente, à fábrica de celulose Borregaard<sup>39</sup> – e os malefícios dos agrotóxicos<sup>40</sup>.

De acordo com Villar (1997), na mesma época, o Brasil conheceu o trabalho de seu primeiro repórter especializado em meio ambiente, Randau Marques. Como recorda Bacchetta (2000), Marques foi considerado subversivo por rejeitar o termo “defensivo agrícola” e adotar a palavra “agrotóxico”. O jornalista foi preso em 1968 por escrever uma matéria sobre a intoxicação que acometia trabalhadores de curtumes da região de Franca, interior de São Paulo (VILLAR, 1997).

Em 1974 e 1975, ressalta Villar (1997), dois eventos são representativos da ascensão do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul e no Brasil: respectivamente, o fechamento da Borregaard e o protesto do estudante Carlos Dayrell, que subiu em árvore que seria cortada para a construção de um viaduto na Avenida João Pessoa, em Porto Alegre, e impediu a derrubada.

Na década de 70, os ecologistas ainda eram poucos e suas mensagens não tinham trânsito livre na imprensa, mas certos fatos não podiam ser ignorados. Cronistas como Luis Fernando Verissimo e Carlos Drummond de Andrade davam ‘toques’ nos leitores. Uma das mais empolgantes campanhas da Agapan foi contra a poda nas ruas de Porto Alegre. Um texto escrito por Mozart Pereira Soares descrevia os prejuízos causados às árvores pela poda. O ponto alto do movimento foi quando o estudante Carlos Dayrell trepou numa árvore para impedir que ela fosse cortada. Desta vez a Agapan ganhou espaço na mídia nacional. (BONES; HASSE, 2007, p.41).

Como veremos mais adiante, o caso foi amplamente noticiado por jornais locais como Zero Hora, que, inclusive, divulgou campanha institucional que enaltecia a atitude de Dayrell e publicou diversos artigos favoráveis à manutenção da vegetação no local. No episódio, dois jornalistas da empresa foram detidos junto aos demais manifestantes. O movimento ambientalista, aos poucos, ganhava destaque na imprensa e mobilizava jornalistas.

Bacchetta (2000) destaca que a primeira rede mundial de jornalistas ambientais foi proposta durante um evento oficial da Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, em 1992, e criada

---

<sup>39</sup> Companhia norueguesa que operava no município de Guaíba, às margens do lago, cujas atividades causaram sérios problemas de contaminação da água e do ar nas cidades da região metropolitana. O movimento ambientalista foi bem-sucedido em denunciar a empresa, que foi nacionalizada e passou a investir em métodos de controle ambiental (BONES; HASSE, 2007). Atualmente, a fábrica opera com o nome de Celulose Riograndense e, em sua apresentação institucional, destaca o seu compromisso com a reciclagem e a geração de energia a partir dos resíduos da produção e com o tratamento de efluentes para a devolução da água ao Rio Guaíba. Em: Sobre nós. **CMPC Celulose Riograndense**. Disponível em: <<http://www.celuloseriograndense.com.br/empresa>>. Acesso em: 06 nov. 2014.

<sup>40</sup> Através de sua militância, José Lutzenberger incentivou, inclusive, a adoção desta nomenclatura para designar o que até então se conhecia como defensivos químicos, como lembra Augusto Carneiro em depoimento registrado no livro *Pioneiros da Ecologia* (BONES; HASSE, 2007).

no ano seguinte, em encontro de jornalistas realizado em Dresden, na Alemanha. Teve início, então, a Federação Internacional de Jornalistas Ambientais (IFEJ, na sigla em inglês). Seu primeiro congresso foi realizado em 1994, em Paris.

Desde então, a temática ambiental está, inegavelmente, cada vez mais presente no jornalismo por meio de informações sobre assuntos ligados ao risco, como as mudanças climáticas. Girardi, Moraes e Loose (2012, p.3) diagnosticam o atual tratamento das notícias ambientais:

Apesar de o tema não parecer mais estranho atualmente, equipes de economia, política e esportes ainda costumam alavancar mais profissionais e despertar maior interesse nos editores. O meio ambiente começou a aparecer nos jornais, geralmente como pauta secundária nos meios de comunicação em geral. Isso pode ser percebido, por exemplo, quando há dúvidas sobre o espaço a ser ocupado por algum acontecimento ambiental. Por ser um assunto de faceta multidisciplinar, ele pode ser desdobrado nas mais variadas editoriais e, conforme o enfoque, tornar-se uma notícia de política, de economia, de comportamento, ou de polícia.

O Jornalismo Ambiental identifica as limitações que ainda existem no campo, mas sempre busca novos espaços de inserção das pautas ambientais. Afinal, trata-se de uma atividade comprometida com a existência de uma comunidade – seja uma aldeia, uma cidade ou o próprio planeta.

### *3.3.2 A caracterização do Jornalismo Ambiental*

Diante da urgência de um debate público sobre os temas ecológicos, acreditamos que a prática do Jornalismo Ambiental pode contribuir para o compartilhamento de saberes sobre os problemas enfrentados pela humanidade nesta fase de desenvolvimento. Partimos, primeiramente, para tentar buscar uma definição para o conceito.

Simplificadamente, podemos conceituar o Jornalismo Ambiental como o processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas, etc.) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado (BUENO, 2007, p.35).

O Jornalismo Ambiental não é apenas um campo de especialização no jornalismo. Para Loose (2012, p.3), esta atividade traz em si “os sentidos de coletividade, qualidade de vida e sustentabilidade da vida no planeta. A partir dessa conceituação, percebemos que o meio ambiente e o homem estão articulados e são interdependentes”. Ele tem, portanto, uma tarefa desafiadora:

Se consideramos o meio ambiente como o conjunto de sistemas naturais e sociais habitados pelo ser humano e pelos demais seres vivos existentes no planeta e dos quais obtêm seu sustento, o Jornalismo Ambiental é um dos gêneros mais amplos e complexos do jornalismo (BACCHETTA, 2000, p.18, tradução nossa).

O Jornalismo Ambiental compartilha os mesmos valores, como a atualidade e a periodicidade, com o jornalismo em geral, e caracteriza-se por abordar, a partir de uma visão sistêmica, temas bastante diversificados – que podem estar relacionados à biodiversidade, à proteção da flora e fauna, à preservação de comunidades biológicas, à poluição, ao lixo, ao saneamento, à produção agrícola, às condições do solo e da água, às condições de habitação e qualidade de vida da população, entre muitos outros (BUENO, 2007).

Porém, é sempre necessário lembrar, como ressaltam Girardi *et al.* (2012), que o Jornalismo Ambiental vai além da abordagem sobre o meio ambiente nos textos jornalísticos; ele prevê um discurso que seja permeado pela noção de racionalidade ambiental (LEFF, 2009), que se contrapõe ao conhecimento dominante no mundo globalizado – pois este é fragmentado e subjuga os saberes locais.

Essa noção caminha com a visão sistêmica, de acordo com a qual não podemos considerar o fenômeno somente a partir do ponto de vista econômico ou político, por exemplo, e utilizar fontes com perspectivas semelhantes em textos jornalísticos. É preciso criar um diálogo permanente entre todos os setores da sociedade para garantir a conscientização do público leigo a respeito da responsabilidade socioambiental (LOOSE, 2012). Tal missão é derivada de um pensamento global, inspirado pelo paradigma da complexidade. Morin (2000) alerta para o risco de constituirmos saberes somente vinculados a disciplinas ou restritos a determinadas áreas do conhecimento. “A possibilidade abraça a transdisciplinaridade e a superação do simplificado. O paradigma da complexidade ajuda a pensar a questão ambiental em sua complexidade, as conexões e tensões” (GIRARDI *et al.*, 2012, p.147).

Segundo Morin, é necessário que tenhamos noção do contexto e das inúmeras relações possíveis do fenômeno estudado.

Vivemos numa realidade multidimensional, simultaneamente econômica, psicológica, mitológica, sociológica, mas estudamos estas dimensões separadamente, e não umas em relação com as outras. O princípio de separação torna-nos talvez mais lúcidos sobre uma pequena parte separada do seu contexto, mas nos torna cegos ou míopes sobre a relação entre a parte e o seu contexto. (MORIN, 2000, p.2)

Completa-se o quadro sistêmico com a noção de Ecologia Profunda proposta por Capra (1997). Assim como a complexidade de Morin propõe um questionamento em relação ao

modelo vigente de organização do conhecimento para que sejamos cientes do todo e reconheçamos as qualidades que o constituem, A Ecologia Profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres da natureza e tem como princípio a adoção de um pensamento sustentável, ou seja, capaz de garantir a existência de todos os seres. Esse conhecimento ou essa percepção é importante para quem faz jornalismo ambiental vimos que a vimos que a Ecologia Profunda.

De acordo com Bueno (2007), para que o jornalismo alcance uma abordagem sistêmica, é preciso reconhecer as três esferas de atuação do Jornalismo Ambiental: a informativa – inerente ao próprio jornalismo, necessária para que os cidadãos estejam cientes dos principais acontecimentos a nível local e global –, a pedagógica<sup>41</sup> – que leva o público à reflexão e ao aprendizado constante sobre a vida e o planeta – e a política – que mobiliza os cidadãos em torno de uma causa comum. Sorhuet Gelos (2003, p.38, tradução nossa) concorda: o jornalista ambiental deve ter uma missão “pedagógica e crítica”, pois não deve dar respostas, mas, sim contemplar pontos de vista distintos para que o público chegue às suas próprias conclusões. Assim, o jornalista ambiental é um mediador entre a sociedade e os saberes que nela circulam e contribui, dessa forma, para um processo de humanização da ciência.

O Jornalismo Ambiental, portanto, deve se envolver naquele que é, segundo Leff (2009, p.24), o maior desafio da educação na atualidade: o da responsabilidade.

Trata-se de uma tarefa de coadjuvar o processo de reconstrução, educar para que os novos homens e mulheres do mundo sejam capazes de suportar a carga da crise civilizatória em que vivemos e convertê-la no sentido de sua existência, para o reencantamento da vida e para a reconstrução do mundo.

Como lembra Bacchetta (2000), o Jornalismo Ambiental deve ter em vista a diversidade de culturas que conviveram em nosso planeta ao longo da história das civilizações e, por isso, precisa questionar os valores culturais vigentes. “A própria noção sobre o meio ambiente, a forma de senti-lo e de se relacionar com ele alude à cosmovisão do ser humano, aos valores filosóficos e éticos de uma cultura” (BACCHETTA, 2000, p.18-19, tradução nossa). Para Sorhuet Gelos (2003), a comunicação é o ato de compartilhar significados, que não estão nas mensagens em si, mas, sim, nas pessoas. Portanto, um ato de comunicação não é apenas a ação de transmissão: ela inclui todo o universo humano (SORHUET GELOS, 2003). O jornalismo compartilha essa processualidade, pois é uma instituição associada ao interesse público.

---

<sup>41</sup> Em Análise do Discurso – percurso teórico-metodológico que orienta este trabalho –, Eni Orlandi considera a Formação Discursiva Pedagógica como autoritária, pois pressupõe hierarquia, controle ideológico e anulação do outro. No entanto, a pedagogia referida como missão para o jornalista ambiental não se baseia numa ideia tradicional de ensino e aprendizagem, pois sempre supõe a militância e a ação política do sujeito leitor a partir da informação jornalística.

No jornalismo, a abordagem sistêmica garante um diálogo de saberes (GIRARDI *et al.*, 2012). Isso significa que o jornalista deve ter noção da complexidade com que diversos elementos da realidade se encadeiam e deve trazer ao texto uma pluralidade de fontes, de forma a refletir a diversidade de pontos de vista possíveis a respeito do assunto abordado.

Propomos a qualificação da informação ambiental em dois eixos: por um lado, fazer um jornalismo coerente com os ideais ambientais – como o de respeitar as diferenças e o de perceber que o planeta é repleto de frágeis ligações que nos incluem e afetam; por outro, respeitar os critérios de apuração e redação (GIRARDI; MORAES; LOOSE, 2012, p.8).

Segundo Bueno (2007, p.36), o jornalista ambiental deve ter um *ethos* próprio, pois está comprometido “com a qualidade de vida e com o efetivo exercício da cidadania”. O Jornalismo Ambiental, portanto, deve ser social e politicamente engajado para não permanecer refém dos interesses de detentores do poder. Portanto, ele não pode ser neutro ou isento, pois admite o compromisso com a viabilização de um mundo mais justo e igualitário.

Após mais de meio século de discussões e alertas sobre os limites da atividade humana na Terra, o meio ambiente já é assunto consolidado nos noticiários atuais. As pautas envolvem desde assuntos cotidianos, como o lixo doméstico e a economia de água e de energia, até questões que nem são problematizadas o bastante para que se relacionem com o viés ecológico, como as atividades agrícolas, as alterações climáticas bruscas que afetam determinadas regiões – por meio de estiagens ou enxurradas, por exemplo – e as políticas de planejamento urbano que afetam o ecossistema manifesto nesses territórios.

Belmonte (2004, p.21) observa que “o meio ambiente é pauta, mas em geral ocupa espaços periféricos e recebe uma abordagem exótica”. Girardi *et al.* (2012) destacam pesquisas que indicam o interesse dos brasileiros sobre ecologia, principalmente por conta do trabalho da imprensa nas coberturas ambientais. No entanto, os autores ressaltam que o jornalismo brasileiro, em geral, ainda não trata as informações sobre meio ambiente de forma contínua e sistêmica.

Além do problema de abordagem, a situação dos jornalistas na grande imprensa não é promissora, descreve Bueno (2007): muitos profissionais especializados em meio ambiente têm saído das redações de veículos tradicionais por conta do constrangimento institucional que lhe é imposto na cobertura ambiental. Neste sentido, Villar (2007, *online*) identifica a existência de um “ambientalismo empresarial”, que funciona como uma espécie de publicidade das ações “verdes” implementadas por grandes indústrias.

Bacchetta (2000) também aponta outros fatores que prejudicam a cobertura qualificada de temas ambientais pela imprensa. Pelo fato de o Jornalismo Ambiental ser uma temática transdisciplinar, ele tem implicações políticas, econômicas e sociais, com as quais a grande imprensa não deseja se comprometer devido a interesses mercadológicos. Outro empecilho é a forma sensacionalista segundo a qual as pautas de meio ambiente são apresentadas pelo jornalismo. Em geral, elas têm visibilidade somente quando ocorre alguma catástrofe natural, não se constituindo em um conteúdo permanente. A pouca recorrência desses temas justificaria, portanto, a indiferença do público em relação às reflexões que o envolvem. Sorhuet Gelos (2003) concorda: de acordo com o autor, a imprensa enfoca os problemas ambientais de acordo com “aspectos técnicos e resultados políticos, e não em sua ressonância social” (p.37, tradução nossa).

Quanto à comunicação de temas ambientais, Sorhuet Gelos (2003) também destaca que, nos meios massivos, há dificuldade em abordar temas globais e “amplos” pelo fato de exigirem muitas informações e esforços para análise, embora necessitemos, segundo o autor, contrastar as informações e aproximar diferentes pontos de vista. O autor também ressalta que o número de jornalistas que realizam comunicação ambiental ainda é insuficiente.

No entanto, Bueno (2007) tem perspectivas otimistas com a transição do jornalismo para uma nova época, em que surgem alternativas para a comunicação, como a internet, as rádios comunitárias e os jornais locais. Bacchetta (2000) também acredita que as possibilidades de contato entre os jornalistas ambientais de todo o mundo através de conferências, listas de discussão e comunidades virtuais podem contribuir para a troca de informações de forma rápida e barata, apresentando, assim, novas perspectivas de trabalho a esses profissionais. Para Sorhuet Gelos (2003), os jornalistas devem imprimir, a cada trabalho, o compromisso com a defesa dos direitos das gerações futuras. Esta será sua contribuição fundamental para a construção da sociedade do século atual.

Como vimos anteriormente, o Jornalismo Ambiental não se restringe a pautas diretamente relacionadas à preservação do ambiente natural intocado. Ele permeia as mais diversas esferas da vida humana. E, ao apropriar-se dessa característica fundamental, o jornalista ambiental amplia as possibilidades de entendimento daquele assunto no âmbito da comunidade para a qual as notícias são comunicadas. Belmonte (2004), por exemplo, recomenda aos jornalistas enxergar o fenômeno da urbanização brasileira de forma articulada com os demais relatos do noticiário cotidiano. Assim, coloca-se o Jornalismo Ambiental em prática e mobiliza-se cada vez mais sujeitos em torno das reflexões suscitadas pelo desafio de buscar qualida-

de de vida em um mundo no qual os habitantes das cidades superam os de áreas rurais – o que provoca demanda crescente de um pronto abastecimento de suas necessidades, relacionadas a água potável, energia elétrica, alimentos, combustíveis, etc.

A idéia de que é preciso esvaziar as áreas urbanas numa espécie de êxodo rural ao inverso parece estar amplamente superada. A nova noção que predomina é a do direito à cidade para todos. Uma nova postura diante da realidade desafiadora é necessária. Nesse contexto, a informação ambiental de qualidade torna-se não apenas estratégica como obrigatória. Porque a questão central do Brasil e da maioria dos países continua a mesma: como garantir qualidade de vida a todas as pessoas que vivem nas cidades?. (BELMONTE, 2004, p.20).<sup>42</sup>

Por isso, falar de cidade é também falar de meio ambiente. E a temática é mais atual do que nunca: a ocupação desordenada de um espaço durante o afã desenvolvimentista, intensificado no século XX, criou um novo tipo de relação do ser humano com o ambiente. E essa relação precisa ser estudada e compreendida. Esperar-se-ia, portanto, que a revolução na comunicação também presenciada no último século fosse capaz, através da disseminação de dados e informações, de fornecer subsídios para que a população intensificasse as lutas pelo estabelecimento de limites para as ações prejudiciais à natureza.

No entanto, o interesse público ainda é negligenciado pelos jogos de poder. A mudança de paradigma passa por uma tomada de consciência do cidadão sobre seus direitos e o sobre impacto que é capaz de causar à Terra. Passa, portanto, pela reflexão sobre o modelo de cidade que temos: desconectado da natureza e desconectado em si mesmo. A atual tendência de priorizar políticas neoliberais na gestão urbana, além de destruir a autonomia das cidades brasileiras, promove segregação e degradação ambiental, ressalta Vainer (2013). É o que vamos observar mais detalhadamente no capítulo a seguir.

---

<sup>42</sup> Grafia original mantida.

#### **4 AS DINÂMICAS DA CIDADE E SEUS PROBLEMAS SOCIAIS E AMBIENTAIS NA REALIZAÇÃO DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: O CASO DA COPA DO MUNDO FIFA 2014 NO BRASIL E EM PORTO ALEGRE**

Neste capítulo, trataremos, em linhas gerais, das definições que nos levam a compreender o espaço urbano e o seu funcionamento na atualidade. A pauta em questão – as transformações nas cidades – está intrinsecamente ligada ao foco do Jornalismo Ambiental, que, além de informar o público sobre assuntos relevantes da atualidade, mobiliza os cidadãos em relação a práticas e modelos que interferirão na vida das pessoas e acompanha as decisões políticas de grande impacto hoje e para as próximas gerações.

Para Porto-Gonçalves (2012), atualmente vivemos como se o rural devesse ser superado, embora nossas cidades sequer tenham alcançado o ideal de civilidade atribuído às zonas urbanas (como um local de oportunidades e serviços, uma alternativa à pobreza no campo). Como lembram Santos Junior e Ribeiro (2011), não há, nas cidades brasileiras, integração entre classes e grupos sociais; pelo contrário, vivemos em um espaço segregado, no qual nem todos os cidadãos podem desfrutar de condições de vida dignas, muitas diretamente relacionadas à harmonia com o meio ambiente: acesso à água potável, aos alimentos e a outros bens naturais indispensáveis para a vida humana, saneamento básico e tratamento adequado dos resíduos produzidos pelas atividades humanas, de forma que nenhuma comunidade seja impactada por problemas ambientais, sociais e de saúde decorrentes do acúmulo de rejeitos – entre outras diversas preocupações. Ao mesmo tempo, essas comunidades vulneráveis estão invisibilizadas e, assim, incapazes de manifestar seu descontentamento.

Segundo Bueno (2007), a grande imprensa tende a dar voz somente àqueles que sustentam grandes interesses políticos e econômicos e às fontes oficiais, ignorando o papel da sociedade civil e dos grupos marginalizados – agricultores familiares, indígenas, sem-terra, habitantes da floresta, entre muitos outros setores historicamente renegados pelo poder público e econômico vigente. Nesses veículos, têm espaço às abordagens que priorizam as preocupações do capital financeiro, como aquelas relacionadas ao modelo agroexportador e de concentração da produção pelas multinacionais. Girardi *et al.* (2012, p.139), no entanto, defendem: “de uma oferta de informação ambiental desconexa, a sociedade precisa ser confrontada com a abordagem sobre os fatores que, interligados, dão origem aos graves problemas socioambientais na construção da cidadania ambiental”.

Aqui, portanto, partiremos de paradigmas holísticos e ecológicos para pensar as relações possíveis entre cidade e meio ambiente para, após, analisar a maneira como elas são retratadas no discurso jornalístico.

#### **4.1 A luta contra a degradação do meio ambiente nas cidades**

O crescimento vertiginoso das cidades ocorre com um custo humano e ambiental. A apropriação do espaço urbano pelo capital cria zonas de exclusão e afeta a dinâmica das comunidades. “Quanto mais os países se modernizam e crescem, mais as grandes cidades associam lógicas externas e lógicas internas subordinadas. Por isso, são cidades críticas desde o seu nascimento, sobretudo porque se tornam cidades sem cidadãos” (SANTOS, 1994, p.36).

O domínio da paisagem e transformações nas áreas de produção e circulação também levam à crise ambiental (SANTOS, 1994), pois abalam a convivência das comunidades naquele com aquele espaço.

Na cidade, hoje, a ‘naturalidade’ do objeto técnico – uma mecânica repetitiva, um sistema de gestos sem surpresa – essa historização da metafísica, crava no organismo urbano, áreas ‘luminosas’, constituídas aos saber da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao resto da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas ‘opacas’. Estes são os espaços do aproximativo e não (como zonas luminosas) espaços da exatidão, são espaços inorgânicos, abertos e não espaços racionalizados e racionalizadores, são espaços da lentidão e não da vertigem. (SANTOS, 1994, p.41).

A confiança na técnica pode ser o caminho para a naturalização de procedimentos que desconsideram a experiência dos grupos humanos e os isolam do contato vital com os demais sistemas vivos. Diante de condições que evidenciam o desenvolvimento das cidades e o veloz processo de substituição de elementos nesse território, é necessário, sobretudo, não dissociar o espaço urbano das áreas verdes.

“[...] o tema do meio ambiente é tratado nos planos diretores como se dissesse respeito unicamente às áreas não ocupadas, como áreas verdes ou áreas de preservação, desconsiderando os processos de loteamento e ocupação do espaço urbano como integrantes da dinâmica ambiental” (QUINTSLR, 2011, p.79).

A desigualdade ambiental coloca populações em situação de vulnerabilidade social não somente por privá-las do acesso à qualidade de vida proporcionada pela interação com o meio ambiente, mas também por expô-las aos rejeitos provenientes das áreas privilegiadas da cidade. Trata-se de um processo recorrente nesta ordem mundial, mas que pode ser superado a partir da justiça ambiental e de uma perspectiva que estimule o aprimoramento de uma cons-

ciência social e ambiental para o futuro diante de todas as incertezas que provêm das evidências científicas de que seres humanos podem alterar o curso do planeta a partir de suas atividades.

#### 4.1.1 *Sociedade e natureza: perspectivas para o futuro*

Diante do quadro de alerta, o novo paradigma passa a reafirmar as relações entre natureza e sociedade para conscientizar sobre a iminência de práticas e ideias sustentáveis, que garantam a sobrevivência das futuras gerações. Assim, Morin propõe a “eco-(bio-socio)-logia” (1993, p.74), termo que considera a vinculação entre a sociedade humana e o meio ambiente.

A verdadeira realidade, agora polarizada entre a eco-organização natural e a socio-organização humana, é mista, vaga, multidimensional, a verdadeira realidade é a eco-(bio-socio)-logia complexa constituída por eco-organizações biológicas e sociais onde o urbano, o rural, o selvagem se sobrepõem e interferem em interações complementares, concorrentes, antagônicas e incertas. (MORIN, 1993, p.74-75).<sup>43</sup>

A complementaridade, a ligação lógica entre os sistemas que permitem a atual organização humana, portanto, é essencial para a compreensão do mundo em que vivemos. “Essa circularidade, esse encadeamento entre ação e experiência, essa inseparabilidade entre ser de uma maneira particular e como o mundo nos parece ser, nos diz que *todo ato de conhecer faz surgir um mundo*”. (MATURANA; VARELA, 2005, p.31-32, grifo dos autores).

“*Já não há natureza pura, e nem nunca houve sociedade pura*” (MORIN, 1993, p.75, grifo do autor). Ambas são autônomas e dependentes, simultaneamente. Ecologia e sociedade, portanto, participam de um “duplo englobamento necessariamente aberto” (MORIN, 1993, p.75), ou seja, estão em relação em um circuito permanente.

É importante ressaltar que o desenvolvimento científico e tecnológico não se apresenta como uma solução milagrosa para a crise planetária que descrevemos no capítulo anterior. Acima de tudo, as tecnologias empregadas pelo ser humano para se livrar de seus rejeitos os colocam, cada vez mais, sob a dependência das máquinas artificiais, segundo Morin (1993), e a autonomia característica do ser humano passa a ser menos observada. Assim, a humanidade não impede a continuidade da destruição ecológica e das perturbações causadas ao ambiente. Em certos casos, por demandas políticas ou econômicas, essas consequências sequer são evitadas.

---

<sup>43</sup> Grafia original mantida.

As sociedades humanas julgaram emancipar-se da natureza criando cidades. E no entanto, repitamos, é nesta e por esta emancipação urbana que a cultura, a civilização, a sociedade se tornaram tributárias da natureza, como as sociedades arcaicas nunca o foram. [...]. Com efeito, as concentrações urbanas necessitam dum abastecimento maciço e regular, e portanto dependem das colheitas que dependem dos riscos meteorológicos, económicos e sociais (conflitos, guerras e invasões). [...]. Dora-vante, são os ciclos da água e a salubridade do ar que estão ameaçados pelos escoamentos envenenados do tudo-no-esgoto nos rios e das dejeções de gás na atmosfera. (MORIN, 1993, p.73).<sup>44</sup>

E o que esperar do futuro? Entre as tendências apontadas por Faith Popcorn (1993), está o sair fora: homens e mulheres começam a questionar suas rotinas estressantes nos grandes centros e tendem a optar por uma vida mais simples e menos agitada. Assim, outra aposta da autora é a redescoberta de uma consciência social e ética, diante de um mundo no qual também impera a incerteza perante a poluição do ar, a contaminação da água e a insegurança alimentar. Seria, portanto, uma sociedade mais vigilante e questionadora. Morin e Kern (2003) ressaltam que “a incerteza do espírito e a incerteza do real oferecem ao mesmo tempo risco e oportunidade”.

Dessa forma, embora a crise ambiental traga consequências críticas para a manutenção da vida no planeta, pode também se constituir em uma ocasião-chave para a adoção de práticas que integrem as sociedades humanas e o meio ambiente e para a reflexão sobre os rumos do processo civilizatório.

#### *4.1.2 Combate às desigualdades sociais e ambientais provenientes do desenvolvimento excludente*

Existe um modelo de civilização vigente que universaliza o desenvolvimento econômico dos territórios como saída exclusiva para as crises sociais. Entretanto, ele é insustentável. “*O problema do desenvolvimento depara-se diretamente com o problema cultural/civilizacional e o problema ecológico*” (MORIN; KERN, 2003, p.70, grifo dos autores).

O conceito de desenvolvimento está ligado a progresso (MORIN; KERN, 2003). Trata-se de uma crença absoluta no crescimento econômico como salvação para as sociedades, o que ocasionou uma série de tragédias políticas e ecológicas durante o século XX – e uma extrema disparidade entre as populações do Norte e do Sul do globo (*Ibid.*). O impacto de um cidadão estadunidense sobre a Terra é, em média, doze vezes maior em relação ao de um africano, por exemplo. Tal impacto é denominado pegada ecológica (PORTO-GONÇALVES,

---

<sup>44</sup> Grafia original mantida.

2012). A parcela mais rica da população mundial demanda uma parcela muito maior de bens naturais. Dessa forma, segundo Porto-Gonçalves (2012), a população em número não coloca o planeta em risco, como supunham as teorias malthusianas.

Assim, os problemas ambientais e alimentares são questões políticas e estão relacionados ao fluxo econômico desigual que sustenta o capitalismo e exige a exploração de bens naturais (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.165) a fim de enriquecer países e pessoas que já detêm recursos financeiros e controlam os mercados mundiais. Têm relação, portanto, com o modelo de desenvolvimento vigente.

O desenvolvimento tem dois aspectos. De um lado, é um mito global no qual as sociedades industrializadas atingem o bem-estar, reduzem suas desigualdades extremas e dispensam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar. De outro, é uma concepção redutora, em que o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais. Essa concepção tecno-econômica ignora os problemas humanos da identidade, da comunidade, da solidariedade, da cultura. Assim, a noção de desenvolvimento se apresenta gravemente subdesenvolvida. A noção de subdesenvolvimento é um produto pobre e abstrato da noção pobre e abstrata de desenvolvimento. (MORIN; KERN, 2003, p.78).

A ideia desenvolvimentista foi e é cega às riquezas culturais das sociedades arcaicas ou tradicionais que só foram vistas através das lentes economistas e quantitativas (MORIN; KERN, 2003, p.79). O desenvolvimento, portanto, prejudica a relação de solidariedade existente nas comunidades. Morin e Kern (2003), contudo, alertam que a existência de uma cultura planetária também é necessária, no sentido de integrar os traços positivos das mais diversas culturas existentes no globo. No entanto, o que se vê é a mera destruição de saberes milenares, neutralizados por um processo de “homogeneização civilizacional”, onde apenas uma cultura predomina (MORIN; KERN, 1993, p.82).

Porto-Gonçalves (2012) desmitifica o princípio liberal de livre acesso aos bens naturais. “A acessibilidade aos recursos naturais, assim como o seu deslocamento, revelará a natureza das relações sociais e de poder entre os *do lugar*” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.288, grifo do autor). O desenvolvimento acaba por impactar o caráter de igualdade das relações. Em um contexto de tensões existentes no meio ambiente construído (SANTOS, 1994) devido à apropriação capitalista do território, emerge o conceito de justiça ambiental, que se refere à luta pelo fim da exploração desequilibrada da natureza.

A existência de desigualdade ambiental nas comunidades humanas foi constatada após os primeiros alertas sobre os riscos que a degradação do meio ambiente poderia provocar na qualidade de vida das pessoas e na sobrevivência do planeta, durante o século XX. Alguns

grupos sociais, marginalizados, são muito mais impactados por atividades ecologicamente insustentáveis. Na periferia, estão mais vulneráveis e presenciam a transformação de suas comunidades em depósitos de rejeitos, por exemplo. “Face às evidências da política ambiental discriminatória, estreitam-se as convergências entre o movimento dos direitos civis e dos movimentos ambientais” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.386-387). A luta contra essa discriminação foi denominada justiça ambiental e é também uma demanda por reconhecimento da cidadania desses grupos prejudicados perante o poder público<sup>45</sup>. A partir de 1987, segundo Acelrad (2002, p.53), o assunto passou a ser melhor debatido. “Ou seja, procurou-se tornar evidente que forças de mercado e práticas discriminatórias das agências governamentais concorriam de forma articulada para a produção das desigualdades ambientais”.

O movimento por justiça ambiental “[...] diz respeito não apenas a não destinação dos impactos do desenvolvimento a determinados grupos, mas também à garantia do acesso de todas as pessoas aos recursos naturais necessários a sua existência e reprodução social” (QUINTSLR, 2011, p.77). A luta também se refere à conquista de mais espaços de participação. Em virtude da demanda por seus direitos civis, a população também passa a questionar o modelo capitalista segregador e a exigir alternativas para que as cidades estejam mais atentas à preservação ambiental – já que, a partir de uma visão sistêmica, é improvável o meio ambiente construído se isolar em relação ao todo. O clamor não se dá somente em âmbito local, mas se universaliza e ocorre em nome do futuro da vida no planeta.

#### **4.2 Cidades brasileiras e sustentabilidade**

Partimos da ideia de espaço<sup>46</sup> para pensar a cidade como um sistema dinâmico, construído a cada mínima intervenção humana. Conforme Santos (1994), entendemos que o urbano é uma característica da cidade e relaciona-se a um ideal global de padronização dos espaços locais em função da circulação do capital.

Santos (1994) contextualiza o espaço a partir de fluxos materiais e imateriais. O espaço geográfico, “algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana” (SANTOS, 1994, p.23), confunde-se, hoje, com os espaços globais. Estes se relacionam à

---

<sup>45</sup> A discriminação ambiental é, também, racismo ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2012), pois os residentes de comunidades prejudicadas pertencem, em grande parte, a minorias étnicas historicamente subjugadas. Acerca dessa questão, os primeiros protestos registrados foram na localidade de Afton (Carolina do Norte, EUA), em 1982, cuja população negra chegava a 84%.

<sup>46</sup> Não é nosso objetivo dissertar sobre o conceito desse termo. Trazemos apenas o entendimento de alguns autores que pensam o espaço não como algo estático, pois nossa intenção é, justamente, pensar a sucessão de transformações que contribui para a caracterização do espaço urbano atual.

“transformação dos territórios nacionais em espaços da economia internacional” (*Ibid.*, p.24). Ocorre, assim, tensão entre globalidade e localidade e uma tendência à fragmentação.

Como afirma Santos (1994), o tempo e o espaço envolvem um lugar e um cotidiano. Entendemos o espaço urbano também a partir do conceito de Henri Lefebvre (2013): com a criação de guetos e isolamentos da população, é um ambiente homogêneo, mas fragmentado – pois a homogeneidade mascara os conflitos. É também um lugar de simultaneidade, pois o espaço não reflete somente o seu tempo; ele traz consigo uma história.

Nenhum meio de transporte no espaço desapareceu inteiramente, nem a caminhada a pé, nem o cavalo, nem a bicicleta etc. No entanto, é um espaço novo que foi constituído no século XX, em escala mundial; a sua produção, inacabada, continua. O novo modo de produção (a sociedade nova) se apropria, isto é, arranja para seus fins o espaço preexistente, modelado anteriormente (LEFEBVRE, 2013, p.128).

Lefebvre (2013, p.125) enxerga o espaço e o tempo como produtos, e não objetos ou coisas. “O espaço não pode mais se conceber como passivo, vazio, ou como de fato não tendo outro sentido, tal como os ‘produtos’, senão o de ser trocado, de ser consumido, de desaparecer”. E a cidade é uma apropriação (ou desapropriação) de um espaço. Nesse sentido, as relações sociais – ligadas a certos modos de produção – são intrínsecas às relações espaço-temporais (LEFEBVRE, 2013). E a cidade, portanto, é mais do que um fato de natureza ou de cultura. É, sim, um produto do processo civilizatório.

A cidade é um espaço construído (ROCHA; ECKERT, 2005), mas que também é possibilitado por características ambientais. A tendência atual é de integração e de padronização, tendo em vista o modelo ocidental de desenvolvimento. Segundo Santos (1994), os espaços em constituição não são somente naturais ou técnicos, mas, sim, permeados pela ciência, tecnologia e informação, que fortalecem os interesses dos atores hegemônicos e, assim, inserem o local na globalização.

#### *4.2.1 Cidade, espaço e tempo: o Brasil e a era capitalista*

As cidades contemporâneas são produtos de uma racionalidade vinculada ao desenvolvimento da sociedade capitalista. Nesses espaços, a passagem de tempo está profundamente marcada e essa percepção afeta as relações entre os sujeitos que constituem e são constituídos por aquele ambiente. Segundo Harvey (2003), a cidade é composta por diferenças e tensões permanentes: através dos fluxos migratórios, torna-se um lugar tanto de encontros culturais quanto de segregação e de exclusão.

Rocha e Eckert buscam entender as relações nas cidades a partir dos tempos que a estruturam, estabelecendo uma “dialética da duração” (p.26).<sup>47</sup> Trata-se de uma forma permanente de ordenar o caos da vida social, de reconstruir o espaço e de tentar dominar o tempo. “A cidade anima-se, assim, com o esforço dos habitantes de continuarem no tempo, de viverem concretamente suas memórias pensadas: as sociabilidades e as dinâmicas cotidianas vão desenhando mapas afetivos de pertencimento territoriais dos sujeitos” (ROCHA; ECKERT, 2005, p.27). As autoras refutam a afirmação de que o Brasil é um país sem memória e afirmam que o caráter de destruição observado nas cidades brasileiras também faz parte da identificação dos habitantes com o espaço, com a memória coletiva e permite o surgimento de novas significações. Acreditamos que a degradação, portanto, pode ser catalisadora de novos movimentos para refletir sobre as características e as potencialidades do espaço urbano. Na constituição de um urbanismo cidadão, considera-se o ponto de vista cidadão, ou seja, do exercício de visão do sujeito, que se projeta naquilo que enxerga (JACKS; MORIGI; OLIVEIRA 2009).

O ritmo das cidades brasileiras está em consonância com os valores de desenvolvimento da era capitalista. “Industrialização, modernização e urbanização expressam muitos mitos cíclicos e operatórios do Ocidente cristão: acelerar a história e domesticar o tempo” (ROCHA; ECKERT, 2005, p.30). Como lembra Lefebvre (2013), a organização vigente do espaço urbano se estende do centro (onde há mais benefícios, mais poder e concentração de produtos) à periferia. Isso contraria a “ordem mundial mais racional” (LEFEBVRE, 2013, p.129) que tende à valorização do que é local.

Essa processualidade nos ajuda a entender as polêmicas sobre as adaptações propostas pelo poder público para que 12 capitais brasileiras sediassem a Copa do Mundo de 2014, já que, no Brasil, “[...] a cidade coloca em jogo as emoções e as paixões coletivas arcaicas de seu povo convivendo com a visão mecânica do mito do Progresso e da Ordem” (ROCHA; ECKERT, 2005, p.31).

Na obra de Rocha e Eckert (2005) *O tempo e a cidade*, é proeminente a figura da ruína, que representaria a força da natureza sobre o espírito arrogante da humanidade em sua fase civilizatória, que busca domesticar os ambientes com violência. Através da temporalidade, portanto, temos evidência da fragilidade das estruturas. De acordo com Santos (1994, p.33), “[...] cada sistema geográfico é sucedido um por outro, o qual recria sua coerência in-

---

<sup>47</sup> A obra é baseada em estudos etnográficos realizados na cidade de Porto Alegre desde 1997. Embora não seja foco neste trabalho, acreditamos que a visão antropológica seja capaz de fornecer contribuições essenciais para a compreensão das dinâmicas dos espaços.

terna, ainda que cada variável isolada experimente um processo de mudança com ritmo próprio”. Para o autor (p.35), a cidade é uma unidade de espaço-tempo, e uma totalidade cujas partes “dispõem de um movimento combinado”, segundo a “lei do organismo urbano, com a qual se confunde”. Rocha e Eckert entendem a cidade como “espaço habitado” (2005, p.87), construído e vivido.

A população urbana no Brasil ocupa desigualmente os espaços em cidades industriais reguladas por ritmos de crescimento desordenados, sobre as quais se debruçam planos diretores e políticas públicas urbanas embriagadas dos ideais progressista e de modernização, indiferentes e distanciados da própria tradição da trama da vida urbana à qual pertencem as cidades latino-americanas. (ROCHA; ECKERT, 2005, p.91).

Harvey (2013) ressalta que a cidade nos faz sob condições anteriores que não escolhemos. Para Santos (1994, p.34), a configuração territorial “[...] é a soma de pedaços de realizações atuais e de realizações do passado”. Com isso em mente, segundo Harvey (2013), para que pensemos em alternativas aos modelos atuais de cidade, precisamos entender que ela é um espaço coletivo – isso implica desconsiderar as perspectivas neoliberais que veem o direito à cidade como o exercício das liberdades individuais e trabalhar por uma presença mais humana nesses espaços e pela união de iniciativas hoje descentralizadas.

A questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades dessa maneira é, sustento, um dos mais preciosos de todos os direitos humanos. (HARVEY, 2013, p.48).

Assim, a cidade deve ser um espaço para o exercício democrático. Sua população deve ter o direito de opinar sobre a manutenção desse modelo hoje observado e sobre a possível adoção de uma nova perspectiva, que busque a gestão mais eficaz dos bens locais.

A implicação é que nós, individual e coletivamente, fazemos nossa cidade através de nossas ações diárias e de nossos engajamentos políticos, intelectuais e econômicos. Todos somos, de um jeito ou de outro, arquitetos de nossos futuros urbanos. O direito à mudança da cidade não é um direito abstrato, mas sim um direito inerente às nossas práticas diárias, quer estejamos cientes disso ou não. (HARVEY, 2013, p.54).

Em 2001, José Lutzenberger disse, em um depoimento, que “não temos a mínima preocupação com a preservação da fisionomia urbana. Por que as cidades europeias são belas? Elas mantêm as coisas bonitas, não deixam construir espigão no centro. Mantêm aquela fisionomia, tradição. E no Brasil não damos a mínima bola” (BONES; HASSE, 2007, p.80). O

ambientalista também critica a obsolescência planejada de bens como os automóveis, o que estimula o consumismo sem que esta seja, de fato, a solução para o transporte humano.

Para Rattner (2009, p.8), “a cidade, ou área metropolitana, deve servir o cidadão como modelo de civilização sustentável – equitativa, harmoniosa e ancorada nos princípios de justiça social e autonomia individual”.

O fenômeno histórico do crescimento urbano e da expansão em megacidades não pode ser analisado ou entendido como problema isolado, demográfico ou ambiental. Altas taxas de crescimento populacional causadas por migração interna, as megacidades espalhadas e ocupando grande espaço geográfico e as consequentes questões ambientais – ar poluído, água suja e condições sanitárias insatisfatórias – são sintomas de um processo profundamente enraizado no desenvolvimento capitalista moderno, baseado na industrialização (RATTNER, 2009, p.10).

Segundo Harvey (2009), para garantirmos a plena liberdade a todos os habitantes exercerem seu direito à cidade, é necessário confrontar os problemas relacionados à acumulação de capital que origina áreas urbanas fragmentadas. O autor lembra que “o direito à diferença é um dos mais precisos direitos dos cidadãos” (HARVEY, 2013, p.53).

Percebemos, portanto, a importância de discutir os sentidos que caracterizam a nossa percepção sobre as cidades e a urgência de corresponder o ideal de qualidade de vida aos espaços urbanos habitados. Por isso, problematizamos a forma de apropriação dos espaços que foi e é legitimada pelo sistema do capital global.

#### 4.2.2 *As desigualdades e o discurso sobre sustentabilidade e as cidades em período de globalização*

Especialmente a partir do século XIX, a cidade passou a ser vista como terreno para investimentos do capital excedente, que cria impactos irreversíveis para a vida urbana (HARVEY, 2009). Hoje, a absorção do capital excedente é estendida ao nível global e divide as cidades entre as elites financeiras – que desfrutam da liberdade nas cidades – e os trabalhadores mal remunerados (*Ibid.*). O desafio é ainda maior com a concentração de populações ocasionada pelo “processo de urbano-periferização” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.297).

As cidades sempre foram lugares de desenvolvimentos geográficos desiguais (às vezes de um tipo totalmente benevolente e excitante), mas as diferenças agora se proliferam e se intensificam de um modo negativo e até mesmo patológico que inevitavelmente lança sementes de um conflito civil. [...]. São essas cidades aquela combinação de nosso desejo íntimo? Constroem elas o tipo de pessoas que queremos ser? São essas as relações com a natureza a que nós aspiramos? (HARVEY, 2009, p.16).

Acsehrad (2009b) diagnostica: a justiça ambiental não faz parte da realidade das cidades modernas, pois a população pobre está mais vulnerável e exposta a riscos ambientais, além de não estar incluída no processo de modernização ecológica que pretende enfrentar crises como a da mobilidade urbana. A desigualdade social dificulta o acesso a serviços urbanos. Há, portanto, a necessidade de democratizar os territórios para haver supressão das desigualdades. Milton Santos (1994) também ressalta que vivemos no estágio da tecnociência, que artificializa as atividades da natureza para garantir a organização da sociedade.

Para Porto-Gonçalves (2012), o capitalismo se caracteriza especificamente pelo processo de apropriação dos bens naturais e de criação de territórios excludentes baseados na propriedade privada e de um estado territorial monocultural. Portanto, “o desafio ambiental coloca-nos diante da necessidade de forjar novas teorias que tomem como base a riqueza e não a escassez. Enfim, exige que se vá para além do capitalismo” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.289).

Esta é uma característica da globalização, processo que, segundo Santos (1994), se concretiza através do espaço geográfico, por meio da predominância de um mesmo sistema técnico em todos os lugares. O autor defende um planejamento eficaz do meio ambiente e ressalta que a cidade engloba a diversidade. Imersa nesse contexto global, a cidade brasileira, segundo Santos Junior e Ribeiro (2011), é caracterizada por dois fatores: a negociação capitalista do espaço urbano e a ocupação e apropriação deliberada desse espaço.

O Brasil urbano foi desenhado pela ação dessa coalizão mercantilizadora da cidade, tendo o Estado como principal maestro, seja protegendo os interesses da acumulação urbana (proveniente da produção da cidade) da concorrência de outros circuitos, seja realizando encomendas de construção de vultosas obras urbanas, ou ainda pela omissão em seu papel de planejador do crescimento urbano (SANTOS JUNIOR, RIBEIRO, 2011, p.12).

O processo descrito pelos autores e que culmina, hoje, com o favorecimento do capital internacional, da burguesia e do Estado, passa a ocorrer a partir do período ditatorial, lembra Porto-Gonçalves (2012). Nesse momento histórico, os indivíduos vindos do campo concentram-se nas áreas periféricas das cidades; sem terem acesso à educação formal, não têm oportunidades para melhorar de vida e são desempoderados na luta por seus direitos básicos. Trata-se, ainda, de um momento de forte criminalização dos movimentos sociais. Para Acsehrad (2009b, p.33),

Essa competição interurbana, que se quer fazer sustentável pela maior mobilidade espacial atribuída aos capitais, torna mais fracos os atores sociais dotados de menor

mobilidade, ou seja, os trabalhadores organizados e os governos locais. Daí a possibilidade de a multinacional decidir sobre a mudança, ou atribuir a si, por exemplo, o poder de pressionar pela mudança do traçado de uma área de proteção de manancial.

No caso de um grande investimento em infraestrutura, segundo Acselrad (2009b), é preciso que o poder público considere o risco causado sobre população local. É preciso refletir se a utilização dos bens finitos e a disposição do espaço urbano durável estarão à disposição do capital internacional e comprometerão a justiça ambiental, desestruturando as condições de vida. A lógica neoliberal cria um pensamento único a respeito do meio urbano, uma vez que seu objetivo é direcionar a cidade para os investidores.

De acordo com Porto-Gonçalves (2012), mesmo após o fim da ditadura militar no Brasil, ainda hoje é necessário que os habitantes resgatem o sentimento de união da vizinhança para que, junto ao poder público, reivindiquem sua cidadania. Também para Harvey (2013), o problema demanda iniciativas locais e comunitárias frente às ondas de privatização do espaço urbano. Segundo o autor, quando as cidades não nos representam, é necessário que nos mobilizemos através da luta política e social para reivindicar o direito à cidade, pois este não é um direito individual, como prevê o neoliberalismo.

Creemos que a instituição jornalística – por seu potencial de mobilização social através do compartilhamento de informações relevantes para dadas comunidades – e, mais especificamente, o Jornalismo Ambiental – através de uma abordagem politizada sobre a relação entre seres humanos e o meio ambiente – podem contribuir efetivamente para que a população tome consciência sobre a igualdade de direitos no acesso aos bens naturais e procure alternativas ao atual modelo de desenvolvimento, que afasta ainda mais as comunidades pobres do campo e da cidade do seio da vida social e da participação democrática.

Ressaltamos novamente o diagnóstico realizado nas seções anteriores: o jornalismo precisa estar atento às transformações técnicas e às consequentes alterações de comportamento da sociedade diante desses novos modelos de civilização. O Jornalismo Ambiental, sobretudo, tem compromisso com a manutenção da vida no planeta; por isso, ressalta os riscos de degradação ambiental representados por certas atividades humanas – inclusive, ou principalmente, nas cidades. Belmonte (2004) ilustra a situação: o carro ganha cada vez mais espaço nas cidades brasileiras. Há congestionamento e aumento das emissões de poluentes na atmosfera, o que, além de contribuir para os problemas globais, afeta a saúde da população. O número de habitantes na cidade só aumenta e o planejamento não é suficiente. No entanto, a responsabilidade dos automóveis nesse processo, por exemplo, ainda é pouco abordada pelos meios de comunicação. O jornalismo poderia cobrar ações do governo, como investimento no

transporte público e contribuir para a superação dos valores individualistas. Diante dessas condições, concordamos com Belmonte (2004, p.35) quando o autor afirma que

o jornalismo, no contexto urbano, é uma ferramenta de educação ambiental. Os veículos de comunicação devem fazer campanhas públicas, informar sobre novos estilos de vida, abrir espaço para idéias alternativas, cobrar soluções criativas do poder público. Também é função da imprensa melhorar a qualidade de vida nas cidades.<sup>48</sup>

O jornalista deve buscar a causa dos problemas: “É localmente que os problemas ambientais são sentidos. Portanto, é nas cidades que eles, em sua maior parte, devem ser resolvidos” (BELMONTE, 2004, p.27). Assim, entendemos que o jornalismo é parte envolvida nos discursos sobre sustentabilidade que permeiam as interpretações sobre as cidades.

Santos (1994) destaca que o período contemporâneo denominado globalização marca o espaço geográfico de forma decisiva – em âmbito técnico, científico e informacional. Segundo o autor (p.23), existem “três dados constitutivos da época: a unidade técnica, a convergência dos momentos e a unicidade do motor”. As novas variáveis não têm distribuição igualitária pelo planeta, e isso afeta diretamente os processos produtivos e sociais. Nesse contexto, privilegia-se a artificialidade.

Os polos de indústrias, comércio, finanças, que intensificaram as zonas metropolitanas após a Segunda Guerra Mundial, “[...] concentraram em espaços geográficos relativamente limitados enormes quantidades de capital, trabalho, energia e consumo de recursos naturais” (RATTNER, 2009, p.10-11), e os custos para a população e para o meio ambiente serão visíveis somente a longo prazo. Como lembram Caporal e Costabeber (2000), o desenvolvimento sustentável está inevitavelmente relacionado ao pensamento liberal e à globalização neoliberal. Ou seja, trata-se de uma lógica situada dentro do sistema capitalista, e sua aplicação pouco contribuirá para fomentar um planeta mais equilibrado.

Presenciamos, atualmente, a tentativa de resolver os problemas globais através do desenvolvimento de novas tecnologias. Isso pode criar outras complicações para a civilização humana, uma vez que a prevenção fica em segundo plano e as expectativas se voltam a resoluções artificiais. “A extensão da lógica da máquina artificial em todos os domínios da vida humana produz o pensamento mecanista parcelar que adquire forma tecnocrática e econocrática” (MORIN; KERN, 2003, p.90). Segundo Porto-Gonçalves (2012), a relação entre ciência e tecnologia e a natureza precisa ser estudada com mais afinco, pois não deveria ser vista como uma mera relação de dominação em que a parte dominada – a natureza – tem a sua impor-

---

<sup>48</sup> Grafia original mantida.

tância diminuída, conforme estabelecido pelo modelo capitalista. É necessário reconhecermos que o dominador não vive sem aquilo que foi dominado, considerando esses elementos como estratégicos para as relações de poder derivadas dessas relações técnicas.

No campo da agroecologia, Caporal e Costabeber (2000) descrevem duas correntes principais e antagônicas relacionadas à sustentabilidade: a ecotecnocrática e a ecossocial. Adaptamos e aplicamos esses conceitos no estudo empírico para definir as abordagens sobre sustentabilidade que podem ser empregadas pelo jornal Zero Hora nas reportagens analisadas. Primeiramente, é necessário avaliar os sentidos do conceito de desenvolvimento.

O desenvolvimento, em sua formulação mais ampla, significaria a realização de potencialidades socioculturais e econômicas de uma sociedade em perfeita sintonia com o seu entorno ambiental [...]. No entanto, a partir da construção do pensamento liberal, a aplicação do conceito de desenvolvimento passou a conotar uma ideia de crescimento econômico, adotando como parâmetro definidor do desenvolvimento os padrões de vida e de consumo alcançados pelas nações industrializadas (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p.18, grifo dos autores).

A corrente ecotecnocrática concorda com tal discurso liberal, que tem sua origem vinculada ao Relatório Brundtland<sup>49</sup> (CAPORAL; COSTABEBER, 2000). É uma lógica identificada, ainda, com a intensificação tecnológica para aumentar o potencial produtivo, como a que é vista desde os anos 1960 com a chamada Revolução Verde<sup>50</sup>.

A corrente ecossocial, identifica-se com a substituição da racionalidade vigente por uma racionalidade capaz de agregar saberes mobilizados pela preservação da natureza que ainda resta. Está relacionada ao conceito de codesenvolvimento, que, por sua vez, está amparada a duas dimensões de solidariedade, ressaltam Caporal e Costabeber (2000, p.20): “a solidariedade *diacrônica*, com respeito às gerações futuras, mas sem esquecer a solidariedade *sincrônica*, que deve ser estabelecida entre as gerações presentes” (grifos dos autores). A corrente ecossocial critica o conceito de desenvolvimento vigente para a cultura liberal, e considera a ciência e a tecnologia modernas como principais causadoras da atual crise.

Portanto, enquanto a primeira corrente constitui-se em uma possibilidade do capitalismo, a segunda questiona os modelos vigentes e crê na ascensão de um modelo alternativo para a sociedade, que respeite os ecossistemas locais e a biodiversidade do planeta.

---

<sup>49</sup> Texto elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, em 1987, e intitulado Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*), o Relatório promove as primeiras definições de desenvolvimento sustentável. A Comissão foi chefiada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

<sup>50</sup> A Revolução Verde é um movimento de intensificação da produtividade agrícola através do uso de agrotóxicos, adubos solúveis e sementes melhoradas através da engenharia genética.

Acselrad (2009a) diagnostica a situação atual e afirma que ainda observamos o questionamento sobre o significado do termo sustentabilidade. Nos dias atuais, ele é apropriado, sobretudo, pelo discurso econômico, pois a cidade sustentável também serve como *marketing* para investimentos. O autor relaciona a sustentabilidade como o desejo de alcançar, através de projetos atuais, determinadas qualidades e comportamentos em um tempo futuro. Sorhuet Gelos (2003), em raciocínio equivalente, afirma que não é possível os setores produtivos praticarem o desenvolvimento sustentável, uma vez que, quanto mais riqueza se gera, maior o custo de sua manutenção.

No entanto, o desenvolvimento sustentável é, inegavelmente, uma política (ou ação de *marketing*) em ascensão. Hoje em dia, afirma Acselrad (2009a), observam-se diversas tendências nas ações de sustentabilidade das cidades: exigência da eficiência no uso de bens naturais por uma racionalidade econômica – relacionada com o desenvolvimento de tecnologias e aprimoramentos do sistema capitalista; taxação do uso de recursos e da produção de rejeitos – investe-se no combate ao desperdício material para garantir desenvolvimento; e crença em limites quantitativos para exploração – ou se reduz o consumo, ou se reduz a população.

Porém, há perspectivas positivas em relação à lógica vigente. “Nos conflitos urbanos contemporâneos, encontraremos o empenho de certos atores sociais em subordinar a economia do ambiente urbano aos princípios de uma justiça ambiental aplicada às cidades” (ACSELRAD, 2009b, p.31). Trata-se de uma lógica contrária aos atores de uma política neoliberal e de competitividade interurbana em busca do capital.

Para uma visão mais social e ética da sustentabilidade, é necessário atentar que o padrão ético é relativo à equidade no crescimento econômico global. Isso faz refletir diretamente sobre as desigualdades entre países pobres e ricos e acesso regional aos recursos do planeta (ACSELRAD, 2009a). Outro conceito fundamental para a concretização do ideal da sustentabilidade é a justiça intergeracional – preservação dos bens naturais para que gerações futuras também possam ser beneficiadas, o que envolve a autossuficiência das comunidades, discurso que combate a globalização e a competitividade da economia.

A busca de um consenso urbano de tal forma ampliado espacial e temporalmente, legitimado nos propósitos do equilíbrio biosférico e da justiça intergeracional, justifica-se, por certo, pela necessidade de prevenção dos riscos de ruptura sociopolítica em cidades crescentemente fragmentadas pelos processos de globalização e acumulação flexível (ACSELRAD, 2009a, p.67-68).

Porto Gonçalves (2012, p.173) aponta como desafio ambiental repensar as práticas e valores atualmente vigentes.

Desde o Relatório Brundtland e sua diplomática noção de desenvolvimento sustentável, que cada vez mais se fala de gerações futuras. A geração futura, todavia, está mais próxima de nós do que temos admitido. [...] são muito próximas e convivem conosco, já aqui e agora, enquanto uma geração mais velha que aumenta em proporção tal que exige, desde já, que construamos valores que apontem no sentido de uma sociedade previdente.

Diante dessa realidade, o planejamento urbano, deve ser democrático, pressupondo a participação dos atores sociais no processo decisório, o que torna o governo mais transparente, legítimo e funcional. Dessa forma, os cidadãos mobilizar-se-iam para lutar pelos benefícios de todos os habitantes (RATTNER, 2009), do presente e do futuro.

Nesse sentido, as populações das cidades brasileiras devem refletir sobre as prioridades na produção e no consumo e no legado que essas atividades deixarão para o ambiente em que circularão as gerações futuras. E o discurso jornalístico é um dos âmbitos de questionamento sobre os sentidos que envolvem a sustentabilidade e o ideal a ser aplicado às cidades brasileiras.

### **4.3 Copa do Mundo, cidade e sociedade: acontecimento jornalístico envolto por conflitos permanentes**

Antes de analisar o modo como o acontecimento Copa do Mundo aparece no discurso jornalístico, caracterizamos o evento, contextualizamos os bastidores de sua realização em doze cidades-sede brasileiras durante a edição de 2014, abordamos algumas questões políticas e econômicas marcantes nos preparativos e detalhamos a organização do poder público e as pressões do mercado local diante de novas possibilidades de investimento, visto que a presença do torneio colocou a cidade em visibilidade no mundo e ocasionou a visita de 160 mil turistas estrangeiros<sup>51</sup>.

#### *4.3.1 Brasil, país-sede de um megaevento esportivo*

A Copa do Mundo de futebol masculino realizada pela FIFA desde 1930 é mais do que um catalizador de mobilizações nacionais pelo amor ao esporte. O Brasil sediou o evento entre 12 de junho e 13 de julho de 2014, e as estratégias políticas nortearam a decisão de investir em sua realização no “país do futebol”. Celebrado pelo destaque que concedeu ao País

---

<sup>51</sup> Dados divulgados em agosto de 2014 pela Comitê Gestor da Copa 2014 RS (CGCopa) e pela Secretaria Extraordinária para a Copa do Mundo 2014 em Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/em-reuniao-final-com-sedes-fifa-e-ministerio-do-esporte-porto-alegre-apresenta-numeros>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

nos noticiários internacionais e pelos investimentos em melhorias nas doze cidades-sede para receber milhares de turistas, o torneio gerou grande expectativa nos governantes e em parte da população.

Desde o anúncio, no ano de 2007, de que o Brasil sediaria a Copa do Mundo de 2014, autoridades políticas que apoiaram a realização do evento passaram a utilizar de forma recorrente o termo “legado” para se referir às contribuições que o megaevento poderia deixar para as populações das cidades-sede. O termo refere-se não somente às estruturas físicas construídas nessas localidades, mas também a um ideal de cidade moderna, com mão-de-obra qualificada e com desenvolvimento e infraestrutura comparáveis às de metrópoles do primeiro mundo universalmente reconhecidas por acolherem visitantes das mais diversas origens. Ou seja, o legado tangível traz consigo uma construção imaginária a respeito da transformação do ambiente urbano – nas esferas cultural, social e econômica, entre outras - ocasionada pelo torneio.

Oportunidades de negócios, de estreitamento de relações internacionais e de preparação e treinamento dos profissionais que atuam em setores como o turismo e o transporte foram alguns dos benefícios propagados para a população durante os preparativos para a recepção da Copa do Mundo no País. Esses benefícios viriam dos recursos fornecidos pelos órgãos estatais (governos e agências de fomento), pela mídia esportiva, por agências privadas e pelas parceiras da FIFA (DAMO; OLIVEN, 2013).

Tratava-se, sobretudo, de fortalecer a imagem do Brasil como a “bola da vez”, a nação do futuro. Tal iniciativa foi incentivada, sobretudo, durante o segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), já que o crescimento econômico do País foi favorável em período de crise financeira global<sup>52</sup> e o Brasil, cada vez mais, se fortalecia como liderança do bloco de países denominados “em desenvolvimento”. Além de estratégico para o papel que o Brasil procurava desempenhar em âmbito geopolítico internacional, o anúncio da realização do megaevento também visou à sensibilização da população brasileira devido ao seu significativo envolvimento emocional com o futebol. Para Damo e Oliven (2013), esse esporte cumpre a função simbólica de integrar a nação. O gosto pela atividade é difundido através da cul-

---

<sup>52</sup> Logo após a crise financeira global desencadeada pela especulação no mercado imobiliário estadunidense em 2008, o então Chefe de Estado declarou que os efeitos desse colapso seriam pouco avistados no Brasil, ao contrário do que ocorria em países considerados desenvolvidos. Apesar de a economia brasileira ter sofrido com a queda no preço das *commodities* devido à reduzida comercialização dos produtos nacionais no mercado global, o endividamento de Estados como os europeus Itália, Espanha e Grã-Bretanha provocou a recessão e, consequentemente, problemas sociais e econômicos tais quais a queda abrupta das exportações e o aumento substancial da dívida pública e das taxas de desemprego nessas localidades. Ver mais em: ENTENDA como a crise afeta cada país do G20. **BBC Brasil**, São Paulo, 04 mar. 2009. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/03/090304\\_g20\\_mapagd.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/03/090304_g20_mapagd.shtml)>. Acesso em: 15 set. 2014.

tura de entretenimento compartilhada junto aos meios de comunicação e predominante na sociedade urbana<sup>53</sup>.

Devido ao desempenho econômico satisfatório do País e à visibilidade conquistada após o anúncio de que este sediaria, além da Copa do Mundo de 2014, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, “O Brasil decola” foi a reportagem de capa da revista britânica *The Economist* em novembro de 2009 (BRASIL..., 2009) – ilustrada com o Cristo Redentor levantando voo. O exemplar destacou o País em posição de liderança entre os BRICS – bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, economias gigantes em emergência. No auge da crise, os países em desenvolvimento passaram a receber destaque no cenário internacional, e o reconhecimento foi atestado, inclusive, através da realização dos megaeventos esportivos em seus territórios<sup>54</sup>.

Em setembro de 2013, porém, *The Economist* retratou-se pelo otimismo expresso quatro anos antes. Na ilustração de capa, o Cristo Redentor aparece em queda, junto à manchete que questiona: “o Brasil estragou tudo?” (REVISTA..., 2013). Até então, os movimentos contrários à recepção do evento Copa do Mundo eram improváveis devido à crença de que a oportunidade de sediá-lo traria visibilidade ao País e, portanto, atrairia investimentos internacionais (DAMO; OLIVEN, 2013). A partir do questionamento da população sobre o propósito da realização do torneio em um país no qual grande parte da população ainda não tem acesso a serviços básicos para garantir sua dignidade e cidadania, como saúde, educação e transporte público de qualidade, os investidores internacionais e os países parceiros também passaram a questionar se o Brasil estaria em posição de arcar com os custos dos megaeventos esportivos sem comprometer suas finanças. As jornadas de junho<sup>55</sup> tiveram como um de seus alvos de

---

<sup>53</sup> Frente à necessidade humana de evasão e de fuga, os meios de comunicação não somente informam, mas também apresentam o lúdico. Segundo Bosi (1972), essa cultura de massa, cuja difusão é propiciada pelos meios de comunicação, não diminui a importância da cultura popular ou tradicional, embora sempre a relação entre ambas dê origem a uma fusão de culturas, que é vivenciada no contexto urbano. Mais em: BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular**: leituras de operárias. Petrópolis: Vozes, 1972.

<sup>54</sup> Em 2008, Pequim (China) sediou os Jogos Olímpicos; a Copa do Mundo de 2010, na África do Sul, foi a primeira a ser realizada no continente africano; em 2014, Sochi (Rússia) recebeu os Jogos Olímpicos de Inverno, e o país europeu sediará, ainda, a Copa do Mundo de 2018; e, claro, após sediar a Copa das Confederações em 2013, o Brasil recebeu a Copa do Mundo de 2014 em doze cidades-sede e sediará, ainda, as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro.

<sup>55</sup> As jornadas de junho de 2013 consistiram no conjunto dos protestos de rua que tomaram centenas de cidades brasileiras. A origem da mobilização está no questionamento de coletivos como o Bloco de Luta pelo Transporte Público sobre o reajuste das tarifas do transporte público em grandes cidades do País. As principais acusações foram relativas à falta de transparência nos critérios considerados para o cálculo do preço da tarifa, que em Porto Alegre é realizado anualmente pela Prefeitura Municipal, de acordo com a demanda da Associação de Transporte de Passageiros (ATP). Ocorreu em Porto Alegre, em 4 de abril, o protesto que marcou uma primeira vitória contra o aumento de vinte centavos no valor das passagens de ônibus da Cidade. Após liminar da Justiça que revogou o reajuste pretendido pela Prefeitura de Porto Alegre (de R\$ 2,85 para R\$ 3,05), São Paulo se mobilizou para obter a mesma conquista. Dias depois, cidadãos de outras capitais, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e

protesto as exigências de infraestrutura da FIFA para que o Brasil sediasse a Copa do Mundo. A Copa das Confederações, realizada no mesmo mês, não passou ilesa por grupos que se manifestavam em frente aos estádios em que ocorriam as partidas. Os movimentos foram combatidos por intenso aparato da Polícia Militar, que se preparou – em quantidade de efetivo e equipamentos – para uma capacidade de repressão ainda maior em protestos durante a Copa do Mundo. O fato foi destacado à época:

O orçamento da área de segurança da Copa prevê investimentos de R\$ 1,8 bilhão do governo federal. O Ministério da Justiça declara ter investido 562 milhões de reais até agora e o Ministério da Defesa, a 630 milhões de reais para gastos relativos ao evento. Por um total de 49,5 milhões, o governo federal fechou a compra de milhares de armamentos não-letais da empresa Condor – a mesma que forneceu as bombas usadas contra manifestantes – da Turquia às capitais brasileiras – para a Copa das Confederações, em andamento, e a Copa do Mundo de 2014.

O contrato, com vigência até 31 de dezembro de 2014, prevê o fornecimento de 2,2 mil kits não-letais de curta distância (sprays de pimenta, granadas lacrimogêneas com chip de rastreabilidade, granadas de efeito moral para uso externo e indoors e granadas explosivas de luz e som); 449 kits não-letais de curta distância com cartuchos de balas de borracha e cartuchos de impacto expansível (balas que se expandem em contato com a pele, evitando a perfuração); 1,8 mil armas elétricas para lançamentos dardos energizados (as pistolas “taser”), e mais 8,3 mil granadas de efeito moral, 8,3 mil granadas de luz e som, 8,3 mil granadas de gás lacrimogêneo fumígena tríplice e 50 mil sprays de pimenta. Dentro dos estádios e na zona de exclusão a segurança é privada, escolhida e orientada pela Fifa mas paga pelo governo federal (AMARAL, 2013, *online*).

Nesse momento histórico, o aparente despreparo institucional para lidar com os movimentos populares colocou em evidência a imagem de um Brasil oposta à de uma nação acolhedora e harmônica, que foi divulgada em sua candidatura para sediar os megaeventos esportivos da década. Em março de 2014, a Organização dos Estados Americanos (OEA) convocou o Estado brasileiro a explicar a violência policial nos protestos que ocorrem no País desde junho de 2013, como a criminalização de manifestantes e movimentos sociais e as represálias a jornalistas e advogados (GOVERNO..., 2014). Durante a Copa, porém, a regularidade e a participação da população nos protestos contra o evento diminuíram, embora as Polícias Militares que atuaram nas cidades-sede continuem a ser denunciadas pelas ações repressivas contra os manifestantes.

---

Natal, também foram às ruas para reivindicar a revisão do aumento das suas respectivas tarifas. Em questão de poucas semanas, os protestos se generalizaram em diversas outras cidades, assim como a violência policial, cuja ação repressora atingiu até mesmo jornalistas de grandes veículos brasileiros, até então avessos ao conteúdo das manifestações. Ao longo do mês de junho, a Copa do Mundo acabou como um dos temas levados à rua devido à insatisfação de parcela da população com o gasto de recursos públicos para oferecer um evento “Padrão FIFA” aos visitantes estrangeiros. Mais em: OLIVEIRA, Samir. Retrospectiva dos protestos em Porto Alegre: 2013, o ano que não terminou. **Sul 21**, Porto Alegre, 25 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/retrospectiva-2013-o-ano-que-nao-terminou/>>. Acesso em: 07 out. 2014.

Percebemos, assim, que a cidade é um espaço dotado de certos elementos constitutivos, mas sofre constantemente com processos de ordem e desordem a partir de transformações em sua estrutura, por exemplo – e também por meio da resistência da população a essas ações, que são empreendidas através de parcerias entre os setores público e privado. No discurso jornalístico, esses acontecimentos são destacados de um todo e mencionados separadamente. No caso das obras para a Copa do Mundo, algumas funcionalidades da cidade são ressaltadas como justificativa para o prosseguimento da reordenação do espaço urbano. Adiante, veremos como tal processo ocorreu em Porto Alegre, uma das partes envolvidas na realização do evento no Brasil.

#### *4.3.2 Obras da Copa do Mundo em Porto Alegre*

Em 30 de outubro de 2007, o Presidente da FIFA, Joseph Blatter, anunciou que o Brasil havia sido escolhido como sede evento esportivo em 2014 pela segunda vez – a primeira ocorreu em 1950. O País foi o único candidato na seleção para a edição de 2014. Durante a apresentação do Comitê Organizador da Copa do Mundo no Brasil, ressaltou-se a boa fase pela qual passava, marcada pela melhoria social e o crescimento econômico nacional, além da imagem de um país hospitaleiro e habituado a receber turistas (CHADE; NOSSA, 2007). Após muitas disputas internas, foram definidas as doze cidades-sede do evento, dentre as quais Porto Alegre.

Para o poder público, as obras para a Copa do Mundo são consideradas indispensáveis não somente para a mobilidade de milhares de turistas durante o torneio, mas, essencialmente, para a população porto-alegrense. Segundo artigo do Prefeito de Porto Alegre, José Fortunati (2013, *online*), “são obras decorrentes dos compromissos assumidos pela cidade para sediar uma das chaves da Copa 2014 e que ficarão como legado do grande evento esportivo, ampliando seus benefícios para as próximas gerações”.

Apesar dos enormes desembolsos para realizar o torneio na Cidade, as autoridades locais mostraram-se otimistas com o retorno financeiro durante a sua realização. Ele de fato ocorreu no que diz respeito aos gastos dos visitantes no território gaúcho. Às vésperas da Copa, um levantamento da Fundação de Economia e Estatística, instituição pertencente ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, sobre o impacto econômico do evento indicou que a região poderia receber, direta e indiretamente, R\$ 503,6 milhões dos mais de 207 mil turistas brasileiros e estrangeiros que deveriam visitar o Estado em dias de jogos no estádio Beira-Rio (PASINATO, 2014). Por fim, de acordo com a Secretaria Estadual do Turismo, cerca de 350

mil turistas circularam pelo Rio Grande do Sul durante o evento. O Executivo estadual estimou que o total de gastos dos turistas em território gaúcho tenha sido de até R\$ 1 bilhão (CARNEIRO, 2014).

O fato de as doze obras inicialmente previstas pela Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo em Porto Alegre ocorrerem simultaneamente na Cidade ao longo do ano de 2013 exemplificou a expectativa do poder público em relação à realização do evento. Até setembro de 2013, faziam parte da Matriz empreendimentos como a duplicação das Avenidas Beira-Rio e Tronco, a construção de corredores de ônibus na Avenida Padre Cacique e na Terceira Perimetral, o prolongamento da Avenida Severo Dullius – nas proximidades do Aeroporto Internacional –, o Complexo da Rodoviária, a duplicação da Avenida Voluntários da Pátria e a implementação do sistema BRT<sup>56</sup> nos corredores de ônibus das Avenidas João Pessoa, Protásio Alves e Bento Gonçalves<sup>57</sup>. No entanto, com o atraso dos prazos previstos para as obras e a probabilidade de não estarem finalizadas até a realização do evento, a Prefeitura Municipal realocou diversos projetos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal a fim de não perder os recursos de financiamentos (KONCHINSKI, 2013). No final de 2013, o Ministério da Fazenda autorizou a transferência de crédito no valor de R\$ 424,682 milhões para que o Município de Porto Alegre acelerasse as obras previstas inicialmente para a Copa do Mundo na Cidade (AUTORIZADO..., 2013).

No entanto, apenas duas conclusões foram confirmadas pela Prefeitura em novembro de 2013: as obras no entorno do estádio Beira-Rio – com o alargamento das Avenidas Beira-Rio e Padre Cacique e a construção do viaduto Pinheiro Borda – e no viaduto da Avenida Júlio de Castilhos, em frente à Estação Rodoviária (DEZ..., 2013). Ambos os empreendimentos viários foram inaugurados na semana de abertura da Copa do Mundo. O primeiro projeto finalizado, inaugurado em outubro de 2013, foi a implantação do aeromóvel que liga o Aeroporto Salgado Filho à Estação da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb).

A construção dos corredores para circulação dos BRTs, legado prometido aos porto-alegrenses pela administração pública, foi interrompida por alguns meses a partir de setembro de 2013, após análise do Tribunal de Contas do Estado, que apontou sobrepreço de R\$ 1 milhão nas ações de retirada do asfalto e sinalização noturna (ROSA, 2013). Porto Alegre foi a

---

<sup>56</sup> Sigla para *Bus Rapid Transit*.

<sup>57</sup> A Matriz de Responsabilidades previu que as obras de mobilidade urbana e de entorno dos estádios, aeroportos e terminais turísticos portuários seriam competência do Estado e/ou do Município. À União, competiram as obras portos e aeroportos (GOVERNO FEDERAL, s/d).

cidade-sede com mais projetos retirados na atualização do documento – dez; o total de todo o Brasil foi 14.

Meses antes da realização da Copa do Mundo, entretanto, os governos municipal e federal ainda mantinham, em páginas institucionais sobre o torneio, a relação dos projetos de mobilidade urbana como pertencentes à Matriz de Responsabilidades, além de textos que exaltavam a contribuição das obras para o cotidiano da população após o evento que as motivou:

Um dos principais legados da Copa do Mundo de 2014 serão as melhorias nos sistemas de mobilidade urbana para as cidades-sede do evento. As ações e os investimentos nesta área têm o objetivo de promover a articulação das políticas de transporte, trânsito e acessibilidade, a fim de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável (GOVERNO FEDERAL, s/d).

No final de 2013, reportagem do jornal Zero Hora questionou diretamente o legado da Copa do Mundo ao afirmar que a reformulação da Matriz de Responsabilidades fazia com que os investimentos em estádios brasileiros superassem aqueles em mobilidade urbana: ao todo, mais de R\$ 9 bilhões contra R\$ 7,027 bilhões. Em abril de 2012, a previsão era de que os gastos em mobilidade superassem os R\$ 11 bilhões (INVESTIMETO..., 2013). De acordo com balanço geral da Copa divulgado pelo Ministério do Esporte em dezembro de 2012, os empreendimentos de infraestrutura e serviço previstos na Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo somavam R\$ 26 bilhões em investimentos com recursos locais, federais e privados e financiamento federal – por meio de instituições como Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Desse montante, R\$ 1,9 bilhões foram destinados apenas aos estádios que receberão os jogos do torneio (GOVERNO FEDERAL, s/d).

No dia 14 de fevereiro de 2014, mais uma informação referente aos investimentos públicos relativos à Copa do Mundo é divulgada: Prefeitura Municipal e Governo do Estado se comprometeram a arcar com os custos das estruturas temporárias para o evento que possam ser utilizadas em repartições públicas ao término da Copa. O valor total de tais equipamentos foi cerca de R\$ 30 milhões (MOREIRA, 2014).

Muito além dos atrasos no cronograma e dos consequentes transtornos que as obras causaram no cotidiano da população, as transformações urbanas desse período em Porto Alegre foram permeadas por conflitos de ordem social e ambiental. Uma das polêmicas mais emblemáticas ocorreu em 2013. No mês de fevereiro, em virtude da ampliação da Avenida João

Goulart, uma das vias que conduz o motorista da região central da Cidade aos acessos ao Estádio Beira-Rio, a Prefeitura cortou 14 árvores na via, alegando que plantaria 400 mudas nativas como medida de compensação ambiental. A ação da gestão municipal foi suspensa após protesto da comunidade e de ativistas que subiram nas árvores para impedir as derrubadas. No mês de abril, um grupo montou acampamento na região das Avenidas João Goulart e Loureiro da Silva para protestar contra o corte de 115 árvores que continuavam no traçado do projeto da Prefeitura<sup>58</sup>. Após liminar da Justiça que permitiu as derrubadas, a Brigada Militar invadiu o acampamento no dia 29 de maio de 2013, reprimiu e deteve os manifestantes. Horas depois, a Prefeitura deu início aos cortes. Segundo Moraes e Fante (2014, p.239), o ato ficou conhecido como “arborecídio” entre os integrantes do movimento Ocupa Árvores e apoiadores das reivindicações. As autoras ressaltam que a empreiteira responsável pela obra realizou doação de R\$ 221 mil reais à campanha de reeleição do Prefeito José Fortunati.

Conforme o divulgado pela Prefeitura, o consórcio que a Toniolo Busnelo integra vai receber R\$ 22.547.569,64 referente ao trabalho no Trecho do velódromo até a rua Pinheiro Borda e, o outro consórcio que integra sendo este o responsável pela construção do Viaduto da Pinheiro Borda, vai receber R\$ 26.639.035,45. (MORAES; FANTE, 2014, p.241).

Outro movimento polêmico da Prefeitura foi o projeto de ampliação da Avenida Tronco, que também desafogaria o trânsito automotivo ao redor do estádio Beira-Rio. Além de prever o corte de 1,5 mil árvores ao longo da via, as obras envolveram a retirada compulsória de centenas famílias residentes nos três bairros pelos quais passa a Avenida<sup>59</sup>. À época da Copa do Mundo, o processo ficou sem resolução, pois, segundo os moradores, o processo não estava sendo executada adequadamente pela Prefeitura, uma vez que muitos deles abandonam as propriedades sem receber valores suficientes de bônus-moradia ou unidades habitacionais do programa federal Minha Casa Minha Vida finalizadas (MÜLLER, 2013). A Prefeitura segue avançando as obras na região à medida que os moradores são retirados de suas casas.

Mesmo antes das jornadas de junho, manifestantes já demonstravam descontentamento com a realização da Copa do Mundo na Cidade. Com críticas aos valores do liberalismo, re-

---

<sup>58</sup> O argumento para remoção é o fato de mais de 70% das árvores serem de espécies exóticas. O projeto também previa o transplante de duas árvores – uma figueira e um jerivá – para a área do Anfiteatro Pôr-do-Sol. In: PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Documentos Técnicos Vegetação Trecho 4. Disponível em: <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smf/usu\\_doc/documentos\\_tecnicos\\_vegetacao\\_trecho\\_4.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smf/usu_doc/documentos_tecnicos_vegetacao_trecho_4.pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2015.

<sup>59</sup> As obras na Avenida Tronco seguiram em andamento por período posterior à apresentação deste trabalho, sem previsão de término, de acordo com o PAC Mobilidade Urbana. A obra está sob responsabilidade do Ministério das Cidades. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/obra/7877>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

correntes na mídia alternativa e no meio acadêmico, moradores das cidades-sede se organizaram nos Comitês Populares da Copa. Em Porto Alegre, o movimento Defesa Pública da Alegria realizou protesto de bastante repercussão em outubro de 2012 para questionar a utilização de espaços públicos pela iniciativa privada no contexto do megaevento. Em frente ao totem inflável tatu-bola Fuleco, mascote da Copa do Mundo no Brasil, que estava exposto no Largo Glênio Peres, região central de Porto Alegre, integrantes do movimento foram violentamente reprimidos pelos membros da Brigada Militar (DAMO; OLIVEN, 2013), que cercavam o boneco para garantir sua integridade. Em 2013, protestos foram realizados na esteira das jornadas de junho e reivindicavam uma cidade mais comprometida com a qualidade de vida de sua população. O impacto socioambiental da realização da Copa do Mundo na Cidade, porém, começou a ser discutido anos antes e prosseguiu em debate mesmo após o evento.

Percebemos uma disputa de sentidos sobre a Copa do Mundo que se dá entre o discurso oficial – que referencia o evento como legado – e o discurso de parte da população, afetada pela realização de obras viárias e de esquemas táticos para a realização dos jogos no Estádio Beira-Rio sem incidentes que prejudicassem a ordem pré-estabelecida.

Na edição de julho, agosto e setembro de 2014 do jornal Boca de Rua<sup>60</sup>, moradores de rua de Porto Alegre relataram terem sido menos vitimados pela violência policial durante a Copa do Mundo. No entanto, os autores denunciaram uma “limpeza urbana”, que retirou da Cidade a população em situação de vulnerabilidade social para a realização do torneio. Na ocasião, segundo o relato de moradores de rua ao jornal, policiais não permitiam a sua presença nas proximidades de locais turísticos de Porto Alegre ou embaixo de marquises e viadutos.

Existem vários relatos de que ofereceram dinheiro para as pessoas irem para as cidades da zona metropolitana: Alvorada, Viamão, Guaíba, etc. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Sapiranga normalmente atende de 20 a 30 pessoas, mas durante a Copa atendeu 200. [...]. Duas Kombi de Porto Alegre deixaram vários moradores de rua em Pelotas, em uma espécie de cracolândia da cidade. Eles afirmaram que deram R\$ 600,00 para eles ficarem lá durante a Copa. (LIMPEZA..., 2014, p.3).

O Comitê Popular da Copa de Porto Alegre, junto à Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa – que reuniu as reivindicações das populações atingidas pelas obras da Copa do Mundo nas 12 cidades-sede – e a outras entidades da sociedade civil, mobilizou-se diante de remoções planejadas pelos governos estadual e municipal. As reivindicações tive-

---

<sup>60</sup> O conteúdo do jornal Boca de Rua (textos, fotos e ilustrações) é produzido por pessoas em situação de rua em Porto Alegre, que também vendem os exemplares nas ruas da Cidade. A receita é revertida para os integrantes do grupo. O trabalho é supervisionado pelos jornalistas da Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (ALICE). Em 2014, o Boca de Rua completou 14 anos de existência.

ram início em 2009, quando a então governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, enviou para apreciação na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 388/2009, que vendia parte o terreno da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), no Morro Santa Teresa, em frente ao Beira-Rio. A população ressaltava que, sob o domínio privado das construtoras, a área seria tomada de empreendimentos residenciais e comerciais de alto padrão, já que se tratava de uma zona central, com vista privilegiada para o estádio da Copa do Mundo. Além de contar com áreas de preservação ambiental e de preservação permanente atestadas pela Fundação Zoobotânica do RS, devido à presença de vegetação nativa e de cursos d'água, o morro era habitado por cerca de 4 mil famílias à época – a maior parte concentrada na Vila Gaúcha (OLIVEIRA, 2013).

Na ocasião e, principalmente, no ano seguinte, após a alteração do regime urbanístico para o entorno do estádio, havia a especulação de que a vila seria removida e o terreno, com proximidade e vista privilegiada do estádio e do Rio Guaíba, aproveitado para a construção de hotéis e condomínios de luxo. Especulação que virou realidade em meio a tratativas de permuta da área envolvendo diferentes esferas de governo e o setor privado, em meados de 2010. (OLIVEIRA, 2013, p.76).

No entanto, a mobilização de moradores do local, de movimentos sociais e de ambientalistas, pressionou a derrubada do projeto (COPA..., 2014). Como lembra Oliveira (2013), o PL foi considerado ilegal pelo Ministério Público, pois parte dos moradores estava em processo judicial de reivindicação de posse dos terrenos que ocupava.

Os desafios, porém, prosseguiram em outras regiões da Cidade. De acordo com Cláudia Favaro, integrante do Comitê, a política habitacional da Prefeitura de Porto Alegre prejudicou, sobretudo, os moradores da Avenida Tronco – mais de 1500 famílias –, já que as opções disponíveis não compensavam o transtorno da mudança:

A Prefeitura sempre sinalizou com habitações populares construídas nas zonas periféricas da cidade [...], em outros lugares muito distantes da atual moradia das famílias. Ou com o aluguel social, em que a Prefeitura paga um valor mensal para a pessoa alugar uma casa em outro lugar. Ou, ainda, com o bônus moradia, que é de R\$ 52 mil, sendo que a família precisa encontrar uma casa com escritura. A questão é que não se encontra nenhuma casa com escritura no valor de R\$ 52 mil, muito menos na mesma região onde as pessoas moravam. Assim, se formou uma luta para resistir a isso, principalmente pelos vínculos que tinham com o lugar, o qual eles não queriam abandonar. A Prefeitura tentou cadastrar as famílias sem dar nenhuma informação, mas as famílias trancaram o cadastro socioeconômico – não respondiam o cadastro enquanto alguém não viesse dar satisfações. E então fizemos marchas de rua, mobilizações, sempre no sentido de avançar na obtenção de informações. (COPA..., 2014, p.10).

Em 2011, a então relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o direito à moradia adequada, Raquel Rolnik, visitou as áreas atingidas por obras para a Copa de 2014 em Porto Alegre, como a Nova Vila Dique, nas proximidades do Aeroporto Salgado Filho, o Morro Santa Tereza e a Avenida Tronco (RELATORA..., 2011). Rolnik criticou o projeto de lei enviado à Câmara dos Vereadores pelo Executivo municipal e aprovado no final de 2010 que flexibilizava regras para reformas ou ampliações de estabelecimentos comerciais, centros de eventos, igrejas, escolas e hospitais<sup>61</sup>. “O que aconteceu em Porto Alegre mostra, na verdade, que a Copa de 2014 está sendo usada como motivo para que se altere o regime urbanístico das cidades brasileiras sem critérios, sem estudos e sem os processos de discussão públicos e participativos necessários” (ROLNIK, 2010, *online*).

É importante notar que as áreas de vulnerabilidade social encontram-se afastadas da “cidade radiocêntrica” (JACKS, MORIGI; OLVEIRA, 2012, p.100), que se estende em direção ao Centro Histórico e é limitada pela Terceira Perimetral. Pela grande concentração populacional e de estabelecimentos comerciais, a região conta com a infraestrutura mais qualificada do município. Apesar de o 2º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre (2º PDDUA)<sup>62</sup>, votado em 2010, ter como objetivo a integração do espaço urbano<sup>63</sup>, essas comunidades, estão historicamente deslocadas da experiência urbana e das facilidades ocasionadas pelo acesso aos serviços básicos. O 2º PDDUA

apresenta como principal conceito que ‘tudo é cidade’, incorporando em seu planejamento a zona rural [...]. Segundo esse conceito, o espaço urbano passa a ser avaliado como um ambiente único, valorizando da mesma forma o patrimônio natural e cultural. O 2º PDDUA prioriza o transporte de massa, os pedestres e as ciclovias, além de incentivar novas ligações viárias nos sentidos norte-sul e leste-oeste, com o objetivo de reduzir distâncias, a necessidade de deslocamentos, os tempos de viagem, os custos operacionais, o consumo energético e, inclusive, o impacto sobre o meio ambiente. (JACKS, MORIGI; OLIVEIRA, 2012, p.98).

Oliveira (2013) destaca a produção da cidade como uma das maiores estratégias previstas no 2º PDDUA, já que possibilitou mais intervenções urbanas. A autora observa que a

---

<sup>61</sup> O texto do Executivo municipal foi aprovado na Câmara de Vereadores de Porto Alegre em dezembro de 2010. Ver mais em: BASTOS, Fernanda. Vereadores de Porto Alegre aumentam os índices construtivos. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 02 dezembro 2014. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=48110>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

<sup>62</sup> O Plano de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) foi sancionado em 1999.

<sup>63</sup> Em dezembro de 2014, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre debateu o retorno da zona rural no equivalente a 8,28% da área do município. O conceito havia sido suprimido do PDDUA, que passou a denominar a Região Sul de Porto Alegre como zona rururbana. A região consiste em um cinturão verde com exemplares de Mata Atlântica e em espaço de atividades agropecuárias. O projeto deverá ser aperfeiçoado por uma comissão e votado em 2015. Ver mais em: SILVEIRA, Jaqueline. Grupo é constituído para analisar projeto que estabelece zona rural na capital gaúcha. Sul 21, 16 dezembro 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/grupo-e-constituído-para-analisar-projeto-que-restabelece-zona-rural-na-capital-gaucha>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

estratégia tem dois vieses: por um lado, empreende o Programa de Habitação de Interesse Social, que formaliza as políticas públicas de reforma urbana; por outro, o Programa de Projetos Especiais incentiva as oportunidades empresariais na cidade e flexibiliza a lei de acordo com as exigências do mercado.

Diante desse quadro controverso, Porto Alegre se insere no rol das grandes cidades mundiais profundamente impactadas pela realização de um megaevento esportivo. Ora vistos como oportunidades para o desenvolvimento local, ora considerados apenas medida de atração de investimentos para quem detém o capital financeiro, os megaeventos são um produto evidente de um processo capitalista iniciado ainda no século passado.

#### *4.3.3 O esporte e os megaeventos na era capitalista: reflexão sobre a relação entre o Estado e a iniciativa privada*

Curi (2013) entende os eventos esportivos como expressões da sociedade do espetáculo descrita por Guy Debord, essenciais na sociedade capitalista por sua capacidade de gerar produtos a serem comercializados – ingressos, notícias, *souvenirs*, etc – e, conseqüentemente, lucros expressivos. Assim como Damo e Oliven (2013) lembram o caráter simbólico que esses eventos têm para unir uma nação em suas afinidades – como a paixão dos brasileiros pelo futebol -, para Curi (2013, p.5), os acontecimentos esportivos afirmam *status* e identidades, pois têm “caráter ritualístico”.

Segundo Wolfgang Streeck (2013), a indústria do esporte foi uma das que obteve grande êxito na transição que marcou o capitalismo do século XX: a de uma economia que supria as necessidades para aquela que atendia também aos desejos do consumidor. A criação de produtos e serviços exclusivos, que facilitam a diferenciação de *status*, incentivaram o fortalecimento de fenômenos como a publicidade e o patrocínio de eventos que alavancassem as vendas de novos produtos que expressassem um estilo de vida e uma identidade pessoal.

Em meados dos anos 1970, as competições esportivas começaram a ser transformadas em megaeventos que não somente colocavam em evidência bens de consumo ou estilos de vida, mas também contribuía para a construção de um novo sentido sobre as cidades ou países que sediavam os torneios: esses lugares não eram mero destino para turistas, mas se constituía, igualmente, em espaços de investimento do capital internacional. Streeck (2013), porém, atenta para o descrédito dos cidadãos em relação ao papel do Estado, na medida em que atividades públicas passaram a ser transferidas para o setor privado, que as atende de acordo com a demanda do consumidor. Esse processo é perigoso, pois a participação da população na

vida política e pública passa a ser considerada uma questão de escolha – conforme suas vontades e aspirações pessoais –, e não de dever como parte de uma coletividade.

O movimento de contestação nas cidades se intensificou diante um contexto neoliberal e de incentivo aos megaeventos: as práticas de guerra fiscal e da competitividade, as articulações internacionais que creem na cidade-negócio e o capital privado abrem espaço (e exceção política) para os cartéis e organizações como a FIFA, que se beneficiou, no Brasil, de uma legislação específica para a Copa do Mundo<sup>64</sup> (VAINER, 2013).

De acordo com Curi (2013), a candidatura do País para sediar dois megaeventos – Copa do Mundo e Jogos Olímpicos – a partir da primeira década do século XXI relaciona-se com um projeto de cidade empresarial e neoliberal. Os empreendimentos realizados nessas localidades são, frequentemente, parcerias público-privadas, normalmente construídas com financiamento do Estado, mas geridas pela iniciativa privada. Apesar de as obras serem apresentadas, pelo poder público, como uma medida de revitalização das regiões que as circundam, constituem-se em investimentos financeiros rentáveis, não relacionados com serviços básicos de atendimento à população.

O megaevento ganha força a partir dos casos de Los Angeles 1984 e Barcelona 1992, quando aumentou a quantidade de cidades interessadas em sediar os jogos, um reflexo da difusão do gerencialismo em países de política neoliberal. A competitividade interurbana e o interesse em propagar uma imagem de cidade com clima favorável aos negócios passaram a ocupar um papel importante na agenda dos governantes. (OLIVEIRA, 2013, p.63).

Como afirmam Damo e Oliven (2013, p.20), no caso da Copa do Mundo, no Brasil, a insatisfação exposta nas jornadas de junho estava relacionada à visão sobre o uso do dinheiro público para obras como moralmente inadequado, já que se trata de um benefício para um evento privado, e de recursos que, após, servirão para o usufruto de organizações privadas (os clubes esportivos). Para a população, outras demandas sociais parecem mais urgentes para investimento, devido a seu “interesse público” e “prioridade”.

De outra maneira, porém, esta situação pode ser vista como um estímulo à mobilização popular no País. Segundo reportagem da revista Página 22 (DESIDÉRIO, 2013), o legado

---

<sup>64</sup> O Art. 23 da Lei Geral da Copa (Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012) estabelece que “a União assumirá os efeitos da responsabilidade civil perante a FIFA, seus representantes legais, empregados ou consultores por todo e qualquer dano resultante ou que tenha surgido em função de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionado aos Eventos, exceto se e na medida em que a FIFA ou a vítima houver concorrido para a ocorrência do dano”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm)>. Acesso em: 20 maio 2014.

intangível da Copa do Mundo está na criação de uma consciência sobre a cidadania e nas possibilidades de negociação entre população e poder público.

A luta dos trabalhadores, de moradores e de coletivos como os Comitês Populares da Copa, que defendem os direitos de habitantes atingidos pelas obras seria capaz, portanto, de colocar esses grupos em um papel ativo, influenciando futuras manifestações populares e exigindo diálogo com o Estado antes de quaisquer ações sobre o território urbano e as modificações ali realizadas por atores envolvidos com o poder – político ou econômico.

Ao mesmo tempo que verificamos uma ‘ambientalização’ do debate sobre políticas urbanas, observamos também um movimento de sentido oposto, com a entrada crescente de questões urbanas no debate ambiental, seja por iniciativa de atores sociais da cidade que incorporam a temática do meio ambiente, sob o argumento da substancial concentração populacional nas metrópoles, seja pela própria trajetória de urbanização crescente da carteira ambiental dos projetos do Banco Mundial (ACSELRAD, 2009a, p.53).

Segundo Vainer (2013), os protestos de junho de 2013 tiveram impacto fundamental nessa discussão no Brasil, pois as lutas urbanas até então estavam dispersas, e a unidade veio das incapacidades do poder em enxergar os descontentamentos populares.

Cabe ao jornalismo, junto com as iniciativas de movimentos da sociedade civil, pontuar esses problemas e provocar a discussão entre a sociedade: quem são os cidadãos dessa cidade? E qual modelo de cidade que desejam para as suas comunidades? Como será a relação dela com o meio ambiente, com os ecossistemas que a envolvem?

#### 4.3.4 A Copa do Mundo de 2014 como acontecimento jornalístico

Vimos que a cobertura sistêmica defendida pelo Jornalismo Ambiental pode ser aplicada a diversas temáticas, perpassando, ainda, todas as editorias. Portanto, o assunto a ser tratado em nosso trabalho, a Copa do Mundo, não foge a tal recomendação, ainda mais por se tratar de um acontecimento permeado por uma infinidade de questões sociais, ambientais, habitacionais, de mobilidade urbana, entre outras.

A responsabilidade do jornalista ambiental é inerente ao *ethos* da profissão; este afirma que os jornalistas são dotados de uma cultura própria, moldada pelo saber compartilhado na comunidade profissional e pelas condutas éticas que garantam os relatos fidedignos sobre a realidade esperados pelo público (TRAQUINA, 2005). O trabalho na redação jornalística é movido por fatos surpreendentes ou relevantes para a rotina da população, os acontecimentos. Sua seleção é resultado da expertise dos jornalistas e dos veículos, através, por exemplo, da

atribuição de valores-notícia a determinada ocorrência, além de elementos operacionais, como lembra Traquina (2005), tais como as condições e rotinas de produção, as materialidades disponíveis e o acesso às fontes.

Neste sentido, para Benetti (2010), o acontecimento tem dois estatutos no jornalismo: um relativo à produção de sentidos em relação aos fatos observados no mundo exterior – que é relativo ao discurso e ao seu processo de produção –, e outro referente aos procedimentos de identificação de um fato como possível acontecimento jornalístico. A autora ressalta que a produção jornalística é da “ordem dos efeitos” (p.160). Ou seja, a atividade não produz novos conhecimentos, apesar do poder e da legitimidade atribuídos à instituição jornalística para que esta seja portadora de verdades. Seu poder está em construir consensos através de repetições.

Como já ressaltamos, o acontecimento só existe enquanto modificação para um sujeito consciente do estado do mundo no qual essa modificação é produzida (CHARAUDEAU, 2012). Para Rodrigues (1993, p.27), “é acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais”. Segundo Fonseca (2010), as notícias jornalísticas registram acontecimentos do mundo. Estão ancoradas, sobretudo, no critério da veracidade, segundo o qual as informações com valor jornalístico precisam, obrigatoriamente, referenciar o real.

No jornalismo, segundo Rodrigues (1993), quanto menos previsível for um acontecimento, maior a chance deste se tornar notícia. Trata-se de uma ocorrência singular, distinta de uma infinidade de outros acontecimentos pela lei das possibilidades. O autor enumera alguns registros de notabilidade dos acontecimentos jornalísticos, como o excesso, a falha e a inversão, capazes de garantir mais visibilidade aos fatos no discurso noticioso. Em nossa pesquisa, identificamos a Copa do Mundo como um acontecimento jornalístico devido às consequências que o evento gera no cotidiano da cidade antes mesmo de sua realização. Trata-se não somente de um acontecimento com data marcada – o torneio em si –, ou de fatos previstos – como as obras que antecedem o evento e têm prazo de realização –, mas de uma série de situações extraordinárias que interferem no andamento dos preparativos. O evento deixou um histórico de mobilizações populares no País (DESIDÉRIO, 2013). Tais movimentos se vale-ram da visibilidade que o evento conferiu à condição de vida nas cidades-sede para reivindicar melhorias em áreas como saúde, educação, meio ambiente e mobilidade urbana.

Dessa forma, a Copa do Mundo de 2014 e seus preparativos nas 12 cidades-sede brasileiras se constituem em acontecimentos experimentados até mesmo por quem critica, ignora ou discorda da realização do evento no País. Pelo seu caráter de atualidade e pela constante

atualização sobre o andamento das obras, o assunto permeou os noticiários e se fez presente no cotidiano do público. Cabe ao jornalismo, portanto, estar permanentemente comprometido com informações qualificadas e que, através de uma abordagem sistêmica, permitam o pleno entendimento dos fatos.

## 5 JORNALISMO E DISCURSO

Nenhum discurso é neutro, muito menos o jornalístico. O que existe é uma ilusão ideológica de evidência de sentido, proveniente do assujeitamento do sujeito a uma determinada formação ideológica – posteriormente materializada na filiação a uma formação discursiva que expressa alguma das posições que esse sujeito pode adotar e que auxilia na compreensão de alguns silenciamentos que ocorrem nos enunciados.

Diante dessa constatação, trabalharemos com conceitos fundamentais da Análise do Discurso de matriz francesa (AD). O objetivo é identificar com quais formações discursivas (FDs) os discursos se vinculam, além dos elementos externos que circundam a definição da forma-sujeito e possibilitam a identificação de uma historicidade no discurso em questão (ORLANDI, 1996).

Por meio da AD, pensamos o jornalismo através das relações de paráfrase e polissemia – regularidades e rupturas – observadas em seu discurso característico. Primeiramente, introduzimos este aporte teórico-metodológico para, em seguida, averiguar como ele se aplica aos elementos do jornalismo, prática institucional que constitui um domínio de saberes em permanente diálogo com os outros tantos presentes na sociedade.

### 5.1 Análise do Discurso de matriz francesa

O discurso é a materialidade da ideologia. E é no texto que serão observadas as marcas que vinculam o discurso a uma determinada formação ideológica, pois o texto é a materialidade do discurso. Todo discurso se constitui pela relação tensa entre a língua e a história. Ou seja, um discurso não comporta apenas elementos linguísticos: ele é atravessado por uma série de discursos prévios, atualizando-os em um novo enunciado<sup>65</sup>. Esses pressupostos são estabelecidos pela Análise do Discurso de matriz francesa, que tem Michel Pêcheux como seu principal expoente.

A AD de Pêcheux se propõe a pensar “a língua como a base para processos discursivos diversos” (NAVARRO, 2006, p.72), lembrando que as palavras mudam de sentido a cada discurso. Uma vez que o texto significa, a AD investiga como ele se organiza para significar, em termos de língua e história (*Ibid.*).

---

<sup>65</sup> Foucault (2008) diferencia os termos enunciado e enunciação. A enunciação não se repete: é única e singular, e a ela se chega através de uma série de possibilidades. Já o enunciado pode ser repetido em condições estritas, tem existência material e se manifesta por diferentes formulações – aquilo que é dito em uma perspectiva discursiva.

O sistema linguístico é a base material comum dos diferentes discursos. Está presente nas mais variadas condições de produção em um momento histórico determinado (BRANDÃO, 2006). Os efeitos de sentido, portanto, não dependem somente da língua: eles se estabelecem através dos processos discursivos<sup>66</sup>. Os sentidos são determinados através das filiações ideológicas do sujeito e se materializam por meio de formações discursivas com as quais o sujeito se identifica. (MARIANI, 1996).

Segundo Pêcheux e Fuchs (1993), a Análise do Discurso (AD) recorre a três correntes teóricas para estabelecer suas bases: o materialismo histórico, especialmente na leitura que Louis Althusser realiza sobre o pensamento de Karl Marx; a linguística, disciplina fundada a partir do Curso de Linguística Geral de Ferdinand de Saussure e que considera a língua como um sistema; e o discurso, referente à determinação histórica dos processos semânticos. Na AD, todas essas formulações são perpassadas pelo sujeito, e é neste ponto que a psicanálise passa a contribuir para a teoria do discurso. A partir das interpretações de Jacques Lacan, busca-se a noção de inconsciente de Sigmund Freud para compreender as condições de produção do discurso, que ocorrem a partir de fatores nem sempre visíveis – embora o sujeito tenha a ilusão de sempre ser a origem do seu dizer.

No processo de produção de sentidos intervém o sujeito e sua historicidade, bem como as relações entre sujeito, a Língua e a Ideologia, tudo isso dimensionado no tempo e no espaço. O discurso, como objeto da AD, não é fechado em si mesmo, e nem é domínio exclusivo do interlocutor (SCHWAAB, 2011, p.65-66).

Schwaab (2011) lembra que AD é composta por quatro campos: o social, o ideológico, o imaginário e o discursivo (este realiza a articulação entre os três demais). Esses campos são sempre permeados pela psicanálise e pela linguística<sup>67</sup>.

De acordo com Eni Orlandi (1996), a AD se diferencia da Linguística no momento em que passa a ser caracterizada como uma teoria crítica, que trabalha com os “processos e as condições de produção da linguagem” (*Ibid.*, p.12). A AD trabalha com “sujeitos historicamente determinados” (INDURSKY, 1998, p.11), lugares de formação social que projetam diferentes formações discursivas, conceito que será explorado mais adiante. É importante ressaltar que condições sociais, históricas e políticas estão diretamente ligadas à produção discursiva.

---

<sup>66</sup> Segundo Brandão (2006, p.41), “o conceito de processo discursivo é elaborado a partir da noção foucaultiana de sistema de formação compreendida como conjunto de regras discursivas que determinam a existência dos objetos, conceitos, modalidades enunciativas, estratégias. A preocupação de Pêcheux é inscrever o processo discursivo em uma relação ideológica de classes [...]”.

<sup>67</sup> Neste trabalho, trabalharemos com foco nos campos ideológico e discursivo.

A ideologia, para Marx, poderia ser definida como “um sistema de idéias e representações que domina a mente de um homem ou de um grupo social”<sup>68</sup> (ALTHUSSER, 1996, p.123). Segundo Althusser (*Ibid.*), a ideologia se relaciona com a proposição freudiana de inconsciente eterno: ou seja, assim como o inconsciente, a ideologia<sup>69</sup> não tem história (própria), pois está lá. “O discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza”, lembra Brandão (2006). A ideologia é responsável por conferir ao discurso efeito de literalidade (MARIANI, 1996). Interpelado pela ideologia, o sujeito crê, portanto, na ilusão de transparência do discurso.

A Ideologia interpela o indivíduo em sujeito, provocando um fenômeno denominado assujeitamento. O sujeito, porém, não se percebe assujeitado: devido ao efeito ideológico, ele crê que tem total consciência sobre seus atos (PÊCHEUX, 1995). Dessa forma, lembra Schwaab (2011, p.69), a ideologia é “possibilitadora de sentidos, geradora de efeitos de verdade”. A partir de Pêcheux, Indursky (2008, p.10) associa a ideologia e o inconsciente para a constituição, no âmbito da AD, de uma “teoria não-subjetiva da subjetividade” – pois não é centrada no indivíduo que tem conhecimento de seus propósitos na prática discursiva, dotado de inconsciente e interpelado pela ideologia.

O assujeitamento é um processo composto pelas ordens do real, pelos espaços discursivos que são ocupados em uma realidade social (SCHWAAB, 2011).

As formações sociais são trazidas para o discurso pelo mecanismo de assujeitamento, que pressupõe a pré-existência de saberes e estruturas recortadas do interdiscurso e acolhidas em uma determinada FD, presentificando a ideologia no dito uma vez que traduz a complexidade inerente ao contexto de cada formação social, das lutas pelo poder, em especial, o poder dizer (SCHWAAB, 2011, p.67-68).

Assim, o discurso está intrinsecamente relacionado com o poder<sup>70</sup>. Na AD, Foucault (1996) traz a dimensão dos potenciais e limites do discurso, considerando que nunca podemos falar sobre tudo. Sempre haverá algum tipo de interdição que imporá silêncios aos sujeitos. Ao mesmo tempo, o discurso é um instrumento de dominação, que potencializa a relação do sujeito com o desejo e com o poder.

---

<sup>68</sup> Grafia original mantida.

<sup>69</sup> Aqui, Althusser se refere ao conceito de ideologia, que é caracterizado como Ideologia, com inicial maiúscula, por Pêcheux (1995), em contraponto com a ideologia dominante (da classe dominante), já que a primeira é permanente e não temos acesso a ela.

<sup>70</sup> Em análise do discurso, o conceito de poder está vinculado, sobretudo, às definições de Michel Foucault, que diz respeito às relações vigentes nas práticas discursivas de domínios do saber, como a medicina, a psiquiatria, etc., e não somente centralizado em aparelhos ideológicos (NAVARRO, 2006).

Suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p.8).

Dessa maneira, vemos o jornalismo como um discurso dotado dessas opacidades, que são evidentes pelo fato de a ideologia perpassar a sua existência material – o próprio discurso. Segundo Althusser (1996), a imprensa se constitui em um dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), instituições especializadas de domínio essencialmente privado que exerce poder na sociedade através da ideologia, embora, em algum grau, possam também ser repressivos<sup>71</sup>. Os AIE funcionam unificadamente “*sob a ideologia dominante*, que é a ideologia da ‘classe dominante’” (ALTHUSSER, 1996, p.116).

Tendo em vista a representatividade do discurso jornalístico, buscaremos analisar as suas peculiaridades e os efeitos de sentido que é capaz de produzir nesse relevante lugar social que ocupa.

#### 5.1.1 *Das formações ideológicas às formações discursivas*

Não temos contato com o real, e, portanto, o sentido do que dizemos é produzido na instância das formações ideológicas. Assim, mais adiante, esses sentidos se materializarão através do discurso.

Sobre a ideologia, Althusser (1996) trabalha com duas teses. Segundo a primeira tese, “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1996, p.126) – ou seja, não temos contato direto com o real, apenas através do imaginário<sup>72</sup>. Na segunda tese, Althusser (1996, p. 128) afirma que “a ideologia tem uma existência material”, através de ações e práticas, como o próprio discurso, que é materialidade da ideologia. Quando o sujeito é interpelado pela ideologia, isso ocorre através do conjunto complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX; FUCHS, 1993).

Para Brandão (2006), as atitudes e representações que constituem uma FI dizem respeito às posições de classe em conflito umas com as outras. Uma vez vinculadas a essas posições de classe, as formações ideológicas não são simplesmente individuais ou universais, segundo Pêcheux e Fuchs (1993). Os autores se ancoram em Althusser (1996), para quem a ins-

---

<sup>71</sup> Segundo Althusser (1996), enquanto existe uma pluralidade de Aparelhos Ideológicos de Estado, há somente um Aparelho Repressivo de Estado, representado pelo poder estatal, que é de domínio público e atua, principalmente, através da violência.

<sup>72</sup> É própria do inconsciente a ilusão de que o sujeito está na fonte do sentido.

tância ideológica está relacionada às formações sociais<sup>73</sup> e às lutas de classes que nelas ocorrem. Está, portanto, vinculada aos aparelhos ideológicos de Estado, que asseguram a reprodução material das relações sociais através do assujeitamento – ou seja, da interpelação do sujeito ideológico (COURTINE, 2009).

De acordo com Courtine (2009, p.74), “as FI têm um caráter ‘regional’ ou específico e comportam posições de classe. O que explica que se possa, a partir de FI antagônicas, falar dos mesmos ‘objetos (a democracia, a liberdade, o pluralismo, etc.) e deles falar ‘diferentemente’”. Desse modo, as FI estão relacionadas às fases históricas da luta de classes e podem ser combinadas de formas bem específicas em cada formação discursiva e retomadas em diferentes formas históricas com o desenvolvimento de novas formações discursivas (PÊCHEUX; FUCHS, 1993). Segundo Brandão (2006, p.47), “[...] a formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas”.

“O discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza” (BRANDÃO, 2006, p.46). A formação ideológica, segundo Pêcheux e Fuchs (1993), traz à exterioridade a formação discursiva através de uma defasagem, o esquecimento número 1, segundo o qual o sujeito tem a ilusão de ser a origem do discurso – enquanto, na verdade, todo dizer é uma reapropriação de um já-dito, relacionado à formação discursiva com a qual este sujeito tem afinidade. Assim, todos os discursos são ideológicos (BRANDÃO, 2006).

As formações discursivas, possibilidades de existência material da formação ideológica, manifestam a filiação do sujeito a determinados dizeres. O sujeito, interpelado pela ideologia, realiza uma tomada de posição diante das possibilidades de uma forma-sujeito, identificando-se com os ditos anteriores.

De acordo com Courtine (2009), o conceito de formação discursiva foi inicialmente desenvolvido por Michel Foucault na obra *A Arqueologia do Saber*, de 1969 – e, posteriormente, apropriado por Michel Pêcheux em sua *Análise do Discurso*<sup>74</sup>, passando a se relacionar com aquilo que pode e o que deve ser dito em certa conjuntura (PÊCHEUX; FUCHS, 1993).

---

<sup>73</sup> A formação social – junto à língua e ao discurso – é um conceito fundamental para a relação entre as três regiões do conhecimento científico que compõem o quadro epistemológico da AD: o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso (PÊCHEUX; FUCHS, 1993). De acordo com Brandão (2006, p.107) a formação social “caracteriza-se por um estado determinado de relações entre classes que compõem uma comunidade em um determinado momento de sua história”. Para Althusser (1996), a formação social surge a partir dos modos de produção dominantes e reproduz as forças produtivas e as relações de produção existentes.

<sup>74</sup> O estudo sobre a Análise Automática do Discurso (*L'Analyse automatique du discours*), referente à primeira fase da obra de Pêcheux, foi publicado em 1969. Em 1975, o autor publicou uma versão revista e atualizada desse trabalho. Trabalharemos a partir dessa visão de Pêcheux.

A FD é caracterizada por uma família parafrástica, que constitui uma “matriz de sentido” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p.169), ou seja, por regularidades que a especificam e a distinguem de outros domínios de saber<sup>75</sup>. A FD é o que determina o efeito de sentido, pois as palavras não têm sentido sozinhas, conforme lembra Pêcheux (1997) – o que significa que os mesmos termos mudam de sentido quando passam de uma a outra formação.

Segundo Orlandi (2003), as FDs são trechos de discurso que demonstram a posição ideológica por trás das palavras selecionadas. Benetti (2008, p.112) as define como “uma espécie de *região de sentidos*, circunscrita por um limite interpretativo que exclui o que invalidaria aquele sentido – este segundo sentido, por sua vez, constituiria uma segunda FD” (grifo da autora). São esses sentidos que possibilitam a dedução das formações ideológicas, uma vez que identificamos o que foi dito e aquilo que, em tais condições de produção, poderia ter sido dito. Para Brandão (2006, p.106-107), a FD se constitui em um

conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades, pelas mesmas ‘regras de formação’. A formação discursiva se define pela sua relação com a formação ideológica, isto é, os textos que fazem parte de uma formação discursiva remetem a uma mesma formação ideológica. A formação discursiva determina ‘o que pode e deve ser dito’ a partir de um lugar social historicamente determinado. Um mesmo texto pode aparecer em formações discursivas diferentes, acarretando, com isso, variações de sentido.

De acordo com Indursky (1998), podemos dizer que o efeito de sentido é produzido na relação entre os interlocutores e, portanto, está vinculado ao lugar do sujeito em uma formação social. Cada formação social projeta distintas formações discursivas, que estão vinculadas a um domínio do dizer, a uma formação ideológica (FI). Através das FI, atribuímos sentidos diferentes a um mesmo dizer, pois a filiação a certa FD corresponde a uma determinada visão de mundo. O sentido é determinado na relação sujeito-história, na ideologia. Segundo Schwaab (2011), além das condições específicas de produção, é determinante para a interpretação de um discurso o contexto no qual o leitor está inserido, pois se trata de um gesto singular.

A forma-sujeito reúne conjuntos de saberes da FD, ou seja, diferentes posições de sujeito. O grau de identificação com a forma-sujeito ocasiona diferentes tomadas de posição pelo sujeito, posições estas que estão na ordem do imaginário. A interpelação do sujeito pela ideologia se concretiza com a identificação a uma forma-sujeito (COURTINE, 2009). A característica fundamental da FD é a heterogeneidade: a formação não é estática e imutável, pois

---

<sup>75</sup> De acordo com Orlandi (1984), aquilo que é dado – e que está relacionado à paráfrase, à manutenção do mesmo – refere-se ao conhecimento socialmente distribuído entre os agentes do discurso, que podem ocupar diferentes posições em formações discursivas distintas.

está em contato com outras formas-sujeito e, mesmo em seu interior, possibilita diferentes posições-sujeito.

Segundo Orlandi (1995), o discurso é caracterizado por uma heterogeneidade constitutiva, pois nasce de outros discursos. Ou seja, uma multiplicidade de vozes é responsável por produzir o enunciado. Mesmo no interior de uma FD, há diversas relações possíveis entre o sujeito e a forma-sujeito, isto é, a regularidade que caracteriza o saber daquela formação (COURTINE, 2009). Falamos das posições-sujeito, que se relacionam, então, com o desdobramento da forma-sujeito. Assim, temos a própria FD como um espaço de disputas e no qual existe a possibilidade de ruptura. As determinações podem ser rompidas e transpostas, pois as filiações ideológicas do sujeito estão em permanente mudança.

[...] sublinhemos que uma formação discursiva existe historicamente no interior de determinadas relações de classes; pode fornecer elementos que se integram em novas formações discursivas, constituindo-se no interior de novas relações ideológicas, que colocam em jogo novas formações ideológicas. (PÉCHEUX; FUCHS, 1993, p.167-168).

Indursky (2008) classifica as modalidades de tomadas de posição diante de uma forma-sujeito. Trata-se dos desdobramentos da forma-sujeito. Na primeira modalidade, ocorre a superposição entre o sujeito do discurso e o sujeito universal da FD - segundo Indursky (2008), este é o discurso do bom sujeito, plenamente identificado com a forma-sujeito. Já “a contra-identificação produz tensão, antes de mais nada, *na e sobre* a forma-sujeito” e “evidencia que a forma-sujeito não é dotada de unicidade” (INDURSKY, 2008, p.13, grifos da autora) – ou seja, o sujeito se contrapõe à forma-sujeito vigente na FD, sem, no entanto, romper com ela. Por fim, a desidentificação leva à ruptura com a FD diante da qual o sujeito se reconhecia até então. É necessário apenas atentar que o sujeito do discurso jamais estará desvinculado da instância ideológica, pois ele “[...] desidentifica-se de uma formação discursiva e sua respectiva forma-sujeito para identificar-se com outra formação discursiva e sua forma-sujeito” (INDURSKY, 2008, p.14).

O discurso jornalístico trabalha no sentido de mobilizar o sujeito leitor para que convirjam na identificação com uma mesma FD. Para isso, utiliza sua legitimidade social. “Ou seja, a prática discursiva jornalística permite a institucionalização social de certos sentidos, remetendo 'ao que todo mundo sabe' (uma verdade local) e ao silenciamento de outros sentidos, resultado de uma política do silêncio” (MARIANI, 1996, p.238).

Neste trabalho, definimos duas formações discursivas para analisar a filiação de sentido das sequências discursivas que fazem parte do *corpus*. Baseamo-nos em Caporal e Costa-

beber (2000) para defini-las, pois objetivamos compreender os sentidos sobre sustentabilidade que são empregados pelo jornal Zero Hora.

a) FD Ecotecnocrática: o sujeito identificado com esta FD crê ser possível adotar atitudes sustentáveis sem que a estrutura social e econômica precise ser modificada. Para isso, vale-se de empreendimentos tecnológicos e mecanismos de mercado a fim de solucionar os problemas ambientais enfrentados pela humanidade. Nesta FD, os padrões de desenvolvimento vigentes são pouco questionados, pois está vinculada à ideologia liberal e de “crescimento econômico continuado” (CAPORAL; COSTABEBELER, 2000, p.19), em que se preza o lucro e a continuidade da produção de bens materiais.

b) FD Ecosocial: crê que, para haver sustentabilidade, é preciso modificar os parâmetros de desenvolvimento e questionar o modelo de desenvolvimento vigente. Esta FD reúne diversas correntes ambientalistas<sup>76</sup>. Antagônica à perspectiva liberal, a noção de sustentabilidade da corrente ecosocial considera a ciência e a tecnologia modernas causadoras da atual crise ambiental. Esta FD propõe o respeito às condições dos ecossistemas locais às necessidades das gerações futuras.

Antes de adentrarmos na análise das sequências discursivas, retomaremos a memória sobre os acontecimentos jornalísticos a que essas SDs fazem referência a fim de compreender a sua posterior relação com as duas FDs aqui expostas.

### *5.1.2 Discurso, interdiscurso e memória discursiva*

O discurso jornalístico, baseado nos mapas culturais de significado (BENETTI, 2010), apropria-se do que já é conhecido e reconhecido pelos sujeitos leitores a fim de produzir um enunciado novo. Para o nosso trabalho, dois conceitos se fazem necessários para compreendermos o já-dito que permeia um discurso aparentemente original: o interdiscurso e a memória discursiva.

O interdiscurso é o todo complexo e dominante (PÊCHEUX; FUCHS, 1993), ao qual jamais se tem acesso em totalidade. A FD não está isolada, pois referencia outros discursos, que também estão nesse todo complexo. Já a memória discursiva é o mecanismo que expressa os implícitos (PÊCHEUX, 1999) de uma leitura: são registros que contribuem para a compreensão de um acontecimento discursivo.

No nível da intertextualidade interna, interior ao campo, de maneira geral, a toda formação discursiva se vê associar uma memória discursiva. É a memória discursiva

---

<sup>76</sup> Como a culturalista, a ecosocialista e a teoria marxista ecológica (CAPORAL; COSTABEBER, 2000).

que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas. E ela que permite, na rede de formulações, que constitui o intradiscorso de uma FD, o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes a formações discursivas historicamente contíguas. Não se trata, portanto, de uma memória psicológica, mas de uma memória que supõe o enunciado inscrito na história. (BRANDÃO, 2006, p.98-99).

Como o acontecimento jornalístico discursivizado que analisamos aciona elementos pré-existentes, propomos o estudo desses dois conceitos.

Todo discurso é permeado pela memória e pelo interdiscurso. Uma FD nunca basta em si mesma: ela precisa recorrer a elementos externos e, em relação com eles, terá seus sentidos definidos. À medida que são integrados ao discurso, eles contribuem para a ilusão de evidência do sentido para aquela forma-sujeito.

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos. (ORLANDI, 1996, p.33).

O interdiscurso é constitutivo da FD e, segundo Courtine (2009), acarreta a existência do intradiscorso – produzido por um sujeito enunciator a partir de um lugar específico no interior de uma FD.

Com efeito, o interdiscurso é o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante, produzindo uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciator se apropria para deles fazer objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito vai dar coerência à sua declaração [...]. (COURTINE, 2009, p.74).

Segundo Courtine (2009), o interdiscurso se faz presente na FD através de dois aspectos: o pré-construído, que diz respeito às construções independentes e anteriores à enunciação e que nela são vistos de forma naturalizada, pois são apropriadas de acordo com o que pode e o que deve ser dito na FD; e o discurso transversal, a partir do qual o sujeito articula os objetos presentes no interdiscurso com o intuito de dar coerência ao seu discurso.

[...] o *interdiscurso enquanto discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como 'sujeito falante', com a formação discursiva que o assujeita. Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscorso, enquanto 'fio do discurso' do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma 'interioridade' inteiramente determinada como tal 'do exterior'. (PÊCHEUX, 1997, p.167, grifos do autor).

Pêcheux (1999, p.52) define a memória discursiva como aquilo que, “face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita”.

Diante do impacto de um acontecimento, de uma ruptura, sobre a memória, dois efeitos são possíveis, segundo Pêcheux (1999): o primeiro é a “estabilização parafrástica” (p.53), ou seja, a assimilação daquele acontecimento à regularização pré-existente; o segundo diz respeito à desregulação, pois o acontecimento pode perturbar a rede dos implícitos e interromper a estabilidade, produzindo uma nova série de regularizações (PÊCHEUX, 1999).

toda produção discursiva, efetuada sob determinadas condições conjunturais, faz circular formulações já enunciadas anteriormente. As formulações pertencentes a essas sequências discursivas preexistentes constituem, com as ‘formulações de referência’, redes de formulações que nos permitirão verificar os efeitos de memória que a enunciação de uma sequência discursiva de referência determinada produz em um processo discursivo. Esses efeitos de memória tanto podem ser de lembrança, de redefinição, de transformação quanto de esquecimento, de ruptura, de denegação do já-dito. (BRANDÃO, 2006, p.99).

Pêcheux ainda lembra que a memória discursiva “[...] é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999, p.56). Ou seja, é um dispositivo que ajuda a compreender a heterogeneidade constitutiva das FDs.

A seguir, veremos como os já-lá permeiam o acontecimento analisado neste trabalho e o inserem em uma regularidade reconhecida pelos sujeitos envolvidos com a discussão sobre o ambiente urbano.

### *5.1.3 Derrubada de árvores em Porto Alegre: memórias de uma luta ambientalista e de uma cidade arborizada*

Antes de passarmos à análise propriamente dita, temos como necessário recordar o histórico de Porto Alegre em relação às pautas ecológicas. Já mencionamos anteriormente a representatividade do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul através de ativistas como Henrique Roessler e José Lutzenberger e de entidades como a Agapan. Em 1975, quando estudantes da UFRGS protestaram contra a derrubada de árvores na Capital, o discurso em defesa do meio ambiente já era compreendido pela população.

Sobre o ocorrido, o ecologista Augusto Carneiro recordou, em 2007:

A participação dos estudantes foi real, além da subida solitária, escreveram cartazes, permanência ininterrupta, aplausos, vaias, etc. Às 18h, o desfecho tumultuado com espancamento e prisão de quatro participantes – dois estudantes e dois jornalistas. Tudo terminou às 23 horas com a liberação dos presos. Membros da Agapan, jornalistas, algumas outras pessoas permaneceram na frente da Delegacia Policial até o fim. Deu uma baita repercussão para nós. Saiu matéria em *O Estado de S. Paulo* e nos maiores jornais de Buenos Aires. Até o nosso manifesto saiu no jornal. Página inteira. Vê se a imprensa vai fazer isso hoje? Nem sonhando. (BONES; HASSE, 2007, p.116).

A memória sobre as lutas ambientalistas ainda perdura junto aos sujeitos que experienciam a cidade. Eles a absorveram, de forma que não podem identificar seu espaço urbano desvinculado da luta pela preservação de seus bens naturais. Em pesquisa para o livro *Porto Alegre Imaginada*, os moradores da Capital que responderam ao questionário sobre suas impressões a respeito da Cidade destacaram o engajamento do porto-alegrense na luta por seus ideais políticos e sociais e as “bandeiras” tradicionais da população. Uma delas

foi a do movimento ecológico, cujo marco foi em fevereiro de 1975 quando um estudante de engenharia impediu que uma árvore fosse derrubada pela Prefeitura para a construção de um viaduto. Por essas e por outras iniciativas de seus cidadãos, a cidade é considerada a capital nacional da ecologia, tendo como grande nome o do engenheiro agrônomo José Lutzenberger, que ajudou a criar a primeira entidade ambientalista do país, a Associação de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), o que influenciou na criação da primeira Secretaria Municipal do Meio Ambiente no país em 1976. (JACKS; MORIGI; OLIVEIRA, 2012, p.146).

A pesquisa ainda lembra o apreço da população de Porto Alegre por áreas ao ar livre e que propiciem contato com a natureza, como a orla do Guaíba, o Jardim Botânico, o Parque Farroupilha (Redenção) e o Parque Marinha do Brasil (JACKS; MORIGI; OLIVEIRA, 2012). Diante deste quadro, é inegável a relação entre o evento do passado e o quadro mais recente: Porto Alegre segue sendo uma cidade que demonstra apreço pela convivência com o ambiente nos espaços públicos e, frente a uma herança de lutas e reivindicações ecológicas provinda das décadas anteriores, não é surpreendente que cidadãos demonstrem sua insatisfação em relação ao desenvolvimento projetado para sua cidade se ele não condiz com a preservação dos bens naturais e com o conseqüente incremento da qualidade de vida dos habitantes.

#### 5.1.4 Os sentidos do discurso

Para analisar um discurso, há de se realizar o percurso contrário àquele que levou à sua produção: enquanto o sujeito está imerso em certas condições de existência, que levam a condições de produção possíveis nesse cenário e, posteriormente, ao processo de produção do

discurso, o analista parte do discurso para retomar os elementos presentes em sua produção que levaram o sujeito a dizer aquilo em meio a outras formulações possíveis dentro de tais condições.

Segundo Pêcheux (1993), as condições de produção constituem relações de força entre lugares sociais, que pressupõem conflitos e projeções sobre a posição que o outro ocupa. No caso do jornalismo, por exemplo, poderíamos afirmar que o público atribui legitimidade ao repórter devido a seu lugar social para que ele relate um acontecimento de modo fidedigno e espera, portanto, que ele cumpra esse papel de forma ética e responsável. A língua se integra ao discurso durante o seu processo de produção e, através de seu caráter incerto e opaco (PÊCHEUX, 1993), fortalece as disputas de sentido, uma vez que um discurso não é dotado de sentido único, mas de efeitos de sentido. A proposta da AD é, justamente, questionar as evidências e chegar a outras interpretações possíveis para tal discurso.

Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso (PÊCHEUX, 2008, p.53).

A AD, portanto, envolve o conceito de sujeito, estando ele inscrito em um processo sócio-histórico que será condição de produção de um determinado discurso:

Para praticar a Análise do Discurso, é necessário considerar as *condições de produção* do referido funcionamento, que deixa de ser apenas linguístico para tornar-se também discursivo; vale dizer, é preciso relacioná-lo à exterioridade, à conjuntura histórico-social em que foi produzido, ao lugar social em que o sujeito está inscrito e à rede de formulações já existente (INDURSKY, 1998, p.11-12, grifo da autora).

Pêcheux (2008, p.20) destaca que, em seu discurso, a mídia pode dar a ilusão de estabilidade a um sentido. Ele analisa o enunciado “on a gagné” (em português, “nós ganhamos”), proferido pela esquerda francesa à ocasião da vitória de François Mitterrand nas eleições presidenciais do País em 1981. O resultado do pleito consiste em um acontecimento jornalístico amplamente noticiado, devido à sua relevância em âmbito nacional. O enunciado “on a gagné” se inscreve em um jogo metafórico e sublinha a equivocidade desse acontecimento.

Diversas questões podem ser postas a respeito do sentido de “on a gagné” (PÊCHEUX, 2008): primeiramente, trata-se de um enunciado que alude à festa da torcida de um time esportivo vitorioso apropriado em uma situação relativa à política. Trata-se de um enunciado opaco, uma vez que está imerso em uma “rede de relações associativas implícitas” (I-

*bid.*, p.23). Além disso, o que significa, aqui, ganhar? Quem ganhou, na realidade? O que ganhou e de que forma? As respostas são ainda mais incertas quando temos um sujeito indefinido no enunciado (“on”, em francês).

Assim, temos que o discurso não é composto de sentidos evidentes. Por mais que o sujeito busque objetividade e neutralidade em seu enunciado, ele sempre estará permeado pela ideologia, que garante a heterogeneidade discursiva. Partindo desse pressuposto, buscaremos avaliar a formação discursiva a qual as SDs selecionadas correspondem.

## 5.2 Jornalismo como discurso

O conhecimento que está no todo é inacessível. Assim, o real não pode ser alcançado: é a instância ideológica que medeia as visões de mundo e concebe efeitos de verdade para os sujeitos. A ideologia, por sua vez, tem extensão material através do discurso. Segundo Courtine (2009), o assujeitamento do sujeito do discurso ocorre através da identificação do sujeito enunciativo com o sujeito universal (conceitual) do discurso – ou seja, vincula-se a uma forma-sujeito. Assim, cada discurso terá caracterização variante das suas condições de produção, e, para o jornalístico, o processo não será diferente.

Apesar de caracterizar uma formação discursiva, a forma-sujeito não é estática ou insubstituível. Nesse sentido, a polissemia é um dos fundamentos essenciais da AD (ORLANDI, 1996), pois se refere à atualização de sentidos em um discurso.

A polissemia é o processo que, na linguagem, permite a criatividade. É a atestação da relação entre o homem e o mundo. A tensão entre esses processos instala o conflito entre o legítimo (o produto institucionalizado) e o que tem que se legitimar. (ORLANDI, 1984, p.11).

Enquanto a paráfrase constitui a repetição e se trata de processo que visa a manter os mesmos sentidos sob diferentes formas (ORLANDI, 1984), a polissemia, ao contrário, instaura a multiplicidade de sentidos e, segundo a autora, traz o novo ao dado: no discurso, paráfrase e polissemia se limitam reciprocamente, assim garantindo a dinâmica da interlocução.

Como afirma Indursky (1998), o discurso é produzido na relação entre interlocutores, em que os efeitos de sentido estão em tensionamento. Essa relação leva ao interdiscurso, uma rede de formações discursivas que provoca movimentos e transformações através dos conflitos (PÊCHEUX, 1995). Para Courtine (2009, p.73), o interdiscurso é o “todo complexo” que reúne as formações discursivas.

Para Schwaab (2011, p.65), o jornalismo é “formador de redes interdiscursivas”. Está inscrito em um processo de diálogo com o já-dito e com outros campos de conhecimento. Segundo o autor, o sujeito jornalista tem papéis referentes à sua relação com a empresa/organização, fontes, público, entre outros atores, que orientam suas práticas.

Orlandi (1996) ressalta que o texto é o elemento central na relação entre autor e leitor e que não se trata de uma unidade completa; o texto, embora seja considerado um produto acabado, com começo e fim, é um intervalo, pois pressupõe o contexto da interpretação que será realizada pelo leitor. No caso do texto informativo, Charaudeau (2012) lembra que este pode estar, ainda, associado a outros discursos, como o propagandista, o científico e o didático, o que afeta seu sentido e a sua finalidade.

Quando partimos para a operacionalização da AD, segundo Pêcheux (2008, p.49), as “ciências régias”, com identificações positivistas, precisam estar distanciadas dos estudos sobre o discurso. Neles, em primeiro lugar, deve-se primar pela “descrição das materialidades discursivas” (p.50), que são essenciais para a interpretação e que consideram o caráter heterogêneo da língua. Em segundo lugar, é necessário ter em mente que a descrição está sujeita às incertezas da língua, derivando de sentidos a partir da existência social e histórica do outro, a quem podem se relacionar. A AD entra nesse espaço através da interpretação. A descrição de um enunciado sempre considera o discurso-outro, virtualmente presente naquela materialidade. Na AD, a descrição permite “[...] detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados” (PÊCHEUX, 2008, p.56).

Schwaab (2011, p.66) caracteriza a linguagem como “interação e um modo de produção social”. Ela não é neutra, mas sim um local de manifestações ideológicas. Assim, o jornalismo, como os demais discursos, não tem acesso à verdade, mas se vale da “vontade de verdade” (FOUCAULT, 1996). “Como processo de comunicação, o jornalismo produz sentidos e efeitos de sentido (com a intenção de estruturar e legitimar realidades) mediante mecanismos discursivos” (LOOSE, 2010, p.22).

Nesse sentido, Mariani (1996, p.103) lembra que “o discurso jornalístico envolve o sujeito-leitor em um processo interpretativo já pronto, pois, ao relacionar um acontecimento a outros, está, de fato, filiando aqueles sentidos a sentidos já existentes”. Assim, o jornalismo atesta sua legitimidade como instituição, mobilizando o sujeito-leitor de acordo com os sentidos expostos em seu discurso. A noção de lugar discursivo também nos faz compreender as estratégias lançadas pelo jornalismo a fim de envolver o público em seu discurso. A institui-

ção jornalística mantém uma imagem de si mesma como autêntica representante da objetividade perante a opinião pública.

Permeia o jornalismo, portanto, o exercício de formação imaginária (SCHWAAB, 2011): no processo de produção, antecipa-se o que o leitor vai aferir do discurso proposto. O jornalismo, portanto, no movimento de aferir o lugar do outro, coloca-se no lugar do público. Essa expectativa, então, possibilita o desenvolvimento de estratégias discursivas.

No discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis, acham-se representadas por uma série de ‘formações imaginárias’ que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. (BRANDÃO, 2006, p.44).

No campo jornalístico, segundo Traquina (2013), a ideologia constitui um sistema de crenças que conferem sentido ao trabalho da comunidade de jornalistas. Segundo o autor (*Ibid.*), o trabalho se dá em sistemas de interação, segundo os quais se presumem os diferentes papéis a serem assumidos pelo grupo. Essas relações de solidariedade levam à profissionalização da atividade jornalística, além de fortalecerem o *ethos*, o conjunto de valores próprios à profissão.

Acrescenta-se, ainda, o fato de o lugar discursivo no campo jornalístico pressupor a ética, a prática profissional, o ideal de objetividade e de imparcialidade e a ilusão de apagamento do lugar social (SCHWAAB, 2011). Isso se relaciona com os esquecimentos enumerados por Pêcheux e Fuchs (1993), relativos à identificação do sujeito com certa formação discursiva, ou seja, com determinado domínio de saber. O primeiro esquecimento está em uma zona inacessível ao sujeito, pois é da ordem do inconsciente. Por meio dele, o sujeito acredita ser a origem de seu discurso. Já através do esquecimento número dois, o sujeito crê ser possível controlar os efeitos de seu discurso e, portanto, ter domínio sobre como o outro interpreta aquilo que foi dito.

Segundo Mariani (1996), o discurso jornalístico é um discurso *sobre*. Ou seja, trata-se de um discurso que torna imediatamente objeto aquilo de que se fala, produzindo efeito de distanciamento em relação a um suposto observador imparcial – neste caso, o jornalista. “Os discursos sobre são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória” (MARIANI, 1996, p.64). São discursos que versam sobre um discurso-origem, e são reconhecidos como legítimos, o que reforça a ilusão de objetividade jornalística (*Ibid.*).

O que constitui uma propriedade do discurso jornalístico então? É a sua submissão ao jogo das relações de poder vigentes, é sua adequação ao imaginário ocidental de liberdade e bons costumes. É, também, o efeito de literalidade decorrente da ilusão da informatividade. Estas propriedades, no nosso entender, estão no cerne da produção jornalística: são aspectos invariantes de qualquer jornal de referência. (MARIANI, 1996, p.67).

Tendo em vista que o discurso é opaco, constituído pelas condições de produção e permanentemente permeado pela língua e pela história, estudaremos o discurso jornalístico como uma modalidade portadora dessas características e de outros aspectos que o especificam, como o *ethos* inerente à profissão, a legitimidade como instituição e o diálogo constante com outros discursos que pairam na sociedade, como o político, o econômico, o jurídico e o ecológico.

### **5.3 A perspectiva ambiental no discurso de Zero Hora sobre as obras da Copa**

Em nosso *corpus*, reunimos 36 sequências discursivas (SDs) retiradas de 24 textos de Zero Hora. O critério para seleção das reportagens foi a consulta a fontes relacionadas a posicionamentos distintos sobre a pauta em questão – de forma que seja possível avaliar a filiação do discurso jornalístico em sua interpretação dos discursos-outros que circulam pela sociedade.

Treze das reportagens do *corpus* foram publicadas entre fevereiro e julho de 2013, período em que o debate a respeito da ampliação das avenidas Tronco e Beira-Rio em decorrência da Copa do Mundo se intensificou devido aos movimentos de resistência da população. Oito reportagens são relativas às edições de fevereiro de 1975, pois repercutem o protesto contra o corte de árvore na Avenida João Pessoa. O *corpus* ainda recorre a uma reportagem de 2011, em que o anúncio da construção do metrô de Porto Alegre foi relacionado ao bom momento de investimentos na cidade devido à realização da Copa do Mundo e a outra publicada em outubro de 2013, quando as instituições políticas admitiram que boa parte das obras previstas para o evento não ficariam prontas a tempo. Recorremos a SDs de diferentes anos em nosso *corpus* devido às memórias suscitadas pelo discurso de Zero Hora sobre a Copa do Mundo. O acontecimento de 1975 é evocado pelo próprio discurso de 2013. As SDs também refletem as expectativas frente às obras de mobilidade urbana já manifestadas, por exemplo, quando da ocasião de anúncio da construção do metrô de Porto Alegre, em 2011.

A fim de avaliar a opinião institucional do jornal e verificar de que forma esse posicionamento transparece nos textos informativos, analisamos, ainda, dois editoriais relativos às duas épocas pautadas neste trabalho. Antes de partirmos para a análise, porém, contextuali-

zamos nosso objeto empírico, o jornal Zero Hora – uma das publicações mais tradicionais e mais lidas do Rio Grande do Sul.

### 5.3.1 Zero Hora: jornalismo e negócio

Zero Hora é uma publicação diária que circula no Rio Grande do Sul desde 4 de maio de 1964 e que deriva do jornal Última Hora, pertencente ao jornalista Samuel Weiner, – fechado por militares à ocasião do golpe que instaurou o período ditatorial no País. A publicação é um dos mais tradicionais produtos da Rede Brasil Sul de Comunicação (Grupo RBS), por ela adquirido em 1970 (GRUPO RBS, s/d).

O Grupo RBS foi fundado por Maurício Sirotsky Sobrinho em 1957, após associação com a Rádio Gaúcha. Sucederam-no no comando das empresas os herdeiros Jayme Sirotsky e Nelson Sirotsky. Atualmente, Eduardo Sirotsky Melzer preside o Grupo. Trata-se da maior companhia de comunicação do Sul do País: seus jornais são líderes de circulação no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina; a RBSTV é a maior emissora afiliada da Rede Globo de Televisão (GRUPO RBS, s/d)<sup>77</sup>; as empresas de negócios digitais e *e-commerce* são investimentos recentes e priorizados pelo conglomerado<sup>78</sup>.

De acordo com o Guia de Ética do Grupo RBS, a linha editorial de seus veículos prioriza a liberdade de informação, além de defender a livre-iniciativa, o direito de empreender, valores como a educação e a proteção da infância, o combate às drogas e à violência. A imparcialidade, através da abertura de “espaço a todos os lados envolvidos no assunto”, também é buscada na produção noticiosa, segundo a corporação (GRUPO RBS, 2011, p.20). A publicação destaca, ainda, que o conteúdo jornalístico do Grupo é norteado pelo princípio do localismo – ou seja, a valorização de acontecimentos regionais, que impactem diretamente a vida do público (*Ibid.*).

O Grupo RBS defende a democracia e a liberdade, e se opõe a qualquer tipo de preconceito e discriminação. O direito à informação livre é uma cláusula pétrea da Constituição brasileira. Considerando a liberdade do público de selecionar os conteúdos que deseja, a RBS valoriza a autorregulamentação da atividade jornalística e condena todas as formas e tentativas de controle e censura à informação (GRUPO RBS, 2011, p.14).

<sup>77</sup> Outros populares veículos do Rio Grande do Sul integram o Grupo RBS, como as rádios Gaúcha, Farroupilha, Itapema e Atlântida, os jornais Diário Gaúcho, Diário de Santa Maria e Pioneiro (que circula na região de Caxias do Sul) e a emissora de televisão TVCom. Na internet, o Grupo administra portais como ClicRBS, Hagah, Pense Imóveis e Pense Empregos.

<sup>78</sup> Wine e Have a Nice Beer, clubes de vendas para vinhos e cervejas, estão entre os empreendimentos da empresa e.Bricks, focada no setor digital. Engage Eventos e RBS Publicações também fazem parte da atuação do Grupo para além dos veículos de comunicação. Embora não conste em seu *website* institucional, a Maiojama, empresa de empreendimentos imobiliários, também está associada ao Grupo RBS (OLIVEIRA, 2013).

A apresentação institucional de Zero Hora no *website* do Grupo RBS ressalta o desenvolvimento de uma redação com mídias integradas a partir dos anos 2000: “O projeto segue uma tendência mundial de integrar a produção do conteúdo, independentemente da mídia em que é veiculado” (NOSSAS EMPRESAS, s/d, *online*). Atualmente, a diretora de redação de Zero Hora é a jornalista Marta Gleich e seu editor-chefe é o jornalista Nilson Vargas.

Para atestar a importância que o veículo possui entre a população gaúcha até os dias de hoje, recolhemos dados sobre a circulação do jornal.

De acordo com *ranking* elaborado pelo Instituto Verificador de Circulação, Zero Hora estava entre os dez veículos impressos de maior circulação paga no Brasil em 2012 (ANJ, 2012), com tiragem de 184.674 exemplares. A publicação ainda obteve o melhor desempenho em relação aos 48 demais jornais diários do Rio Grande do Sul, de acordo com a classificação do Instituto Verificador de Circulação (IVC). Na lista, Zero Hora é seguida por Diário Gaúcho, jornal de posicionamento popular fundado no ano 2000 e também pertencente ao Grupo RBS, que registrou tiragem de 166.221 exemplares. Na nona posição, figura outro veículo do Rio Grande do Sul: o jornal Correio do Povo, que registra 118 anos de existência e pertence, atualmente, ao Grupo Record, da Igreja Universal do Reino de Deus, com média de 149.562 exemplares em circulação. Apenas mais duas publicações gaúchas aparecem no levantamento: o Jornal NH, que circula no Vale dos Sinos e registrou tiragem de 45.248 exemplares, e Pioneiro, jornal de Caxias do Sul, voltado para o público da Serra, que contabilizou 27.300 unidades em circulação.

Zero Hora atingiu seu recorde de circulação em 2011, com mais de 190 mil exemplares diários (ZERO..., 2011), mas registrou queda neste resultado no ano seguinte. O IVC apontou que, em 2012, houve crescimento expressivo no número de grandes jornais brasileiros que oferecem conteúdo *online* mediante assinatura (LEVANTAMENTO..., 2013). Essa tendência, conhecida como *paywall*, fortaleceu-se em 2011 com a cobrança de 40 dólares aos leitores assíduos do *site* do jornal estadunidense The New York Times (NYT..., 2010). A partir de 2013, Zero Hora *online* passou a cobrar o público leitor que desejasse ter acesso superior a 30 notícias por mês – os usuários podem optar por assinar as versões digital e física ou somente a edição digital. Entre os grandes jornais brasileiros, Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo, Gazeta do Povo, O Globo e Valor Econômico também adotaram tal recurso. A prática, apesar de crescente, é ainda bastante problematizada, já que, ao contrário do The New

York Times, os jornais brasileiros pouco investem em conteúdos que aproveitem as potencialidades da internet, apenas republicam textos e fotos da edição impressa (VIEIRA, 2013).

Outra fragilidade do paywall brasileiro é a “abertura” em casos de verdadeiro interesse público. O jornal Zero Hora, por exemplo, abriu seu paywall (ou seja, liberou os acessos para todos) no caso do incêndio na boate Kiss, alegando tratar-se de uma informação extremamente relevante. Mas não deveriam ser assim a grande maioria das notícias? A Zero Hora parece admitir – mesmo que não o faça – que cobra pelas notícias que não são tão importantes já que, quando realmente elas forem de interesse público (e tiverem o potencial de acessos estrondosos, claro), o paywall deixa de existir. Por que o leitor pagaria por isso? (VIEIRA, 2013, *online*).

Este comportamento poderia explicar a retração verificada no *ranking* de maiores jornais por circulação paga em 2012. De qualquer forma, a presença de Zero Hora continua significativa no cotidiano da população gaúcha, já que segue como o jornal de maior circulação do Rio Grande do Sul.

Pela relevância que ainda mantém junto à opinião pública gaúcha e pela pretensão de realizar grandes coberturas sobre os assuntos locais, Zero Hora foi escolhida como nosso objeto empírico para este trabalho.

### 5.3.2 Análise do corpus



Figura 1: Fac-símile da página 51 da edição de sete de fevereiro de 2013 de Zero Hora

Em Zero Hora, a Copa do Mundo se constitui em acontecimento jornalístico com pelo menos um ano e meio de antecedência em relação à realização do torneio. Em sete de fevereiro de 2013 (p.51), o jornal realizou a cobertura de um protesto de moradores de Porto Alegre pela não derrubada de árvores às margens da Avenida Edvaldo Pereira Paiva. A SD seguinte é referente à reportagem *Após protesto, prefeitura suspende corte de árvores*, que abordou o ocorrido. Na ocasião, 14 árvores já haviam sido derrubadas pela Prefeitura e, em protesto pela manutenção das remanescentes, alguns moradores e ativistas subiram nas árvores.

Poucas horas após o início de mais uma etapa da duplicação da Avenida Edvaldo Pereira Paiva, a Beira-Rio, um protesto de moradores fez **suspender o serviço** por tempo indeterminado.

O projeto, parte das obras para a Copa de 2014, prevê a **remoção de 115 árvores** na Praça Júlio Mesquita, em frente à usina do Gasômetro. (SD1).

Podemos associar essa SD a uma FD ecotecnocrática, já que denomina o corte das árvores um “serviço”, permitindo que seja comparado com outras tarefas prestadas pela Prefeitura para garantir a qualidade de vida da população, como o abastecimento de água, o recolhimento do lixo doméstico ou o saneamento básico. Há falta de questionamento sobre a validade dos cortes, denominados “remoções”. O termo se repete em reportagem publicada em 15 de fevereiro de 2013 (p.44), que informa a suspensão dos cortes e a realização de audiência pública para debater o caso, como se observa na SD2.

O projeto de duplicação da via integra as obras de mobilidade urbana visando a Copa 2014 e prevê a **remoção de 115 árvores** naquela região. (SD2).

Ainda na reportagem do dia sete de fevereiro de 2013, em um *box* intitulado *Símbolo do ambientalismo*, Zero Hora recorre a uma memória imediata referente ao discurso em defesa da preservação das árvores nas vias públicas. Assim, o jornal considera que ambos os aconte-

tecimentos compartilham de uma regularidade. Na SD3, há exaltação da atitude do estudante Carlos Dayrell em 1975, destacando que o protesto ocorreu “em plena ditadura militar” e relembrando a importância do ato para a história, pois “tornou-se um dos símbolos do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul”. Na descrição do ato de Dayrell, ressalta-se uma característica heroica desse sujeito empírico, que, sozinho, enfrentou “funcionários da prefeitura com motosserras”, prontos para realizarem o corte. Assim, o discurso sobre este implícito (PÊCHEUX, 1997) que vem à tona a partir de uma reivindicação semelhante tem maior identificação com uma FD ecossocial, que questiona os parâmetros de desenvolvimento e defende a preservação dos ecossistemas para que sejam desfrutados em plenitude pelas gerações futuras. Trata-se, portanto, de uma memória discursiva relativa a um acontecimento representativo para o movimento ambientalista gaúcho.

Em 1975, o então estudante de Engenharia Elétrica Carlos Alberto Dayrell **subiu em uma árvore tipuana rodeada por funcionários da prefeitura com motosserras**, na Avenida João Pessoa. Na Capital, **em plena ditadura militar**, o ato manteve a árvore intacta por muitos anos, e **o protesto de Dayrell tornou-se um dos símbolos do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul**. (SD3).

Aqui, percebemos a heterogeneidade constitutiva do discurso: embora haja identificação com uma forma-sujeito dominante, o sujeito do discurso jornalístico também pode recorrer a outras posições-sujeito que circulam pelo todo complexo que constitui o interdiscurso e que pressionam as fronteiras da FD. Neste caso específico, de acordo com as modalidades de identificação com a forma-sujeito previstas por Indursky (2008), pode haver uma contra-identificação em relação à FD ecotecnocrática. Ou seja, o sujeito não rompe com a visão de que as árvores estão “*No caminho das obras*” – conforme cartola que apresentava a reportagem do dia 7 de fevereiro –, mas abre-se para as possibilidades de sentido fornecidas por outras posições-sujeito, como aquela que reconhece a relevância do movimento ambientalista e de seus atos de protesto em prol do meio ambiente.

Na espera pela audiência pública a ser realizada na Câmara de Vereadores de Porto Alegre – ocasionada pelo protesto da população, que argumentava não ter sido comunicada pela administração pública sobre os cortes de árvores na região –, o jornal seguiu cobrindo as discussões sobre o caso. Matéria publicada em quatro de março de 2013 (p.37) procurava informar sobre a divulgação de um documento, programada para o dia seguinte, em que constava o plano completo de derrubada. A ordem de divulgação se deu conforme acerto entre o Ministério Público e o Executivo municipal. Para ilustrar o fato de o iminente corte dividir a população entre “a favor” e “contra”, o texto *Documento revela futuro de árvores em Porto*

*Alegre* apresenta a discussão entre dois habitantes da cidade frente às árvores – não fica claro, porém, se a história faz parte da apuração da reportagem ou é uma peça com traços de ficção, já que atribui diversas adjetivações ao temperamento dos protagonistas do debate. A seguinte SD é relativa aos primeiros parágrafos do texto jornalístico.

Os dois colegas de trabalho pararam em uma extremidade do canteiro de obras sob **uma árvore imensa marcada com um P branco, que, ironicamente, protegia-os do sol escaldante de sexta-feira passada.**

Vamos chamá-los de Gringo e Moreno, **os representantes dos dois lados** no grande rolo causado pelo corte de árvores na Praça Julio Mesquita, em frente à Usina do Gasômetro, no centro de Porto Alegre.

Gringo era favorável à derrubada dos vegetais. Moreno, contrário. Gringo tinha menos vitalidade, mas gritava mais – enfim, o cara é gringo. Moreno ouvia, quieto, ao lado de seu caminhão. Quando Gringo silenciava, Moreno o aturdia com palavras de defesa ecológica. Um gordinho que também estava naquela sombra refrescante tomou o partido do Gringo. Moreno esperou, como sempre. Paciente, deixou o silêncio predominar para depois inflar o dorso tatuado e lançar os **xingamentos** que atingiram o gordinho:

**- Quando tu estiver no hospital, aí tu vai querer mais ar para respirar. Tu já está mal agora, nem consegue ficar em pé.** (SD4).

O enunciado apresenta apenas os argumentos do homem contrário ao corte das árvores, embora não se possa dizer que sua posição é privilegiada frente à outra, pois seu discurso é classificado como uma série de “xingamentos”. Mas é certo que o discurso da SD aciona a

memória sobre a irredutibilidade dos defensores da permanência das espécies – ilustrada nas reportagens anteriores a partir dos moradores que subiram nas tipuanas para que os cortes fossem cessados e na memória acerca do protesto realizado em 1975 em árvore na Avenida João Pessoa – e sobre a polarização que o caso exigiria – ao criticar a derrubada das árvores, torna-se partidário da “defesa ecológica”. A SD também ilustra o fato de os argumentos de ambientalistas apontarem para o futuro – “quando tu estiver no hospital” –, e isso também pode contribuir para a relativização da importância de seu discurso, pois as incertezas que permeiam o futuro do planeta e de seus habitantes são,



**Figura 2: Fac-símile da página 37 da edição de quatro de março de 2013 de Zero Hora**

to de evidência da impossibilidade de desconsiderar o desenvolvimento econômico.

As SDs 4 e 5 são relativas à reportagem *Prefeitura detalha razões para derrubada de árvores*, publicada em cinco de março de 2013 na editoria de Geral (p.33). O texto é assinado pelos jornalistas André Mags e Thiago Tieze e apresenta os argumentos de participantes – moradores e representantes da Prefeitura – da audiência pública que viria a ocorrer no dia 18 de março de 2013, na Câmara Municipal de Porto Alegre, para decidir se a Prefeitura deveria ou não prosseguir com os cortes de árvores na região da Praça Júlio Mesquita.

Na audiência do dia 18, os dois lados apresentarão seus argumentos. É aí que MP e Justiça poderão tomar alguma providência. A coordenadora do movimento Viva Gasômetro, Jacqueline Sanchotene, disse que **o evento será a oportunidade para o grupo tentar provar a ilegalidade das remoções**. Segundo Jacqueline, o Plano Diretor prevê a criação do Parque do Gasômetro, que uniria a usina à Praça Júlio Mesquita e à orla do Guaíba por meio do rebaixamento da Avenida Presidente João Goulart. A via ficaria sob um gramado.

- **Vamos assumir a tribuna popular às 14h do dia 18 para fazer um apelo** ao prefeito José Fortunati para que o Plano Diretor seja respeitado. Nós julgávamos que isso já estava resolvido, sabíamos dos projetos do Cais Mauá, das reformas da orla. Mas do corte de árvores na praça para ampliação da avenida, não. (SD4).

Engenheiro da prefeitura que trata das obras da Copa 2014, Rogério Baú explicou que os critérios para os cortes foram definidos a partir do projeto de ampliação das avenidas Edvaldo Pereira Paiva (Beira-Rio) e João Goulart, que é um **gargalo** entre ambas. **Segundo ele, o projeto teve de seguir o que a malha urbana permitia ser feito**. A redução das remoções poderá ocorrer caso MP ou Justiça entenderem assim, após a audiência.

- É impactante, **uma decisão difícil**. Mas estávamos em um brete, com árvores muito rente ao meio-fio. Não se deve fazer um projeto meia-boca. Assim, a retirada foi decidida. Houve publicação em jornal de grande circulação, no Diário Oficial... De qualquer forma, não é uma divulgação ampla, é o que a legislação solicita. O próprio prefeito admitiu que a prefeitura poderia ter trabalhado melhor isso – explica Baú. (SD5).

Neste momento, explicitamos a dificuldade em atribuir FDs determinadas às SDs de nosso *corpus*. É inegável que esta reportagem apresenta os argumentos de ambos os sujeitos em oposição, e aí o Jornalismo Ambiental toma parte, pois a reportagem, de fato, problematiza os conflitos que existem entre o posicionamento do poder público e a vontade dos moradores da região, que não se sentem contemplados por essas escolhas, julgando-as prejudiciais para esse espaço público reivindicado pela comunidade. São visões de sustentabilidade que estão em confronto durante todo o relato. Na SD4, através da expressão de Jacqueline Sanchotene, representante do movimento Viva o Gasômetro, vemos que o corte de árvores está longe de ser considerado, de forma unânime na Cidade, como uma ação necessária.

No entanto, percebemos que, em uma leitura mais detalhada, essa isometria pode ser questionada. Na SD5, coloca-se o argumento do engenheiro Rogério Baú para o corte das árvores – “o projeto teve de seguir o que a malha urbana permitia ser feito” (2013, p.33) – e

não há questionamento sobre por que houve, então, a escolha de alargar a via – apesar das limitações para que esse processo acontecesse e de não sabermos ao certo, através dessa reportagem, a natureza do gargalo a que Rogério Baú se refere. Pois – presume-se –, caso a duplicação não ocorresse, seria tanto melhor para a comunidade, que expressou não desejar os cortes. Da mesma forma, nesta SD, fica sem resposta a inquietação expressada por Jacqueline Sanchotene na SD anterior, sobre o fato de o Plano Diretor do município prever a criação do parque na área em que a Prefeitura pretendia intervir através do corte das árvores.

Nestas SDs, temos duas diferentes posições que remetem a informações que estão no interdiscurso. Principalmente, referem-se a um pré-construído que, segundo Courtine (2009), não precisa ser retomado pelo sujeito enunciador, pois ele se identifica com o sujeito universal da FD quando inscrito nela. Na SD5, temos que o corte das árvores é “uma decisão difícil” (2013, p.33), mas, simultaneamente, dentro da formação ideológica desse sujeito, a única so-

lução possível, pois era o que a “malha urbana permitia ser feito” (2013, p.33). Ou seja, embora o corte das árvores não seja a resolução ideal, sua necessidade é inquestionável nesta FD. Essa certeza é ancorada no já-sabido, na vivência em uma cidade afetada pela globalização e marcada pela disputa de espaços entre a população e o capital financeiro (HARVEY, 2013) – e isso permeia as condições de produção do discurso.

Indursky (2008) lembra que o sujeito do discurso é descentrado, pois não está na origem de suas próprias estratégias devido à sua constituição pela ideologia e pelo inconsciente. O sujeito da contradição também aparece na SD4. Embora o enunciado se coloque contrário ao corte de árvores, defende, assim como o sujeito de uma posição oposta expressa na SD seguinte, uma intervenção na região, através do rebaixamento da Avenida João Goulart. A criação do



Figura 3: Fac-símile da página 33 da edição de cinco de março de 2013 de Zero Hora

Parque Gasômetro, conforme descrição no Plano Diretor, manteria as árvores na região, mas o jornal não questiona se essa outra realização traria igualmente algum impacto ambiental para a Cidade<sup>79</sup>.

Percebe-se, ainda, certa diferença hierárquica em ambas SDs. Na SD4, Jacqueline Sanchotene utiliza o espaço no jornal para divulgar a mobilização dos moradores – “vamos assumir a tribuna popular às 14h do dia 18 para fazer um apelo ao Prefeito José Fortunati para que o Plano Diretor seja respeitado” (2013, p.33) –, pois é a comunidade que deve “tentar provar a ilegalidade das remoções” (2013, p.33). Enquanto isso, na SD5, Rogério Baú é portador do discurso oficial, segundo o qual os cortes somente deixarão de ocorrer “caso MP ou Justiça entenderem assim” (2013, p.33).

Assim, ainda vemos até aqui certa tendência em priorizar – e, de certa forma, não problematizar com mais cautela – o discurso das fontes que estão no poder. Bueno (2007, p.36) alerta para uma tendência do jornalismo de recorrer a fontes cada vez mais especializadas e afirma que “as fontes no jornalismo ambiental devem ser todos nós e sua missão será sempre compatibilizar visões, experiências e conhecimentos que possam contribuir para a relação sadia e duradoura entre o homem (e suas realizações) e o meio ambiente”. E, para o Jornalismo Ambiental, portanto, é este que deve ser desconstruído, pois o jornalista deve atuar tendo em vista o interesse público e os direitos dos cidadãos – sendo um deles o direito à cidade, o direito a habitar o espaço urbano com qualidade de vida garantida pelo poder público –, nem que, para isso, precise questionar as asserções tidas como óbvias para as instâncias do poder. A disputa de sentidos, no entanto, sempre remete a elementos que estão no interdiscurso.

Portanto, embora os autores tenham concedido às duas fontes divergentes igual espaço para se expressarem, tal igualdade é reduzida quando um desses discursos precisa se legitimar frente a outro que já é considerado legítimo devido à representatividade social do sujeito que o profere. O Jornalismo Ambiental, é importante ressaltar, trabalha com uma perspectiva de cidadania construída com a participação popular. Para Belmonte (2004), os veículos de comunicação devem se engajar nas grandes pautas em debate nas cidades. Assim, deve contemplar em seu discurso as tentativas de diálogo entre poder público e cidadãos, procurando es-

---

<sup>79</sup> O projeto que previa a criação do Parque Gasômetro foi sancionado pelo Prefeito José Fortunati em 30 de abril de 2014. Houve rejeição de emenda que previa o rebaixamento da Avenida João Goulart para a integração de todas as praças e parques que constituem o complexo. PROJETO do Parque do Gasômetro será sancionado em Porto Alegre. **G1 RS**, 30 de abril de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/04/projeto-do-parque-do-gasometro-sera-sancionado-em-porto-alegre.html>>. Acesso em: 27 dez. 2014.

clarecer por que há discordâncias em seus imaginários sobre desenvolvimento e sustentabilidade das cidades.

A reportagem do dia 19 de março de 2013, *Corte de árvores deve ser retomado* (p.33), conta que, na audiência pública realizada na Câmara de Vereadores, na noite anterior, o Vice-Prefeito decidiu prosseguir com os cortes das árvores, mas comprometeu-se com o plantio de mais duas mil mudas além do previsto anteriormente – 401 – para fins de compensação ambiental. No texto assinado por Letícia Costa, ZH consolida a polarização do debate entre poder público, de um lado, e moradores e ambientalistas, de outro. E, como ilustrado pela SD5, desenvolve uma nova forma de narrar o embate entre ambas as posições, por meio da descrição de suas atitudes durante a audiência pública.

Vereadores e representantes da prefeitura, entre eles secretários municipais, **opinaram sobre o tema, aplaudiram intervenções de outras pessoas e até lançaram sorrisos irônicos** quando uma opinião contrária era exclamada. Já a plateia, formada por moradores, servidores da prefeitura e representantes de organizações em defesa do ambiente, **alternou palmas, vaias e coros fervorosos**. (SD6).

Pela SD6, é possível entender que, durante o processo de discussão sobre o futuro da região, os cidadãos não tiveram voz, pois apenas reagiram “fervorosamente” às explanações alheias – ao contrário dos representantes do poder público, que “opinaram sobre o tema”. Não há, no entanto, como saber se o sujeito jornalista se identifica com a postura tecnicista e desenvolvimentista, que desconsidera a experiência dos habitantes locais e que compõe uma FD ecotecnocrática. Sabe-se, porém, que seu discurso atual é calcado nos já-ditos expressos anteriormente pelo jornal: a Prefeitura está certa da importância da obra para a mobilidade urbana de Porto Alegre, enquanto os moradores agitam-se contra os cortes – subindo em árvores ou solicitando apoio da população para pressionar os governantes.

A reportagem *Árvores ou duplicação* – cuja cartola é *Sem plano B* –, de 26 de abril de 2013 (p.36), assinada pelo jornalista André Mags, aprofunda a polêmica. A SD6 foi retirada do parágrafo de abertura:

**No meio do caminho de um projeto da prefeitura, há 115 árvores.** E uma liminar judicial. E as vozes de manifestantes contrários aos cortes em série para a duplicação de um trecho da Avenida Beira-Rio, na Capital. Obra da Copa, a via deve ter o futuro definido nos próximos dias, quando a Justiça decidir entre as árvores e o asfalto. A duplicação da Beira-Rio só será completa, admite a prefeitura, se 115 árvores forem ao chão. (SD7).



tão evoluiu, mas é a primeira vez que o jornal destaca o processo com mais profundidade desde a cobertura da audiência pública: a Justiça suspendeu os cortes em abril devido à lei que estabelece a criação do Parque Gasômetro no local em que estavam as árvores. Uma decisão do Tribunal de Justiça autorizou a retomada dos cortes em maio, mas manifestantes armaram acampamento no local na tentativa de impedir as derrubadas.

O município pretende dar continuidade à derrubada, mas diz **que isso só vai ocorrer depois de uma tentativa de aproximação com os ativistas que condenam o projeto**, que inclui um grupo de pessoas acampadas na região. O coordenador técnico das obras da Copa pela Secretaria Municipal de Gestão, engenheiro Rogério Baú, sustenta que **a prefeitura está disposta a ouvir sugestões de novas compensações ambientais** e se submeter à fiscalização de um comitê que acompanharia o plantio das 401 mudas previstas para substituir as 115 cortadas.

- Não queremos executar o corte sem um diálogo final, ouvir alguma reivindicação de novas medidas que venham a mitigar esse corte, desde que não comprometam os cofres públicos – afirma Baú. (SD8).

Por meio da assessoria de imprensa, a Agapan informou que defende a alteração do projeto original para poupar a remoção das árvores. **Sem isso, não haveria acordo**. Outro representante dos movimentos sociais, Yuri Flores Machado, afirma que há disposição para diálogo, mas **considera pouco provável que resulte em concordância** com a retirada da vegetação.

- A minha posição é de nenhuma árvore a menos, assim como a de todos os grupos de que participo. (SD9).

Até as fontes contrárias aos cortes aparecem conformadas com o projeto da Prefeitura. Questiona-se, portanto, se o discurso jornalístico ilustra, da mesma forma, a irredutibilidade que pode haver por parte da Prefeitura, que não deseja mudar o traçado da obra, considerando a permanência das árvores na região. Na SD8, remete-se à fala do engenheiro Rogério Baú, para quem “a prefeitura está disposta a ouvir sugestões de novas compensações ambientais”, mas não há indagação sobre a possibilidade de não haver cortes de árvores. E, no momento em que esta posição é considerada final, há alinhamento com uma FD ecotecnocrática, já que as obras de desenvolvimento são vistas como inevitáveis – o plantio de novas mudas é encarado como suficiente para a redução dos danos causados pela derrubada das tipuanas, e o dano causado pela duplicação de uma avenida sequer é questionado.

A SD10 demonstra que o discurso jornalístico sobre o caso se mantém semelhante ao da SD6, datada de abril, na reportagem *Prefeitura rompe negociações com manifestantes*, publicada em 24 de maio de 2013 (p.47). E, novamente, apela a metáfora relativa a um problema no caminho, que impede a continuidade de uma jornada – aqui, ele “freia” o planejamento da Prefeitura para seu percurso. O fator tempo, agora, recebe maior destaque.

**Um impasse freia a continuação dos trabalhos de duplicação da Avenida Edvaldo Pereira Paiva** (Beira-Rio), em Porto Alegre, depois que as negociações com grupos contrários à obra se esfarelaram.

**Enquanto o tempo pressiona a prefeitura para recomeçar as derrubadas de árvores para essa obra da Copa 2014** – barradas pela Justiça até o último dia 16 em toda a Edvaldo e agora proibidas somente na Praça Júlio Mesquita –, o movimento Ocupa Árvores não arreda as barracas dos arredores da Usina do Gasômetro e rejeita corte algum. (SD10).

As próximas três sequências discursivas (SDs) foram retiradas da reportagem *Duplicação de pé, árvores no chão*, texto assinado pelos jornalistas André Mags e Humberto Trezzi e publicado em Zero Hora no dia 30 de maio de 2013 (p.28), após a ação da Brigada Militar em acampamento de manifestantes contrários aos cortes de 115 árvores na Avenida Edvaldo Pereira Paiva para o alargamento da via.

A duplicação da Avenida Edvaldo Pereira Paiva, a Beira-Rio, será retomada amanhã. **Uma das principais obras para a Copa 2014** em Porto Alegre, terá continuidade após o **fim de um longo impasse** entre a prefeitura e manifestantes contrários à derrubada de 115 árvores – número reduzido pela prefeitura a 83 – situadas no trajeto definido para ampliação da via. Por 43 dias, ativistas acampados nas imediações do Gasômetro cogitaram se acorrentar aos troncos, para evitar os cortes. Em menos de 15 minutos, na madrugada de ontem, **foram detidos por policiais e retirados, após a Justiça decidir que teriam de sair dali**. (SD11).

**Cinquenta e sete árvores acabaram cortadas** em poucas horas. Juntaram-se a **20 que já haviam caído**, em outra oportunidade. Restam seis, na Praça Júlio Mesquita, resguardadas por decisão judicial. (SD12).

Chovia fino e o vento açoitava as margens do Guaíba quando, às 4h15min, a Brigada Militar começou a remoção dos manifestantes. **A ação conjunta dos PMs e da prefeitura, planejada durante duas semanas, foi cirúrgica**. Alguns manifestantes fugiram e os que permaneceram irreduzíveis (21 homens e seis mulheres) **foram algemados, conduzidos para um ônibus da BM e levados até um posto policial no Centro, onde acabaram autuados por desacato. Antes das 9h, estavam liberados**. (2013, p.28, grifo nosso). (SD13).

Em primeiro lugar, podemos destacar que o discurso do jornal se dá em relação com o discurso oficial – aqui, representado pela Brigada Militar e pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre – nas 3 SDs. Ainda que esse trecho apresente uma narrativa do acontecimento daquela madrugada e não identifique fontes, logo na primeira SD (11) a manifestação é descrita como um “impasse” que impedia as obras na Avenida Edvaldo Pereira Paiva. Qualificado como “longo”, remete a um já-sabido – referente ao fato de as manifestações contra o corte das árvores terem iniciado cerca de quatro meses antes.

As SDs 12 e 13 – assim como a anterior – não identificam os sujeitos empíricos que realizaram, respectivamente, as ações de corte das árvores e de repressão dos manifestantes. Na SD11, temos as “57 árvores que acabaram cortadas”, sem que saibamos quem executou a ação, e outras “20 que já haviam caído”, por motivos e circunstâncias não esclarecidas. Indu-

zimos que também foram cortadas por suposta ação da Prefeitura de Porto Alegre, mas o sujeito oculto acaba por neutralizar a responsabilidade desse ator no acontecimento evocado. Também ressaltamos que o cálculo do jornal não corresponde ao total previsto de cortes no projeto da Prefeitura: das 115 árvores a serem derrubadas, de acordo com o projeto, 14 haviam sido cortadas em fevereiro de 2013. Mesmo com as 57 cortadas na madrugada de 30 de maio, certamente mais de seis continuaram em pé.

Na SD13, é a atuação da BM que recebe o tratamento discursivo dado, na SD anterior, à Prefeitura. Enquanto atribuem-se diretamente ações aos manifestantes – “fugiram”, “permaneceram irredutíveis” –, o que sabemos sobre a ação da corporação é que foi “cirúrgica” – assim, podemos deduzir que seja uma metáfora para uma provável precisão. A ação da BM sobre os manifestantes é narrada indiretamente pela utilização do sujeito oculto: sabemos que aqueles que acampavam na região “foram algemados, conduzidos para um ônibus da BM e levados até um posto policial no Centro, onde acabaram autuados por desacato. Antes das 9h, estavam liberados”. Aqui, portanto, no sentido de alinhamento com a FD em que se localiza o discurso oficial, pode haver identificação do discurso jornalístico (relativo a um Aparelho Ideológico de Estado – AIE) com o discurso do Aparelho (Repressivo) de Estado. Segundo Althusser (1996), enquanto o primeiro exerce dominação através da ideologia, o segundo é relativo ao poder de Estado e, portanto, exerce autoridade pela violência, pela coerção. Ocorre, ainda, nova utilização do termo “remoção” pelo discurso jornalístico de Zero Hora. Desta vez, não faz referência às árvores derrubadas, mas, sim, à detenção dos manifestantes acampados.



Figura 5: Fac-símile das páginas 28 e 29 da edição de 30 de maio de 2013 de Zero Hora

Observando essas SDs à luz dos princípios do Jornalismo Ambiental, constatamos a inexistência de fontes variadas e com perspectivas diversas sobre o acontecimento, além do pouco detalhamento sobre o motivo do protesto e sobre o posicionamento dos manifestantes. A tendência de filiação ao discurso dominante, relativo ao poder estatal, compromete o questionamento permanente que deveria caracterizar o discurso jornalístico. Essa percepção também evidencia a opacidade do discurso, que jamais é neutro ou espelho do real, pois é sempre permeado pelo inconsciente e pela ideologia, como lembra Indursky (1998). O poder e a sua coerção, como práticas institucionais que orientam a sociedade, apoiam a vontade de verdade existente em um discurso (FOUCAULT, 1996).

Assim, identificamos aqui maior alinhamento às características de sustentabilidade definidas pela corrente ecotecnocrática, pois o texto não dá espaço a alternativas em relação à duplicação da via e à consequente derrubada das árvores do entorno para viabilizar essa obra. Em tal discurso, o desenvolvimento urbano, portanto, não se permite relacionar com a preservação ambiental de forma direta, embora os órgãos públicos devam adotar medidas de compensação ambiental, como ocorreu no caso em questão. Mesmo que as medidas sejam legais, não necessariamente se relacionam com uma corrente que prevê a cidade como um espaço de legitimação das políticas públicas, definida por Acelrad (2009a), já que o próprio discurso jornalístico ressaltou que a ação de entrada no acampamento foi planejada pela Prefeitura e pela PM semanas antes, sinalizando a inexistência de diálogo do poder público com o grupo ali situado. O enunciado dessas SDs também não pode ser relacionado a uma FD ecossocial, já que não há questionamento sobre as consequências da derrubada das árvores para a comunidade, para o ambiente urbano e para o ecossistema.

Esta reportagem do dia 30 de maio de 2013 também conta com um *box* intitulado *Na Tronco, corte será de 1,5 mil plantas*, assinado por Pedro Moreira (p.29). Na SD14, recorre-se novamente a eufemismos que sugerem o transtorno causado pelas árvores no caminho de desenvolvimento previsto pela Prefeitura – e que, em virtude da Copa do Mundo, não pode ser desviado ou recalculado. Essa percepção relaciona-se logo a uma FD ecotecnocrática, pois também indica uma obrigatoriedade em relação à desapropriação da área – a SD informa que as 1,5 mil famílias “terão de sair de suas residências para que a duplicação avance”. Não se considera, portanto, o desejo da população em permanecer ou não na região – e, no caso de concordar com a saída, quais seriam as medidas mitigatórias de sua preferência.

O próximo capítulo do debate em torno do corte de árvores para o **avanço das obras** da Copa em Porto Alegre deve começar nos próximos dias: **envolverá o verde no caminho da duplicação da Avenida Tronco**. [...]. (SD14).

São árvores de tamanhos variados em calçadas, canteiros e no pátio das casas das **1,5 mil famílias que terão de sair de suas residências** para que a duplicação avance. (SD15).

No entanto, esses discursos acabam por convergir, também, no reconhecimento de que o processo ocorrido nas proximidades do Gasômetro não estava afinado com o que se espera de uma cidade democrática, nos moldes propostos por Harvey (2013), que a entende como um espaço coletivo que, idealmente, fornece elementos para o exercício da plena liberdade individual aos seus cidadãos (vide SD15). Ao mesmo tempo, o verde na cidade passa a não ser exatamente uma experiência concreta para os seus habitantes – trata-se mais de uma ação de *marketing* para tornar a cidade uma vitrine para a atração de investimentos –, em sintonia com o entendimento sobre o desenvolvimento sustentável que predomina em uma racionalidade econômica (ACSELRAD, 2009a). Constitui-se, dessa forma, em um caso em dissonância com os ideais da justiça ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2012), privando os habitantes da periferia da qualidade de vida propiciada pelo contato com um meio ambiente sadio. Esse processo fica claro na SD16, retirada do mesmo texto.

Ainda que o contexto da obra seja bem diferente do ocorrido na ampliação da Edvaldo Pereira Paiva – **a área não é ponto turístico e os vegetais não estão à beira do Guaíba ou em área verde, por exemplo** –, a administração municipal parece, ao menos, ter aprendido uma lição com o arrastado episódio dos últimos dias. Com mais uma possível controvérsia ambiental no horizonte, **ao contrário do que se via quando as árvores do entorno da Usina do Gasômetro começaram a ser cortadas sem uma divulgação ampla à população, a promessa é de discussão com a comunidade local antes das remoções**. (SD16).

A partir de julho de 2013, já encerrado o debate sobre o corte de árvores nas proximidades da Avenida Beira-Rio, a obra de ampliação da Avenida Tronco passou a ter mais visibilidade. A reportagem *Obra da Copa entra na pauta – cuja cartola é Protestos na Capital* – foi publicada em quatro de julho de 2013 (p.35). Como mostrado na SD abaixo, embora se concentre na discordância sobre as formas de protesto para atentar sobre a situação das famílias a serem removidas pela Prefeitura, o discurso jornalístico dá voz aos moradores e às suas reivindicações – o que poderia torná-lo simpático a uma FD ecossocial, em que as experiências e saberes das comunidades são consideradas válidas na busca por soluções para a crise ambiental. Porém, embora a reportagem informe a posição dos moradores sobre o protesto, não busca dialogar com os realizadores do ato. Fica evidente, assim, a heterogeneidade desse discurso,

marcado pela entrada de uma posição-sujeito em que talvez o sujeito jornalista não esteja plenamente afeito às demandas dos ativistas.

Uma das obras previstas para a Copa do Mundo, a duplicação da Avenida Tronco entrou na pauta dos ativistas que comandam os protestos em Porto Alegre. [...] O protesto servirá para manter o tema dos investimentos na Copa, considerados abusivos pelos ativistas, no centro das mobilizações. O protesto, entretanto, não é unanimidade entre os moradores.

- Não conhecemos este pessoal, eles não têm ligação com a nossa região. As pautas que eles defendem têm coerência, o problema é a forma como eles praticam as reivindicações – afirma Michael Santos, coordenador-geral da Comissão de Habitação da Grande Cruzeiro e presidente da Associação de Moradores da Vila Tronco Posição.

A favor do protesto, há entidades, como o Comitê Popular da Copa. Para José Araújo, integrante do comitê, os direitos dos moradores estão sendo violados pela prefeitura.

- Começaram as obras da mobilidade urbana, mas não colocaram um tijolo sequer nos terrenos escolhidos para os módulos do Minha Casa, Minha Vida (para onde serão levadas algumas famílias removidas que hoje habitam no traçado da avenida a ser construída) – alerta. (SD17).

É importante ressaltar que, nesse ponto, junho de 2013 já havia acontecido. Ou seja, Porto Alegre já tinha vivido – e continuava experienciando, ainda que em escala cada vez mais reduzida – a rotina de protestos e de consequentes enfrentamentos da força policial, que visava a coibi-los. Da mesma forma, o jornalismo também já tinha se adaptado ao que até

então era uma novidade – a frequência dos atos de mobilização da população, que contavam com pautas cada vez mais amplas. Porém, logo os meios de comunicação passaram a recorrer a uma memória específica dos protestos para associar às reivindicações dos participantes: a da violência. Não à toa, a mesma página em que se localiza a SD17 apresenta, ainda, o box *Atos de vandalismo têm 32 responsabilizados*. De acordo com Pêcheux (1999), portanto, trata-se de um acontecimento que é absorvido e tornado natural para aquela FD. Não mais se questiona o fato de os protes-



Figura 6: Fac-símile da página 35 da edição de quatro de julho de 2013 de Zero Hora

tos envolverem violência – já é um dado –, nem se menciona a razão de a reação dessas pessoas presentes no protesto ser supostamente tão extrema. Ao mesmo tempo, o histórico de violência de policiais militares – através de táticas para cercar os grupos de manifestantes e do lançamento de bombas de gás lacrimogêneo para dispersá-los, por exemplo – não é abordado. Essa constante é exemplificada pela SD18, retirada do *box* associado à matéria sobre os protestos na Vila Tronco.

Um total de 32 pessoas que participaram de atos de vandalismo em Porto Alegre foi identificado e a punição foi solicitada pela Polícia Civil. Desses, 20 estão indiciados por crimes como roubo, lesão corporal, furto e depredação. Os outros 12 são suspeitos de cometerem delitos de menor potencial ofensivo, como desacato e desobediência, e vão responder a Termo Circunstanciado (TC), onde se comprometem a não repetir o delito. (SD18).

Talvez este possa ser o motivo pelo qual o sujeito jornalista informa a realização de um acontecimento agendado na Vila Tronco por um grupo de ativistas, mas não os procura como fontes. Considerados vândalos ou criminosos pelo Aparelho de Estado, eles, portanto, não teriam direito a voz no privilegiado espaço de um discurso jornalístico, instância que acaba por legitimar os sentidos outros provenientes dos dizeres das fontes e que contribuem para a sua constituição.

Até aqui, podemos entender que as SDs de 2013 demonstram que o discurso de 1975 está sendo relativizado: embora o poder público, nos dois casos, não se incomode em empreender a derrubada de árvores em vias públicas para a conclusão de obras viárias, percebemos que, às vésperas da Copa do Mundo, o discurso jornalístico filiou-se a uma perspectiva de sustentabilidade mais identificada com a ecotecnocracia e os dizeres dos manifestantes contrários aos cortes foi suprimido. É neste sentido que decidimos analisar, também, sequências discursivas relativas ao acontecimento de 1975 – a fim de perceber quais elementos dessa memória foram atualizados em 2013.

A próxima SD, portanto, é relativa à reportagem *O estudante sobe na árvore e protesta contra a derrubada*, publicada por ZH em 26 de fevereiro de 1975 (p.19) e se refere ao protesto do estudante Carlos Dayrell para impedir a derrubada de uma árvore na Avenida João Pessoa. É interessante ressaltar que a cobertura completa sobre o acontecimento do dia anterior recebeu cobertura de três páginas completas e foi chamada de capa com três fotos em destaque.

A longa introdução da reportagem apropria-se da vivência de Carlos Dayrell (SD19), cuja ação foi estímulo para a caracterização de um acontecimento jornalístico. Assim como a reportagem *Duplicação de pé, árvores no chão*, de 2013, Zero Hora faz uso de uma narrativa quase que literária, remetendo a experiências sensoriais e reflexivas, a fim de promover o envolvimento do leitor imaginado com o tema. Porém, bem ao contrário do caso mais recente, o discurso de 1975 está claramente alinhado à perspectiva ambientalista dos manifestantes e, mais do que isso, manifesta uma posição que é atribuída a Dayrell mesmo que, até então, o jornal não tenha dado voz de maneira explícita a esse sujeito empírico retratado – não estão presentes jargões característicos do discurso jornalístico, como “ele afirmou/declarou/manifestou que”, no caso de uma menção indireta, ou a citação direta, com reprodução das palavras exatas proferidas por Dayrell enquanto fonte de uma reportagem jornalística.



Figura 7: Fac-símile da capa de Zero Hora publicada em 26 de fevereiro de 1975

Carlos Alberto Dayrell, 20 anos, estudante de Engenharia Eletrotécnica, passava pela Avenida João Pessoa às 11h da manhã de ontem, quando viu a demolição de um prédio antigo e, simultaneamente, a derrubada das árvores localizadas junto ao viaduto Imperatriz Leopoldina, no pátio da Faculdade de Direito. Muitas pessoas paravam, olhando, passivamente, a destruição mas **o estudante achou que alguma coisa deveria ser feita para evitar a atitude predatória, e para que as autoridades ficassem sabendo que grande parte da população não aprova a derrubada constante de árvores na cidade, permitindo a construção de um progresso questionável.** A melhor maneira encontrada por Carlos Alberto para protestar contra a de-



Figura 8: Fac-símile das páginas 20 e 21 da edição de 26 de fevereiro de 1975 do jornal Zero Hora

predação ecológica, foi subir na última árvore ameaçada pelas máquinas de ontem, uma *acácia tipa* plantada em 1895. Os primeiros galhos da velha árvore já haviam sido cortados quando ele subiu aproveitando a safda para o almoço dos operários da Divisão de Conservação de Praças e Arborização da SMOV (Secretaria Municipal de Obras e Viação). (SD19).

Notamos a posição-sujeito de Zero Hora a partir de certas marcas discursivas, como a tipificação e adjetivação das ações do poder público como “depredação ecológica”, vinculada a um “progresso questionável”. Instantaneamente, remetemos a uma corrente de sustentabilidade ecossocial, uma vez que há questionamento sobre o modelo de desenvolvimento abraçado pela gestão pública e sobre a necessidade de abdicar da qualidade de vida propiciada pela existência da natureza no espaço urbano em prol de tal desenvolvimento.

Na página seguinte, a reportagem *Parem, salvem as árvores* (p.20), que aborda a sucessão dos acontecimentos também está vinculada a uma perspectiva ecossocial, já que considera o papel da coletividade na preservação do meio ambiente – ressaltando que o incentivo e a reação dos populares que presenciavam o protesto do estudante foram fundamentais para a repercussão da ação – e tipifica o próprio ato de subir em árvores como uma medida para proteção da natureza. Assim, está presente neste discurso uma visão sistêmica, que considera a árvore como ser vivo com contribuição para as relações de auto-eco-organização do ecossis-

tema, como propõe o pensamento complexo de Morin (2008). Ao mesmo tempo, o discurso jornalístico desconsidera a fonte oficial como a mais válida, pois critica a ação dos funcionários da Secretaria Municipal de Obras e Viação – como é possível notar na SD20:

O estudante teimava em permanecer em cima da árvore, agarrado aos seus galhos, **ansioso por preservá-la das serras elétricas manejadas pelos empregados da SMOV**. Era a sexta árvore a ser eliminada e Carlos estava disposto a impedir que isto acontecesse de qualquer maneira. A multidão finalmente entendeu e muitos olhos começaram a se multiplicar na calçada, como se quisessem conservá-lo lá no alto, representando-os.

Inesperadamente, mais dois jovens Tereza e Marcus, resolveram imitar a atitude de Carlos e subiram na árvore dispostos também a defendê-la. **À sua volta o pessoal apoiava mostrando sua identificação à tentativa desesperada de preservação da natureza.** (SD20).

Na mesma edição, a violenta ação policial para conter as manifestações recebeu destaque no *box Jornalistas e estudantes são espancados e presos por PMs* (p.19). Nesse instante, é possível acionarmos a memória discursiva que paira sobre a reportagem de 2013. A repressão está presente em ambos os casos. Em 1975, porém, houve espaço para que os civis detalhassem as agressões sofridas, conforme ilustrado na SD21. Importante ressaltar que, na ocasião, os PMs repreenderam dois trabalhadores da Rede Brasil Sul de Comunicação, à qual pertence o jornal Zero Hora – Ícaro Cerqueira, repórter da Rádio Gaúcha, e Miguel Paz, repórter da Rádio Farroupilha –, além dos estudantes da UFRGS Marcos Saraçol e Tereza Jardim.

No xadrez da PRM 155, Miguel Paz dizia às pessoas que se aproximavam que havia sido espancado e seu gravador quebrado pelos policiais militares. Queria saber também onde se encontrava, pois a camioneta tinha dado algumas voltas e o repórter não sabia sua localização. Na outra camioneta, Tereza perguntava onde estavam seu filho, de cinco anos, e seu irmão de oito.

**- A última vez que os vi foi quando começaram a nos bater. Um brigadiano agarrou-me pelo braço e o torceu quando perguntei onde as crianças estavam. Depois me puseram dentro dessa camioneta.**

Bastante nervosa, Tereza pedia que avisassem o seu marido e localizassem o filho e o irmão. Ícaro dizia, sob olhares dos brigadianos, que seu gravador havia sido quebrado durante a confusão e que também havia sido espancado quando tentava ajudar Tereza a se livrar dos PMs que a ameaçavam.

**- Eu fui um dos primeiros a chegar e fiquei observando tudo. Logo após chegaram outros colegas e ficamos trabalhando. Depois de algumas horas, os estudantes decidiram descer da árvore, pois haviam conseguido o que queriam – a promessa do Secretário de Obras e Viação, Plínio Almeida, de que ela não seria cortada – mas quando desceram os policiais-militares os cercaram e jogaram nas camionetas.** (SD21).

Afora o envolvimento ou não dos interesses da empresa, é no mínimo significativo o jornal ter repercutido as denúncias dos detidos e ter voz às suas reivindicações, uma vez que o

Estado brasileiro estava sob o domínio da ditadura militar, reconhecidamente repressiva e persecutória, valendo-se de estratégias como a censura à imprensa. Neste sentido, também é notável o jornal ter questionado a Brigada Militar sobre a validade da ação e transcrito as impressões da polícia no *box Os soldados foram detidos* (p.19). Como podemos ver na SD22, abaixo, o movimento ambientalista não era considerado politicamente subversivo pelos aparelhos de Estado. No entanto, não há como saber se a despreocupação policial com o caráter político daquele acontecimento de fato contribuiu para condições de produção que permitiram a constituição de um discurso jornalístico plural, possivelmente não submetido a censura – porque contemplou os argumentos dos atores envolvidos no acontecimento e o contraponto dos representantes de instituições apontadas como causadoras ou facilitadoras da derrubada das árvores na região, como a Brigada Militar e a Prefeitura Municipal.

Tanto o coronel Danesi quanto o capitão Joaquim Luiz Monckes (este estava no local), justificaram a presença do DOPS como destinada a prestar esclarecimentos sobre o episódio: ‘Os elementos da Brigada Militar foram ouvidos como testemunhas de uma ocorrência’. **O capitão Monckes foi mais longe e assinalando que considerou o episódio como uma manifestação pública ligada ao meio ambiente e não de cunho político ideológico**, tendo feito essa declaração no DOPS. Quanto à presença de todos no DOPS – elementos da Brigada e jornalistas – atribuiu ao fato do incidente ter ocorrido em via pública, cabendo àquele setor a responsabilidade pela ordem pública. (SD22).

No dia seguinte, 27 de fevereiro, o episódio também rendeu capa e a reportagem *E a árvore do protesto continua de pé* (p.3-4), que traz o perfil dos três estudantes da UFRGS que participaram do protesto – Carlos, Marcos e Tereza. Por meio de fontes politicamente relevantes, o jornal atesta a validade do ato, como no *box Uma defesa: estudante com a lei* (p.3) – e, de certa forma, sustenta a prerrogativa de algumas autoridades de que o movimento ambientalista não está envolvido com as lutas políticas.

‘Se eu tivesse 20 anos também estaria em cima daquela árvore’, declarou, ontem, em Brasília, o Secretário do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, referindo-se ao protesto dos três universitários que impediram a derrubada de uma árvore centenária em frente à Faculdade de Direito de Porto Alegre. [...].

**Após afirmar que a luta pela conservação da natureza é uma das boas causas em que se engaja a juventude do mundo inteiro, disse que, embora a atitude dos estudantes tenha sido pouco usual, ela teve o método de chamar atenção da opinião pública para o corte, muitas vezes desnecessário, de árvores.**

A legislação florestal – citou ele – permite expressamente que árvores de excepcional valor sejam declaradas imunes de corte. Portanto, a manifestação dos estudantes gaúchos era a favor da própria lei. (SD23).

Na mesma edição, ZH ressalta, no *box Uma luta que, aqui, existe há 50 anos* (p.3), que os movimentos em defesa das árvores não eram novidade em Porto Alegre. Portanto, esse acontecimento que é acionado como memória discursiva também remete a uma formulação anterior, como lembra Brandão (2006) e exemplifica o fato de uma formação discursiva jamais ser original. Aqui, o protesto dos estudantes em 1975 pode ser relacionado com a história do morador que busca proteger uma árvore centenária de iminente derrubada a cada nova administração municipal.

A luta pela preservação das árvores ainda que pareça ser uma característica dos nossos dias, há muito tempo vem se registrando na história de Porto Alegre. Há 50 anos, um homem vem lutando sozinho pela preservação de uma árvore. Luiz Siegmann, que hoje tem 75 anos, sem nenhuma promessa favorável definitiva tenta evitar a derrubada da paineira da rua Siqueira Campos, localizada em frente às lojas Bromberg e da Springer. (SD24).

O discurso dos sujeitos atores apresentados na reportagem também remete a uma formação discursiva ambientalista já vigente, como nesta transcrição do diálogo entre os estudantes Carlos Dayrell e Tereza Jardim enquanto permaneciam sobre a árvore a ser protegida. O discurso jornalístico alinhou-se aos dizeres dos jovens de que o desenvolvimento deve ser questionado e os padrões vigentes devem dar lugar a novas soluções, menos degradantes e agressivas ao meio ambiente – discurso claramente identificado com uma FD ecossocial, portanto.

Lá em cima conversou com Carlos Alberto, integrante de uma sociedade de preservação da natureza:  
- **O Rio Guaíba está estragado. Esse plano não serve mais. Será que ninguém vê que as coisas mudam?** (SD25).

A reportagem *Código de posturas prevê multa para quem derrubar árvores* (p.6), na mesma edição, procura os políticos e gestores da Cidade para avaliar os posicionamentos sobre o acontecimento. Ressalta-se que o Prefeito Telmo Thompson Flores, que foi procurado para pronunciamento e não quis se manifestar sobre o caso das derrubadas, teve as críticas sobre sua gestão rebatidas na Câmara de Vereadores de Porto Alegre pelo parlamentar João Dib. Zero Hora, no entanto, deu destaque, em *box* escrito em letras garrafais, à resolução sobre a derrubada de árvores.

‘Derrubar, podar, remover ou danificar árvores e quaisquer outras espécies de vegetais nos logradouros públicos. Pena: multa de um a três salários mínimos’. Isto é o que o Código de Posturas prevê. (SD26).

A reportagem também qualifica a atitude da Prefeitura frente ao Código de Posturas – mesmo que a legislação ainda não tenha entrado em vigor:

O novo Código de Posturas, que passará a vigorar a partir de 1º de março, é explícito quando se refere ao corte de árvores. [...]. Esta determinação do Código vem sendo sistematicamente desobedecida pela própria Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com o corte de árvores no Parque Farroupilha. Com isso, agora já não se sabe se a derrubada continuará ou não, uma vez que o próprio Prefeito chegou a anunciar uma mudança na aparência do viaduto para preservar as árvores (SD27).

Entendemos que as condições de produção que permearam a constituição dos discursos jornalísticos de 1975 e de 2013 são bem distintas. No primeiro caso, o movimento ambientalista não era considerado uma afronta, uma subversão à ordem política instaurada; e suas reivindicações eram consideradas universais. O discurso jornalístico filiou-se a uma mesma FD com a qual as demandas dos ativistas se identificavam, mas colocou-se, mais especificamente, em uma posição-sujeito que considerava as árvores invioláveis por sua presença garantir a qualidade de vida urbana. Em alguns momentos, no entanto, foi além e identificou a ação como uma luta simbólica contra a tendência desenvolvimentista que se fortalecia à época. Lembramos que, segundo Porto-Gonçalves (2012), foi durante o período de ditadura militar que o processo de desruralização se intensificou no Brasil. Tornando-se essencialmente urbano, o País passa a entrar no jogo do capital internacional; preconizando a iminente globalização, passa a se valer de uma lógica tecnicista, de produtividade – as nações “subdesenvolvidas” almejam a modernização para alcançar o padrão de vida das sociedades industrializadas. O território é produto das relações de poder, embora nem sempre estejam explícitas. A divisão do espaço urbano passa a representar de modo eficaz as desigualdades sociais e econômicas entre a população.

É possível observarmos, portanto, o diálogo desse discurso jornalístico de 1975 com uma posição-sujeito ambientalista que circulava no interdiscurso. À época, outros casos de desrespeito ao meio ambiente eram amplamente noticiados, como a poluição causada pela produção na fábrica de celulose Borregaard e os casos de óbito após o contato de produtores rurais com os agrotóxicos. Essa posição-sujeito foi retomada através de uma memória discursiva associada ao histórico do Rio Grande do Sul como precursor de diversas mobilizações ecológicas, fortalecidas, sobretudo, com a criação da Agapan, em 1971.

Em 2013, o discurso jornalístico entendia que não era mais possível “frear” o crescimento econômico – para utilizar expressões correntes nas SDs retiradas de Zero Hora, que

insinuavam que o desenvolvimento deveria ser um caminho linear, e as paradas ou desacelerações não faziam parte do planejamento do percurso que levaria a uma cidade moderna e preparada para receber turistas e empresários de todo o mundo.

No entanto, o pessimismo impactou o discurso do jornal após o anúncio de que apenas duas obras ficariam prontas a tempo da realização da Copa do Mundo e seriam retiradas da Matriz de Responsabilidades, como visto na reportagem *Mobilidade reduzida*, publicada em 4 de outubro de 2013 (p.4-5) e assinada por Pedro Moreira.

Mantra de autoridades ao justificar os gastos com o evento no país, **o legado da Copa está longe de sair do discurso**. Dos quatro projetos concluídos até agora, só um é de grande porte: a construção do Boulevard Arrudas, em Belo Horizonte, uma larga avenida de 3,5 quilômetros com ciclovia e viadutos. (SD28).

Apesar de não mais exaltar a realização da Copa pela perspectiva de desenvolvimento que traria a Porto Alegre, não se abre mão da FD ecotecnocrática. Justamente devido a essa filiação, o discurso jornalístico critica o poder público pela falta de comprometimento com o término das obras viárias nas cidades-sede. Reação bem diferente do otimismo manifestado com o anúncio, dois anos antes, de que a construção do metrô de Porto Alegre estava na agenda do Executivo federal, expresso na SD29. Embora se trate de um sistema eficaz para a mobilidade urbana – pois incentivaria um maior número de habitantes a fazer uso do transporte público, o que contribuiria para a redução do fluxo cada vez mais intenso de automóveis particulares pela cidade –, o discurso do jornal não se focou em suas vantagens; apenas ressaltou que o fato de Porto Alegre sediar a Copa do Mundo impactou a decisão de governos federal, estadual e municipal investirem-no projeto. Aqui, ainda era compreensível falar em “legado” da Copa. A reportagem *O dia do SIM* para o metrô foi publicada em 14 de outubro de 2011 (p.4-5)<sup>80</sup>.

Dilma anunciará oficialmente que o metrô vai sair. Que agora é para valer. Que o Rio Grande do Sul entrará em um novo patamar. **Que Porto Alegre, uma cidade que tanto cresceu para cima e para os lados nos últimos séculos, agora vai se desenvolver também para baixo**. (SD29).

[...] Os projetos estavam lá, havia anos, à espera de que isso acontecesse, quase uma peça de museu. **Mas em 2009, com a Copa de 2014 no horizonte, a mobilização ganhou solidez e apelo popular**. (SD30).

---

<sup>80</sup> Em dezembro de 2014, governos federal, estadual e municipal garantiram que há dinheiro para a construção do metrô, mas a licitação para sua realização ainda não foi lançada. Depende, ainda, de planejamento sobre o trajeto. Não há previsão de início ou conclusão das obras. MELO, Itamar. Trajeto do metrô de Porto Alegre até a Fiergs volta a ser discutido. Zero Hora, 14 dezembro 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2014/12/trajeto-do-metro-de-porto-alegre-ate-a-fiergs-volta-a-ser-discutido-4667150.html>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

Identificamos, então, que a realização de um megaevento na cidade desperta o sujeito jornalista para a necessária modernização das estruturas urbanas e evidencia sua filiação a uma FD ecotecnocrática, já que não há questionamento sobre se todos os empreendimentos trarão facilidade à maioria da população após finalizados e sobre o impacto social e ambiental de sua realização. Ao longo dos anos, ocorreu, portanto, uma desidentificação em relação às posições-sujeito vinculadas à FD ecossocial, ainda vigentes à ocasião do protesto de Carlos Dayrell pela permanência da árvore da Avenida João Pessoa.

Devido às posições contraditórias entre os dois momentos históricos, achamos relevante estender a análise para além das reportagens e recorrermos também aos artigos de opinião publicados pelos jornais nas duas épocas – 1975 e 2013. Entendemos que os editoriais e textos opinativos também se constituem como discursos jornalísticos, já que também se beneficiam da legitimidade e da credibilidade que o público leitor atribui à instituição jornalística. Além disso, ajudam-nos a compreender os posicionamentos assumidos durante a cobertura: portanto, passamos a compreender o domínio de saber que circunda o jornalismo praticado por aquela instituição.

Juntamente com a reportagem sobre o protesto contra a derrubada de árvore publicada em 26 de fevereiro de 1975, há o *box A vida precisa dos jacarandás*<sup>81</sup> (p.21). Trata-se de um discurso de apoio às reivindicações dos três estudantes envolvidos no caso, e que demonstra, definitivamente, o alinhamento de Zero Hora a uma FD referente à perspectiva ecossocial de sustentabilidade, pois não crê que o desenvolvimento será capaz de solucionar os imbróglis enfrentados pela humanidade: pelo contrário, crê na necessidade de “humanizar a cidade de Porto Alegre”, e que a ação dos três estudantes foi simbólica, pois demonstrou o anacronismo do “inexorável avanço do concreto e do asfalto”, como podemos atestar através da SD31:

A imagem de três jovens estudantes sobre um velho jacarandá, na tentativa desesperada de impedir sua derrubada em nome de um **duvidoso plano de desenvolvimento urbano, que poderá ficar como o símbolo da necessidade de humanizar a cidade de Porto Alegre**. O protesto dos jovens, logo apoiado pela unanimidade das centenas de pessoas que o acompanharam durante as seis horas de sua duração, representa, antes de mais nada, o desejo da população em preservar, na capital gaúcha, a geografia do homem, hoje cada vez mais diminuída **pelo inexorável avanço do concreto e do asfalto**, domínios quase incontestáveis da máquina, fonte geradora de males que vão desde a poluição sonora e ambiental até neuroses de toda a sorte. (SD31)

**O desenvolvimento não deve ser feito ao preço da deterioração da qualidade de vida, cuja preservação está diretamente ligada à necessidade de proteger o pouco de natureza que ainda resiste no interior das grandes cidades.** Neste sentido,

---

<sup>81</sup> Ressaltamos, porém, que a árvore do protesto era uma tipuana, e não jacarandá.

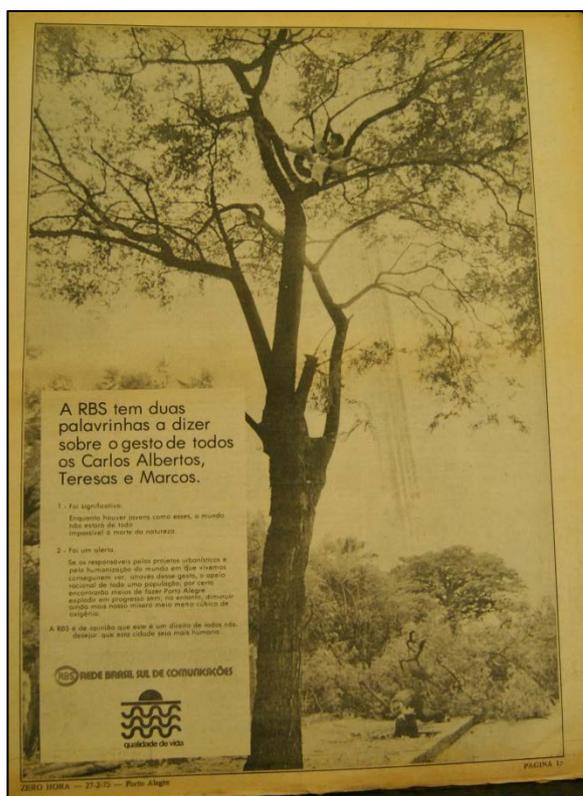
muitos dos planos de obras urbanas deveriam ser revistos, mesmo porque hoje a proliferação dos automóveis aos quais, em última análise, se destinam numas grandes obras viárias, é passível de condenação, diante da própria crise dos combustíveis, da qual **emerge o transporte de massas como a solução mais viável para evitar o caos dos grandes aglomerados.** (SD32)

Espera-se que o ato simbólico – infelizmente mal interpretado por alguns policiais, que não hesitaram em usar desnecessária violência – tenha como efeito **abrir os olhos dos administradores municipais para o fato de que planos não são diretrizes incontestáveis**, e que podem ser alterados para se adaptarem aos novos conceitos e aos desejos da opinião pública, da população, aos quais se dirigem, e que os financia com o dinheiro dos impostos e taxas que paga. A ação administrativa só faz sentido se exercida de acordo com as aspirações da comunidade, e esta parece, definitivamente, ter condenado um estilo que não tem respeitado suficientemente os valores humanos, e as coisas belas, como os velhos jacarandás, que tornam mais digna de ser vivida e menos áspera a vida em Porto Alegre. (SD33).

Aqui, o discurso jornalístico está aliado ao discurso ambientalista. Portanto, não aposta nas soluções tecnológicas para a resolução dos caos diários gerados pelo crescimento produtivo da sociedade brasileira: para reverter esse quadro, a saída seria uma profunda mudança de paradigma, baseada nas demandas da população. Como visto na SD32, para esta FD, é urgente o “transporte de massas emergir como a solução mais viável para evitar o caos dos grandes

aglomerados”. Ou seja, trata-se de uma visão completamente dissociada do projeto de modernização assumido pelo poder público, que deseja priorizar o transporte particular através da ampliação de vias na Cidade.

O discurso jornalístico enfrenta a administração pública ao afirmar que os “planos não são diretrizes incontestáveis, e que podem ser alterados para se adaptarem aos novos conceitos e aos desejos da opinião pública, da população”, conforme ilustrado pela SD33. É importante notar que o discurso jornalístico aqui exposto não necessariamente condena o desenvolvimento – não correspondendo, portanto, a outras posições-sujeito mais radicais que integram a FD ecossocial. Contudo, há questionamento sobre as decisões da Prefeitura, pouco relacionadas à qualidade de vida dos cidadãos.



**Figura 9:** Fac-símile da página 18 da edição de 27 de fevereiro de 1975 de Zero Hora. No texto da publicidade institucional de RBS, há um agradecimento aos estudantes que subiram nas árvores da Avenida João Pessoa para impedir sua derrubada.

Dessa forma, está em diálogo com princípios do Jornalismo Ambiental, conforme estabelecido por Bueno (2007) – que relaciona a prática jornalística à vigilância e ao questionamento em prol dos cidadãos afetados pela questão ambiental – e Girardi *et al.* (2012) – que ressaltam a importância da pluralidade de vozes: expõe o autoritarismo e a violência dos Aparelhos de Estado – que coíbem manifestações públicas e ignoram as sugestões da população para uma cidade em que natureza e atividades humanas estejam mais equilibradas – e defende que o bem-estar dos habitantes deva estar acima de quaisquer interesses políticos e econômicos. Assim, embora o caso tenha acontecido durante o período ditatorial, o discurso jornalístico está associado a um ideal democrático que é inerente ao serviço público prestado pelo jornalismo, defendendo uma cidade para as pessoas, e não para os especuladores.

O editorial de Zero Hora publicado em 15 de maio de 2013 (p.14) está em uma posição antagônica àquela assumida há quase quatro décadas, embora ela preconizasse a obsoletas cidades baseadas em “concreto e asfalto”. O poder público segue partidário de soluções tecnocráticas e, em nome da realização de uma Copa do Mundo sem transtornos viários, o discurso jornalístico ensaia uma aliança com essa posição. Ignora-se, portanto, as demandas dos cidadãos – que são aqueles que, definitivamente, desfrutarão do planejamento resultante das decisões políticas – e o fato de, em outras cidades do mundo, megaeventos – como Barcelona, sede dos Jogos Olímpicos de 1992 – tenham sido pretexto para a execução de novos planos de mobilidade urbana.

Esgotado o prazo, diante da proximidade da Copa do Mundo, o futuro das obras de duplicação da Avenida Edvaldo Pereira Paiva, em Porto Alegre, tem uma definição prevista para amanhã, quando o Tribunal de Justiça do Estado deve ser pronunciar sobre a liminar que impede o corte de árvores necessário para reinício dos trabalhos. Este é um momento importante para definir até que ponto a sociedade, por meio de seus representantes, tem condições de **preservar o diálogo e buscar saídas negociadas em questões complexas** como essa, fazendo prevalecer sempre o bom senso. Independentemente da decisão judicial sobre a Beira-Rio, os defensores de diferentes pontos de vista precisarão acatar, essa é uma questão para a qual já deveria ter sido tentada uma saída negociada há mais tempo. (SD34).

Obviamente, não podem ser simplesmente desconsideradas as alegações de ambientalistas que se opõem ao corte das árvores. O que está em discussão, porém, vai além dos interesses de grupos organizados, pois diz respeito a todos os que, no dia a dia ou em situações com previsão de maior movimento, como as de jogos da Copa, precisam se locomover pela Capital. Em oportunidades anteriores, quando o impasse parecia intransponível, os porto-alegrenses souberam demonstrar que é possível chegar a um meio-termo. **No caso específico, as alternativas preveem o replantio de um número de árvores incomparavelmente maior do que o total das que serão retiradas para permitir a continuidade das obras. Ignorar esse aspecto, chamando a atenção apenas para o corte, é distorcer a verdade dos fatos.** (SD35).

O melhor, no caso, teria sido aproveitar a oportunidade para assegurar conquistas ainda mais relevantes para a população. Como não houve essa preocupação, **resta**

**agora torcer para que a solução, sem prejuízo das medidas compensatórias, garanta a imediata conclusão de melhorias viárias inadiáveis. (SD36).**

Na SD34, Zero Hora defende, em seu discurso, o diálogo entre as partes envolvidas e a consequente a busca de “saídas negociadas”. Vimos, no entanto, através das SDs de reportagens, que a própria Prefeitura reconheceu, posteriormente, que seria importante ter havido mais debate público sobre o caso em questão. Está alinhado com o interesse público um jornalismo que defenda diálogos construtivos e soluções pacíficas para conflitos enfrentados nas cidades. Aqui, no entanto, há conformismo com a solução sugerida pela Prefeitura e, ainda que o discurso jornalístico busque destacar a validade das “alegações de ambientalistas”, esses argumentos sequer são destacados no texto, como visto na SD35. Pula-se para as alternativas previstas pelo poder público, que “preveem o replantio de um número de árvores incomparavelmente maior do que o total das que serão retiradas para permitir a continuidade das obras”. Ao não questionar a decisão, o jornal termina por ignorar reivindicações específicas dos ambientalistas, dos moradores e dos manifestantes, comunidade interessada no futuro da Cidade de Porto Alegre. Há, portanto, o retrato de um espaço urbano dissonante em relação à cidade democrática prevista por Harvey (2013), na qual as demandas da comunidade são levadas em conta antes da execução de projetos.

Já a SD36 expressa que, por mais que o discurso do jornal defenda o diálogo entre as partes envolvidas, considera-se como válida apenas uma resolução: a continuidade das obras sem que haja “prejuízo das medidas compensatórias”. Diante dessa irreduzibilidade, o discurso deste editorial está predominantemente vinculado a uma FD ecotecnocrática, pois não prevê uma alternativa à realização das obras viárias, que são vistas como obrigatórias para que a Cidade possa sediar um megaevento como a Copa do Mundo. Também não há, portanto, consonância com os valores do Jornalismo Ambiental, que incentiva o questionamento sobre a contribuição dos atuais parâmetros de desenvolvimento na diminuição da qualidade de vida das comunidades humanas, cada vez mais desconectadas da natureza e, conseqüentemente, de sua essência como parte viva de um ecossistema.

Por fim, é importante notar que a duplicação da Avenida Edvaldo Pereira Paiva foi concluída em maio de 2014, mas, durante a Copa do Mundo, o caminho mais utilizado entre o Centro da Cidade de Porto Alegre e o Estádio Beira-Rio foi aquele formado ao longo da Avenida Borges de Medeiros. Nos dias de jogo, a via era interrompida para fluxo de veículos e, a partir de certo ponto, somente espectadores com ingresso da partida em mãos poderiam seguir

em direção ao Estádio. A rota ficou conhecida como Caminho do Gol, pois era o único acesso ao Beira-Rio durante os jogos.

Assim, a experiência material mostrou que, por fim, a obra não foi tão essencial para o acesso ao Estádio Beira-Rio como havia sido previsto pela Prefeitura e confirmado através do discurso jornalístico de Zero Hora. Verificamos que o posicionamento do jornal sobre a sustentabilidade se modificou expressivamente nesse período de 38 anos entre dois acontecimentos relacionados em suas motivações e que, portanto, remetem um ao outro.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, propusemos que o olhar do Jornalismo Ambiental fosse exercitado não somente em produções jornalísticas relacionadas à natureza considerada intocável – como as áreas de preservação, florestas, campos e outros biomas – ou com menções diretas a elementos de degradação ambiental – como a poluição do ar e das águas, o desmatamento e a incapacidade do planeta em absorver os rejeitos da atividade humana. Partindo de Bacchetta (2000), Bueno (2007), Girardi *et al.* (2012), Belmonte (2004) e outros autores que trabalham com a temática, estabelecemos o Jornalismo Ambiental como uma prática que engloba paradigmas emergentes como o complexo (MORIN, 2008) e o sistêmico (CAPRA, 1997), que consideram as relações de interdependência em que todas as formas de vida estão implicadas e destacam a importância da solidariedade e do envolvimento das comunidades para a construção de uma sociedade sustentável.

Conforme esse viés, acreditamos que o jornalismo também deva problematizar a realização das obras viárias nas cidades: uma vez que a população se mostra descontente em relação ao custo social e ambiental de transformação do espaço urbano, quem realmente vai se beneficiar desses empreendimentos? Esses empreendimentos contribuirão, de fato, para a mobilidade urbana? Vimos ser necessário, sobretudo, questionar o impacto das ações de desenvolvimento urbano antes que sejam iniciadas pela administração pública e pela iniciativa privada, de forma que haja um grande debate público sobre as prioridades da cidade, no qual os cidadãos tenham espaço para livre manifestação. Espera-se que, dessa maneira, contribuam para o fortalecimento das práticas democráticas e, como consequência, para um espaço urbano onde predominem solidariedade e igualdade – especialmente através da justiça ambiental prevista por autores como Porto-Gonçalves (2012) e Acselrad (2009b).

O jornalismo, como discurso legitimado pelos sujeitos leitores devido a sua vinculação a uma instituição historicamente comprometida com o interesse público – conforme as definições de Mariani (1996) –, é uma das instâncias mais capacitadas para promover essa discussão. Através de suas regularidades socialmente reconhecidas e compartilhadas pela comunidade interpretativa (TRAQUINA, 2013), como as técnicas de apuração e o uso de uma linguagem informativa que busca aproximação à objetividade, o discurso jornalístico característico destaca os fatos recentes que impactaram o cotidiano em esfera local ou global – os acontecimentos – e traz diferentes posicionamentos acerca de um mesmo tema.

Sabemos, porém, que os sentidos produzidos pelo discurso jornalístico se modificam de acordo com as condições de produção – que, segundo Pêcheux (1996), estão relacionadas aos lugares sociais. Em nossa análise, percebemos uma grande disparidade entre o posicionamento do jornal gaúcho Zero Hora em dois períodos históricos. Em ambos os casos, o discurso remetia a uma premissa semelhante: cidadãos de Porto Alegre subiram em árvores para impedir a derrubada dessas espécies para a realização de obras viárias. E, através da Análise do Discurso, atestamos que, no caso de 1975, havia grande identificação do sujeito do discurso com uma formação discursiva ecossocial, de acordo com as correntes de sustentabilidade definidas por Caporal e Costabeber (2000). Isso ocorreu porque o sujeito convergiu com o discurso ambientalista de preservação do meio ambiente como elemento fundamental para a qualidade de vida das comunidades humanas e superior às políticas de modernização do território. Já em 2013, os parâmetros de desenvolvimento econômico foram bem menos questionados e, portanto, o discurso situou-se junto a uma FD ecotecnocrática.

Nos anos 1970, o Rio Grande do Sul assumia a vanguarda da luta ambientalista através da criação de instituições como a AGAPAN e do engajamento dos ecologistas em pautas como a poluição no Guaíba causada pela atividade da indústria de celulose e a contaminação do ecossistema e de seres humanos provocada pelo contato com os agrotóxicos – eles obtiveram sucesso em várias de suas reivindicações e conseguiram abrir espaços de diálogo com a população. Portanto, mesmo com a vigência de uma ditadura militar e da consequente supressão de direitos civis dos cidadãos, as ações do movimento ambientalista foram acatadas e defendidas pela opinião pública. Não houve espanto quando um grupo de jovens denunciou que o corte de árvores para a construção de um viaduto representasse um projeto de cidade obsoleto, que privilegiava o transporte particular e suprimia os espaços de convivência das comunidades. Aqui, o discurso jornalístico não se pretendeu imparcial, pois exaltou a atitude dos estudantes da UFRGS, ressaltando o caráter heroico de sua resistência.

Em 2013, o contexto era de preparação para a realização da Copa do Mundo, megaevento esportivo que ocorreria no ano seguinte. Os protestos contra a derrubada das árvores suscitaram a memória do acontecimento de 1975, mas houve silenciamento em relação aos seus objetivos. Às vésperas do torneio, o discurso jornalístico alinhou-se ao discurso oficial, que considerava inquestionável a agilidade na preparação para a Copa do Mundo, priorizando a realização das obras ante ao debate com a população – afirmava-se não haver tempo hábil de discutir o assunto e que se tratava de uma ação relevante para todos os porto-alegrenses, pois as obras realizadas em prol do evento seriam legados para a Cidade. Dentro da FD eco-

tecnocrática, o discurso jornalístico alinhou-se a um efeito ideológico de evidência – relacionado aos esquecimentos do discurso enumerados por Pêcheux e Fuchs (1993). Segundo este efeito notável no discurso de 2013, o fato de o plano de cortes prever o plantio de novas mudas de árvores em outros locais constituía-se em motivo suficiente para que a legitimidade das obras não fosse questionada. Assim, vimos que o acontecimento jornalístico Copa do Mundo não envolveu somente o instante de realização do evento: ele também se constituiu durante os preparativos de uma cidade-sede para recebê-lo.

Em sua ampla defesa pela manutenção do cronograma de obras viárias de Porto Alegre, atestamos, através da Análise do Discurso, que o discurso jornalístico de Zero Hora em 2013 distanciou-se da cobertura plural e educativa defendida pelo Jornalismo Ambiental. Seus enunciados foram expressivamente associados a uma FD ecotecnocrática, já que esta formação acolheu elementos do interdiscurso igualmente relacionados com o modelo desenvolvimentista e capitalista de produção e reprodução social. No entanto, sabemos que a heterogeneidade é constitutiva das FDs, e não pudemos atestar que o discurso jornalístico estava completamente alinhado ao sujeito universal do discurso: havia algumas fronteiras que permitiam a fuga e o diálogo com outras formas-sujeito, evidentes quando, por exemplo, o sujeito jornalista permitiu-se recorrer à memória discursiva do acontecimento de 1975, que constituía um implícito para a cobertura sobre protestos contra o corte de árvores na cidade de Porto Alegre.

Mas, acima de tudo, o destaque durante a análise foi a ausência de questionamento sobre a realização das obras viárias em um contexto de incertezas sobre o futuro do planeta e, por conseguinte, das comunidades que o integram. Nosso impacto sobre a Terra é cientificamente comprovado e intensificado pelos padrões de vida que adotamos – o consumismo gera desperdício, o transporte individual gera a emissão de gases tóxicos através da utilização dos combustíveis fósseis, a intensa atividade industrial para suprir essas demandas da civilização provoca a devastação de ecossistemas. Existem interesses políticos e econômicos por trás da manutenção desse sistema. Mas faz parte da ética jornalística, em essência, a problematização desses interesses, pois eles afetam o interesse público. A própria lógica do capitalismo afeta diretamente o interesse público, pois se trata de um sistema que trabalha com a desigualdade: para que haja acumulação de riqueza, alguém necessariamente terá de ser privado de qualidade de vida, sendo impactado pela exploração.

As grandes cidades, espaços de investimento do capital global, evidenciam esse problema através da segregação e da supressão das áreas verdes e de convivência para que deem lugar aos grandes empreendimentos. Megaeventos como a Copa do Mundo facilitam esse

processo, pois permitem às cidades se posicionarem como vitrine para a atração desses investimentos.

Não exigimos que Zero Hora assuma o Jornalismo Ambiental, mas acreditamos que este olhar seria de grande valia para a produção noticiosa – pois, conforme lembra Bacchetta (2000), o Jornalismo Ambiental se constitui em uma prática ampla e transdisciplinar e que envolve, portanto, outros campos também explorados pelo jornalismo, como o político e o econômico.

Diante de evidência de que experienciamos os efeitos de um sistema político, econômico e social que conduz à degradação dos ecossistemas e das comunidades sustentáveis (MORIN; KERN, 2003), é necessário que o jornalismo se engaje nos processos de educação sobre a complexidade ambiental. Que ouça as comunidades afetadas na mesma medida em que procura as fontes oficiais. Que não se limite a questões de tempo e de recursos para produzir matérias que promovam o debate público sobre questões de relevância para a vida da população. Que incentive a reflexão sobre os impactos das mudanças estruturais que envolvem as grandes cidades. Que aborde a responsabilidade da atividade humana para os rumos do planeta. Que trabalhe, portanto, com todos os sentidos do termo sustentabilidade – pois não está relacionado somente com o aperfeiçoamento de tecnologias que remediem os problemas sociais e ambientais provocados pelos seres humanos, mas também com uma mudança de paradigma e com o resgate da solidariedade intergeracional.

Esperamos, dessa forma, que o discurso jornalístico seja produzido através de técnicas específicas de apuração, sem, porém, ignorar o engajamento que precisa manter em relação à existência de um meio ambiente sadio, mesmo no espaço urbano, para que as comunidades humanas não estejam isoladas da natureza e, portanto, da sua própria essência como integrantes de um sistema permeado pela interdependência. E que, através de seu *ethos*, o jornalismo proponha essa discussão não somente em editoriais específicas para a questão ambiental, mas consiga visualizar os seus desdobramentos ao longo de todo o noticiário para que, então, consiga aplicar o olhar complexo à sua produção.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** (UFPR), n. 5. p. 49-60, jan./jun. 2002.
- ACSELRAD, Henri. Sentidos da sustentabilidade urbana In: ACSELRAD, Henri (Org.). **A Duração das Cidades: Sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p.43-70.
- ACSELRAD, Henri. Vigiar e unir: a agenda da sustentabilidade urbana? In: ACSELRAD, Henri (Org.). **A Duração das Cidades: Sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p.19-37.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.105-142.
- AMARAL, Marina. Por que protestam contra a Copa. **A Pública**, s/l, 16 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.apublica.org/2013/06/por-protestam-contr-a-copa>>. Acesso em: 27 set. 2014.
- ANJ. **Maiores jornais do Brasil**. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em: 22 out. 2014.
- AUTORIZADO crédito de R\$ 424 milhões para obras da Copa em Porto Alegre. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 31 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Espportes/?Noticia=515212>>. Acesso em: 07 set. 2014.
- BACCHETTA, Victor. El periodismo ambiental. In: BACCHETTA, Victor (Coord.). **Ciudadania planetaria: temas y desafios del periodismo ambiental**. Montevideú: Federación Internacional de Periodistas Ambientales / Fundación Fridrich Ebert, 2000. p.18-21.
- BADIA, Lluís; CLUA, Anna. Utopias frágeis: imprensa livre e democracia, segundo Walter Lippmann. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (orgs). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. p.117-134.
- BELMONTE, Roberto Villar. Cidades em mutação: menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: VILAS BOAS, Sergio. **Formação & Informação Ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004. p.15-48.
- BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p.107-122.
- BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **Jornalismo e Acontecimento**. Florianópolis: Insular, 2010. p.143-164.
- BONES, Elmar; HASSE, Geraldo. **Pioneiros da Ecologia: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul**. 2 ed. Porto Alegre: Já Editores, 2007.

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

BRASIL 'decola', diz capa da revista 'The Economist'. **BBC Brasil**. São Paulo, 12 nov. 2009. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/11/091112\\_economist\\_rc.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/11/091112_economist_rc.shtml)>. Acesso em: 06 set. 2014.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: Editora UFPR, Curitiba, v. 15, n., p.33-44, jan./jun. 2007.

CAMPOS, Pedro Celso. Uma abordagem sistêmica para as teorias do jornalismo. In: **Ecos revista**: revista da escola de comunicação social, Pelotas, v. 12, n.1, p. 31-66, jan./jun.2008.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Revista Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável** (EMATER/RS), Porto Alegre, v.1, n.1, p. 16-37, jan./mar.2000.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1997.

CAPRA, Fritjof. Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século XXI. TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século 21**. 4. ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2005. p.19-33.

CARNEIRO, Luiza. Turistas, economia e legado; veja o balanço da Copa em Porto Alegre. **G1**, Porto Alegre, 01 de julho de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/07/turistas-economia-e-legado-veja-o-balanco-da-copa-em-porto-alegre.html>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

CHADE, Jamil; NOSSA, Leonêncio. Fifa confirma hoje Brasil como sede da Copa e CBF exalta governo Lula. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,fifa-confirma-hoje-brasil-como-sede-da-copa-e-cbf-exalta-governo-lula,72580,0.htm>>. Acesso em: 22 set. 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

COPA para quem?. **Boca de Rua**, Porto Alegre. Julho, agosto e setembro de 2014. p.10-11.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

CURI, Martin. A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v.27, n.79, p.65-88, 2013.

DAMO, Arlei Sander; OLIVEN, Ruben George. O Brasil no Horizonte dos Megaeventos Esportivos de 2014 e 2016: Sua Cara, Seu Sócio e Seus Negócios. In: **Revista Horizontes Antropológicos**, vol.19, n.40, p. 19-63, jul./dez. 2013.

DESIDÉRIO, Mariana. Mobilizações marcam a preparação para a Copa. **Página 22**, FGV, São Paulo, n.75, p.38-39, jul.2013.

DEZ obras previstas para a Copa irão atrasar. Zero Hora, Porto Alegre, 26 nov. 2013, Geral, p.40.

FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, UFPR, n.18, p.87-94, jul./dez.2008.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. O acontecimento como notícia: do conhecimento à prática profissional. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **Jornalismo e Acontecimento**. Florianópolis: Insular, 2010. p.167-185.

FORTUNATI, José. Desculpem, estamos em obras. **Blog do Fortunati**, Porto Alegre, 11 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://fortunati.com.br/desculpem-estamos-em-obras/>>. Acesso em: 14 set. 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Contornos do jornalismo contemporâneo. In: FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: UFS, 2005. p.164-173.

GIRARDI, Ilza *et al.* Caminhos e descaminhos do Jornalismo Ambiental. **C&S**, São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p. 131-152, jul./dez. 2012.

GIRARDI, Ilza; MORAES, Cláudia Herte de; LOOSE, Eloisa Beling. Bases do Jornalismo Ambiental e os desafios para a cobertura da Rio+20. **Razón y Palabra**, México, n.79, maio/jul. 2012. p.1-29. Disponível em: <[http://www.academia.edu/download/30200527/01\\_TourinhoHerteBeling\\_M79.pdf](http://www.academia.edu/download/30200527/01_TourinhoHerteBeling_M79.pdf)>. Acesso em: 27 dez. 2014.

GOVERNO brasileiro terá que explicar à OEA violência institucional nas manifestações. **Justiça Global Brasil**. Rio de Janeiro, 10 de março de 2014. Disponível em: <<http://global.org.br/programas/governo-brasileiro-tera-que-explicar-a-oea-violencia-institucional-nas-manifestacoes/>>. Acesso em: 10 set. 2014.

GOVERNO FEDERAL. **Portal da Transparência**. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

GRUPO RBS. **Grupo RBS**. Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/>>. Acesso em: 18 out. 2014.

GRUPO RBS. **Guia de ética e autorregulamentação jornalística**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2011.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **Cidades rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p.47-61.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n.26, p. 09-17, 2009.

INDURSKY, Freda. A Análise do Discurso e sua inserção no campo das ciências da linguagem. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n.20, p. 7-21, 1998.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Orgs.). **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova Editora, 2008. p. 9-33.

INVESTIMENTO em estádios e entorno supera verba destinada a projetos de mobilidade urbana para a Copa. **Zero Hora**, Porto Alegre, 26 nov. 2013. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/esportes/copa-2014/noticia/2013/11/investimento-em-estadios-e-entorno-supera-verba-destinada-a-projetos-de-mobilidade-urbana-para-a-copa-4345527.html>>. Acesso em: 06 out. 2014.

JACKS, Nilda; MORINGI, Valdir; OLIVEIRA, Lizete Dias de. **Porto Alegre imaginada**. Porto Alegre: Observatório Gráfico, 2012.

KONCHINSKI, Vinicius. Porto Alegre desiste BRTs na Copa e 'maior legado' fica para fim de 2014. **UOL Esporte**, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/09/05/porto-alegre-desiste-brts-para-copa-e-maior-legado-fica-outubro-de-2014.htm>>. Acesso em: 22 set. 2014.

LEFEBVRE, Henri. Prefácio: A produção do espaço. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v.27, n.79, p.123-132, 2013.

LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.34, n.3, p.17-34, set/dez 2009.

LEVANTAMENTO do IVC mostra que 9 dos 30 maiores jornais brasileiros já adotam paywall. **Portal Imprensa**, São Paulo, 23 de setembro de 2013. Disponível em: <[http://portalimprensa.uol.com.br/noticias/ultimas\\_noticias/61436/levantamento+do+ivc+mos+tra+que+9+dos+30+maiores+jornais+brasileiros+ja+adotam+paywall](http://portalimprensa.uol.com.br/noticias/ultimas_noticias/61436/levantamento+do+ivc+mos+tra+que+9+dos+30+maiores+jornais+brasileiros+ja+adotam+paywall)>. Acesso em: 23 out. 2014.

LIMPEZA urbana. **Boca de Rua**, Porto Alegre. Julho, agosto e setembro de 2014. p.3.

LIPPMANN, Walter. Notícia, verdade e uma conclusão. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (orgs.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. p.179-184.

LOOSE, Eloisa Beling. **Jornalismo Ambiental em Revista**: da estratégia aos sentidos. 2010. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LOOSE, Eloisa Beling. Análise dos discursos especializados em meio ambiente: como o Jornalismo Ambiental pode contribuir para um novo olhar. **Razón y Palabra**, México, n.79, maio/jul. 2012. P. 1-23. Disponível em:

<[http://www.razonypalabra.org.mx/N/N79/M79/06\\_Beling\\_M79.pdf](http://www.razonypalabra.org.mx/N/N79/M79/06_Beling_M79.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2014.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996. 259 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Linguística, Departamento de Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000115692>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

MORAES, Cláudia Herte de; FANTE, Eliege Maria. O webjornalismo na cobertura da resistência e do arborecídio em Porto Alegre. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO AMBIENTAL, 2., 2014, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ENPJA, 2014. p.239-263. Disponível em: <<http://enpja.com.br/2014/07/21/ii-enpja-encontro-nacional-de-pesquisadores-em-jornalismo-ambiental/>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

MOREIRA, Pedro. Estado e prefeitura admitem bancar estruturas temporárias que fiquem como legado pós-Copa. **Zero Hora**. Porto Alegre, 14 fev. 2014. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/esportes/copa-2014/noticia/2014/02/estado-e-prefeitura-admitem-bancar-estruturas-temporarias-que-fiquem-como-legado-pos-copa-4420261.html>>. Acesso em: 07 set. 2014.

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, Francisco Menezes e SILVA, Juremir Machado da. **Para navegar no século XXI**: tecnologias do imaginário e cibercultura. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2000. Disponível em: <<http://www.uesb.br/labtece/artigos/Da%20Necessidade%20de%20um%20Pensamento%20C%20complexo.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

MORIN, Edgar. **O método II** – a vida da vida. 2. ed. Sintra, Portugal: Publicações Europa-América, 1993.

MORIN, Edgar; KERN, Anne-Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MÜLLER, Iuri. Com proximidade da Copa, cidadãos seguem mobilizados contra remoções em Porto Alegre. **Rede Brasil Atual**, Porto Alegre, 22 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/08/com-proximidade-da-copa-comite-popular-segue-mobilizado-contra-remocoes-em-porto-alegre-5556.html>>. Acesso em: 30 set. 2014.

NAVARRO, Pedro. O pesquisador da mídia: entre a “aventura do discurso” e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. In: NAVARRO, Pedro (org). **Estudos do texto e do discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 67-92.

NOSSAS EMPRESAS. **Grupo RBS**. Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/>>. Acesso em: 18 out. 2014.

NYT DEBATE plano de conteúdo pago na rede. **Observatório de Imprensa**, Campinas, ed. 578, 23 fev. 2010. Internet. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/nyt\\_debate\\_plano\\_de\\_conteudo\\_pago\\_na\\_rede](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/nyt_debate_plano_de_conteudo_pago_na_rede)>. Acesso em: 29 jan. 2015.

OLIVEIRA, Clarice Misoczky de. **Empreendedorismo urbano e práticas de planejamento: a Copa do Mundo e os grandes projetos urbanos em Porto Alegre**. 2013. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni. Segmentar ou Recortar?. **Linguística: questões e controvérsias**. Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. p.9-26.

ORLANDI, Eni Pucinelli. Texto e discurso. **Organon**, Porto Alegre, v.9, n.23, 1995. p.111-118.

PARK, Robert. A história natural do jornal. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (orgs). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 33-50.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (orgs). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 51-70.

PASINATO, Nicolás. Turistas devem gastar R\$ 360 milhões em Porto Alegre durante a Copa. **Sul 21**, Porto Alegre, 19 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/turistas-estrangeiros-devem-gastar-rdollar-360-milhoes-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 27 set. 2014.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1993. p.76-91.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento?**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et. al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p.49-57.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1993. p. 163-187.

POPCORN, Faith. **O Relatório Popcorn**: centenas de idéias de novos produtos, empreendimentos e novos mercados. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

QUINTSLR, Suyá. Justiça Ambiental: uma abordagem a partir do Direito à Cidade. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; CHRISTOVÃO, Ana Carolina; NOVAES, Patrícia Ramos (Org.). **Políticas Públicas e Direito à Cidade**: Programa Interdisciplinar de Formação de Agentes Sociais e Conselheiros Municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles e IPPUR/UFRJ, 2011. p.75-80.

RATTNER, Henrique. Prefácio. ACSELRAD, Henri (Org.). **A Duração das Cidades**: Sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p.7-18.

RELATORA da ONU visita locais atingidos por obras da Copa em Porto Alegre. **Zero Hora**, 18 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/noticia/2011/08/relatora-da-onu-visita-locais-atingidos-por-obras-da-copa-em-porto-alegre-3453413.html>>. Acesso em: 08 out. 2014.

REVISTA põe Cristo Redentor caindo na capa e critica economia do Brasil. **UOL Economia**. São Paulo, 26 set. 2013. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/09/26/revista-poe-cristo-caindo-na-cap-a-e-insinua-fim-do-crescimento-da-economia.htm>>. Acesso em: 06 out. 2014.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O Acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: Questões, Teorias e “Estórias”. 2. ed. Lisboa: Vega, 1993. p.27-33.

ROLNIK, Raquel. Em Porto Alegre, Copa 2014 vira justificativa para qualquer alteração urbanística. **Blog da Raquel Rolnik**, 15 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2010/12/15/em-porto-alegre-copa-2014-vira-justificativa-para-qualquer-alteracao-urbanistica/>>. Acesso em: 06 out. 2014.

ROSA, Eduardo. Obras dos BRTs serão retomadas no dia 10. **Zero Hora**, Porto Alegre, 3 de outubro de 2013. Geral, p.37.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo** – Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. A Produção Capitalista do Espaço, os Conflitos Urbanos e o Direito à Cidade. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; CHRISTOVÃO, Ana Carolina; NOVAES, Patrícia Ramos (Org.). **Políticas Públicas e Direito à Cidade**: Programa Interdisciplinar de Formação de Agentes Sociais e Conselheiros Municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles e IPPUR/UFRJ, 2011. p.57-64.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; RIBEIRO, Luiz. Desafios da questão urbana na perspectiva do direito à cidade. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; CHRISTOVÃO, Ana Carolina; NOVAES, Patrícia Ramos (Org.). **Políticas Públicas e Direito à Cidade**: Programa Interdisciplinar de Formação de Agentes Sociais e Conselheiros Municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles e IPPUR/UFRJ, 2011. p.11-16.

SCHWAAB, Reges. **Uma ecologia do jornalismo**: o valor do verde no saber dizer das revistas da Abril. 2011. 214 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/29243>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

SORHUET GELOS, Hernán. El mediador social de este siglo. In: **Tópicos en Educación Ambiental**, Cidade do México, v.3, n.9, p.33-48, set. 2003.

STREECK, Wolfgang. O cidadão como consumidor. **Piauí**, São Paulo, n.79, abr. 2013, p.60-65.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: Porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. **Cidades rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p.62-71.

VIEIRA, Livia de Souza. Dilemas entre o conteúdo pago e a qualidade da informação. **Observatório da Imprensa**, 26 de novembro de 2013. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_ed774\\_dilemas\\_entre\\_o\\_conteudo\\_pago\\_e\\_a\\_qualidade\\_da\\_informacao](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed774_dilemas_entre_o_conteudo_pago_e_a_qualidade_da_informacao)>. Acesso em 16 out. 2014.

VILLAR, Roberto. Jornalismo Ambiental: evoluções e perspectivas. Disponível em: <<http://www.agirazul.com.br/artigos/jorental.htm>>. Acesso em: 25 out. 2014.

ZERO Hora, do grupo RBS, tem tiragem de 190 mil e quebra seu recorde. **Portal Imprensa**, São Paulo, 23 set. 2011. Internet. Disponível em: <<http://portalimprensa.uol.com.br/noticias/brasil/44713/zero+hora+do+grupo+rbs+tem+tiragem+de+190+mil+e+quebra+seu+recorde/>>. Acesso em: 29 out. 2014.

## APÊNDICE A – Referências dos documentos que compõem o *corpus* do trabalho

- A VIDA precisa de jacarandás. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 21, 26 fev. 1975.
- APÓS protesto, prefeitura suspende corte de árvores. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.51, 07 fev. 2013.
- ATOS de vandalismo têm 32 responsabilizados. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.35, 4 jul. 2013.
- CÓDIGO de posturas prevê multa para quem derrubar árvores. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 6, 27 fev. 1975.
- COSTA, Letícia. Corte de árvores deve ser retomado. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.33, 19 mar. 2013.
- DOCUMENTO revela futuro de árvores em Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.37, 04 mar. 2013.
- DUPLICAÇÃO no limite. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.15, 15 maio 2013.
- E A ÁRVORE do protesto continua de pé. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 2, 27 fev. 1975.
- JORNALISTAS e estudantes são espancados por PMs. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.19. 26 fev. 1975.
- MAGS, André. Árvores ou duplicação. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.36-37, 26 abr. 2013.
- MAGS, André; TIEZI, Thiago. Prefeitura detalha razões para derrubada de árvores. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.33, 05 mar. 2013.
- MOREIRA, Pedro. Mobilidade Reduzida. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.4-5, 4 out. 2013
- MOREIRA, Pedro. Na Tronco, corte será de 1,5 mil plantas. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.29, 30 maio 2013.
- O DIA do SIM para o metrô. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.4-5, 14 out. 2011.
- O ESTUDANTE sobre na árvore e protesta contra a derrubada. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 19, 26 fev. 1975.
- OBRA da Copa entra na pauta. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.35, 4 jul. 2013.
- OS SOLDADOS foram detidos. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 19, 26 fev. 1975.
- PAREM, salvem as árvores. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 20, 26 fev. 1975.
- PREFEITURA afirma que tentará acordo. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.37, 20 maio 2013.

PREFEITURA rompe negociações com manifestantes. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.47, 24 maio 2013.

SÍMBOLO do ambientalismo. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.51, 07 fev. 2013.

TREZZI, Humberto; MAGS, André. Duplicação de pé, árvores no chão. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.28-29, 30 maio 2013.

UMA DEFESA: o estudante com a lei. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 3, 27 fev. 1975.

UMA LUTA que, aqui, existe há 50 anos. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 3. 27 fev. 1975.